

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

JEFERSON DA LUZ FERRON

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES
FAMILIARES ASSENTADOS EM SANTANA DO LIVRAMENTO/RS.**

SANTANA DO LIVRAMENTO

2019

JEFERSON DA LUZ FERRON

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES
FAMILIARES ASSENTADOS EM SANTANA DO LIVRAMENTO/RS.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração da Universidade Federal do Pampa, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Alessandra Troian

SANTANA DO LIVRAMENTO

2019

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

F345e Ferron, Jeferson da Luz

Estratégias de reprodução social dos agricultores
familiares assentados em Santana do Livramento/RS / Jeferson
da Luz Ferron.

163 p.

Dissertação(Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO, 2019.

"Orientação: Alessandra Troian".

1. Agricultura familiar. 2. Assentamentos rurais. 3.
Desenvolvimento rural. 4. Heterogeneidade. 5. Diversificação.
I. Título.

JEFERSON DA LUZ FERRON

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES
ASSENTADOS EM SANTANA DO LIVRAMENTO/RS.**

-- Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
em Administração da Universidade Federal do
Pampa, como requisito para obtenção do
Título de Mestre em Administração.

Dissertação defendida em: 07 de Maio de 2019.

Banca examinadora:



Prof. Dr^a. Alessandra Troian
Orientadora
UNIPAMPA



Prof. Dr^a. Rosa Maria Vieira Medeiros
UFRGS



Prof. Dr. João Garibaldi Almeida Viana
UNIPAMPA



Prof. Me. Felipe Leindecker Montebianco
IFSUL

Dedico esta dissertação a minha mãe Vilma, que sempre acreditou no poder transformador do amor e da educação. Tu és o meu maior exemplo de vida e sem você eu jamais teria conseguido mãe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

À Universidade Federal do Pampa pela oportunidade de poder estudar em uma instituição pública, gratuita e de qualidade, que está transformando a vida de muita gente;

Aos professores, técnicos administrativos e terceirizados do campus Santana do Livramento/RS que trabalham diariamente acreditando no poder emancipador e multiplicador da educação pública;

À minha família pela compreensão, amor e companheirismo de sempre;

Ao amigo comunista Juan Carlos Magallanes Vazquez (*in memoriam*) pela amizade, conversas e reflexões acerca de um mundo menos desigual;

Aos colegas do mestrado, pelos ensinamentos e novas relações de amizade que, com certeza, transpassam o mundo profissional e acadêmico;

Aos agricultores familiares e amigos que fiz durante a realização desta pesquisa pelo tempo, disponibilidade e confiança;

À professora Alessandra Troian, não apenas pelas orientações e ensinamentos, mas também pela dedicação e empenho com que me ajudou sempre de forma propositiva e desafiadora;

Ao povo brasileiro por proporcionar, através dos impostos, que grande parte dos trabalhadores historicamente esquecidos desse país, possa estudar e sonhar com um mundo melhor;

À Deus pela graça da vida.

A Desalambrar

Yo pregunto a los presentes
Si no se han puesto a pensar
Que esta tierra es de nosotros
Y no del que tenga más

Yo pregunto si en la tierra
Nunca habrá pensado usted
Que si las manos son nuestras
Es nuestro lo que nos den

A desalambrar, a desalambrar
Que la tierra es nuestra, es tuya y de aquel
De Pedro y María, de Juan y José

Si molesto con mi canto
A alguno que ande por ahí
Le aseguro que es un gringo
O un dueño del Uruguay

A desalambrar, a desalambrar
Que la tierra es nuestra, es tuya y de aquel
De Pedro y María, de Juan y José

Yo pregunto a los presentes
Si no se han puesto a pensar
Que esta tierra es de nosotros
Y no del que tenga más

A desalambrar, a desalambrar
Que la tierra es nuestra, es tuya y de aquel
De Pedro y María, de Juan y José
Que la tierra es nuestra, es tuya y de aquel
De Pedro y María, de Juan y José

(Daniel Viglietti)

RESUMO

A agricultura familiar vem se modificando e reinventando ao longo dos anos. No Brasil, a categoria social ganha destaque na década de 1990, quando diversos estudos desmistificaram o caráter “atrasado” do segmento e demonstraram a necessidade de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Neste sentido, o presente estudo objetivou analisar as estratégias de reprodução social dos agricultores familiares assentados em Santana do Livramento/RS. Metodologicamente a pesquisa configura-se como qualitativa, de caráter exploratório, na qual foi utilizado o método estudo de caso. Foram realizadas onze entrevistas com agricultores assentados em três assentamentos do município. Também se realizou a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e observação não participante. Para análise dos dados utilizou-se uma aproximação da técnica análise de conteúdo. Os dados revelaram que, a agricultura familiar assentada em Santana do Livramento/RS teve início em 1992, com agricultores vindos do norte do estado, região onde iniciou o processo de modernização agrícola. Ademais, os agricultores assentados no município adotam consciente e racionalmente diversas estratégias de reprodução social, sejam elas agrícolas ou não, como a diversificação, produção para autoconsumo, pluriatividade, entre outros. Observa-se ainda, que as estratégias de reprodução social adotadas pelos agricultores pesquisados, além de diversificadas, dificilmente se alteram de um assentamento para outro. Para a utilização das estratégias, os agricultores entrevistados levam em consideração as necessidades da família, a produtividade da área de terra, localização, conhecimentos pessoais, acesso a políticas públicas, experiência de vida, entre outros fatores. Apesar da instalação de vários assentamentos no município, os agricultores familiares assentados ainda enfrentam inúmeras dificuldades para permanecer no espaço rural, sendo necessário que o Estado assuma a sua função como principal propulsor do desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Assentamentos Rurais; Heterogeneidade; Diversificação.

ABSTRACT

The Family agriculture has been changing over the past few years. In Brazil, this social category stands out in the 1990s, when several studies clarify the “backward” character of the segment and demonstrate the need for public policies focused on family agriculture. Thus, this study aimed to analyze the strategies of social reproduction of family farmers settled in Santana do Livramento/RS. The methodology is based on qualitative research focusing on exploratory character which the case study method was used. It was accomplished eleven interviews with farmers settled in three counties. Likewise, bibliographical and documental research, and non-participant observation were accomplished. In order to analyse the data it was used an approximation of the technique of content analysis. The data revealed that the Family agriculture settled in Santana do Livramento/RS started in the beginning of 1922 with farmers from the north of the State, the area where started the process of agricultural modernization. Furthermore, the farmers settled in the county embrace consciously and rationally many strategies concerning social reproduction, whether agricultural or not, such as diversification, auto consumption production, pluriactivity, among others. It is also observed that the social reproduction strategies adopted by the farmers interviewed, besides being diversified, hardly change from one settlement to another. For the use of the strategies, the farmers interviewed take into consideration the needs of the family, the land productivity, location, personal knowledge, access to public policies, life experience, among other issues. Despite the introduction of several settlements in the county, the settled family farmers still face many difficulties to remain in rural area, therefore, it is necessary the Government takes on the responsibility as the main supporter of rural development.

Key Words: Rural Settlements; Heterogeneity; Diversification.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Localização dos Assentamentos Rurais de Santana do Livramento/RS.....	61
Figura 02 – Rebanho Leiteiro do Assentamento Ibicuí - Santana do Livramento/RS.....	81
Figura 03 – Lavoura de Soja no Assentamento Ibicuí em Santana do Livramento/RS.....	85
Figura 04 – Estruturas utilizadas para a produção leiteira nos assentamentos de Santana do Livramento/RS.....	87
Figura 05 – Produção para autoconsumo de origem animal e vegetal verificada nos assentamentos pesquisados.....	92
Figura 06 – O agricultor familiar assentado e suas formas de captação e recebimento de recursos.....	114
Figura 07 – Estradas rurais e pontes de acesso aos assentamentos.....	119
Figura 08 – Torneio de futebol da reforma agrária no Assentamento Jupira São Leopoldo.	123
Figura 09 – Principais estratégias de reprodução social utilizadas pela agricultura familiar assentada de Santana do Livramento/RS.....	133

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Diferenças entre propriedades patronais e familiares.....	26
Quadro 02 – Número de famílias assentadas e Projetos de Assentamento criados no Brasil até o governo de Dilma Rouseff.	52
Quadro 03 – Assentamentos estudados em Santana do Livramento/RS	59
Quadro 04 – Sistematização da metodologia proposta.....	65
Quadro 05 – Categorias e temas originados na pesquisa de campo... ..	66
Quadro 06 – Panorama dos assentamentos rurais no Brasil, Rio Grande do Sul e Santana do Livramento/RS.....	69
Quadro 07 – Assentamentos implantados em Santana do Livramento/RS (PA e PE).....	73
Quadro 08 – Caracterização socioeconômica dos agricultores familiares assentados entrevistados.....	77
Quadro 09 – Atividades agrícolas desenvolvidas e comercializadas pelos agricultores entrevistados.....	80
Quadro 10 – Acesso a educação e saúde dos assentamentos pesquisados.....	121
Quadro 11 – Vantagens e desvantagens de morar no meio rural/assentamento segundo agricultores familiares assentados de Santana do Livramento/RS.....	131

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLA

- ATER – Assistência técnica e extensão rural
- COOPERFORTE – Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste.
- COPTEC – Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos
- DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF
- EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- HA – Hectare
- IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
- MASTER – Movimento dos Agricultores Sem-Terra
- MIRAD – Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
- PA – Projeto de Assentamento Federal
- PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
- PE – Projeto de Assentamento Estadual
- PIB – Produto Interno Bruto
- PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
- SUPRA – Superintendência da Política Agrária
- TRAF – Turismo Rural na Agricultura Familiar

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Problemática	15
1.2 Objetivos	18
<i>1.2.1 Objetivo geral:</i>	<i>18</i>
<i>1.2.2 Objetivos específicos:</i>	<i>19</i>
1.3 Justificativa.....	19
2.O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO RURAL .	22
2.1 Estratégias de reprodução social da agricultura familiar	30
3. AGRICULTURA FAMILIAR E A LUTA PELA TERRA NO BRASIL	41
3.1 Agricultura familiar assentada no Brasil e no Rio Grande do Sul	51
4. METODOLOGIA	58
4.1 Abordagem, caráter e método de pesquisa	58
4.2 Técnicas de coleta e análise dos dados	61
5 ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES	
ASSENTADOS DE SANTANA DO LIVRAMENTO/RS	68
5.1 A agricultura familiar assentada em Santana do Livramento/RS.....	68
5.2 O agricultor, a família e o lote.....	76
5.3 O agricultor familiar assentado e a produção agrícola	79
<i>5.3.1 A Produção para autoconsumo na agricultura familiar assentada em Santana do Livramento/RS</i>	<i>90</i>
<i>5.3.2 Acesso aos mercados institucionais e assistência técnica nos assentamentos rurais de Santana do Livramento/RS</i>	<i>93</i>
5.4 O agricultor familiar assentado de Santana do Livramento, seus acessos e suas fontes de renda.....	99
5.5 O agricultor, o meio social e o espaço rural.....	114
5.6 Desfecho: as estratégias de reprodução social da agricultura familiar assentada em Santana do Livramento/RS e os processos de desenvolvimento rural.....	132
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS.....	145
APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas com os responsáveis pelo lote.	161

1 INTRODUÇÃO

Dois importantes segmentos produtivos têm se destacado no universo da agricultura, gerando impactos positivos no desenvolvimento de diversas nações: a agricultura voltada para o agronegócio e a agricultura familiar (GUANZIROLI; DI SABBATO; VIDAL, 2011). Ao longo do tempo, a agricultura familiar recebeu várias definições, sendo caracterizada primeiramente como agricultura de subsistência, agricultura de pequena produção e pobreza rural (MATTEI, 1999).

A FAO¹ (2015) define agricultura familiar como o conjunto de atividades agrícolas de base familiar e como uma forma de classificar a produção agrícola que é mantida por uma família, cuja mão de obra é prioritariamente familiar. Ainda conforme a FAO (2015), a agricultura familiar é guardiã de aproximadamente 75% de todos os recursos agrícolas do mundo, tornando-se um elemento fundamental para a sustentabilidade ecológica.

Conforme o Censo Agropecuário de 2006, cerca de 39,68% do valor bruto da produção agrícola foi produzido por agricultores familiares, que são responsáveis por cerca de 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros (MEDEIROS et al., 2013). Neste sentido, Wanderley (2003) reforça que a agricultura familiar sempre obteve destaque no desenvolvimento econômico das nações, em virtude da sua capacidade de suprir alimentos básicos para o mercado interno.

No entanto, Medeiros (2003) infere que o reconhecimento econômico, político e social da agricultura familiar brasileira teve início apenas a partir da década de 1990, motivado pelo processo de redemocratização ocorrido no final da década de 1980, que culminou com a elaboração da Constituição Federal de 1988.

Da mesma forma, Abramovay (1992) destaca que o início da década de 1990 marcou a entrada da agricultura familiar no vocabulário acadêmico, destacando toda sua riqueza, especificidades e heterogeneidade. Conforme o autor, estes agricultores adotam diversas estratégias de reprodução, diversificando os produtos cultivados como uma forma de aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e a disponibilidade de

¹ Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) é uma agência especializada das Nações Unidas que é líder dos esforços internacionais para derrotar a fome. Tem como objetivo alcançar a segurança alimentar para todos e garantir que as pessoas tenham acesso regular a alimentos de alta qualidade suficientes para levar uma vida ativa e saudável. Possui mais de 194 estados membros, e trabalha em mais de 130 países em todo o mundo.

mão de obra. Entre as características presentes na agricultura familiar, destaca-se a ampla diversidade econômica e heterogeneidade social desta categoria social, composta basicamente por famílias que utilizam o trabalho dos membros da unidade familiar para produção de autoconsumo, obtendo renda e se reproduzindo socialmente na área rural (SCHNEIDER; CASSOL, 2014; MATTEI, 2014).

Os estudos de Abramovay (1992) e Veiga et al., (2001) reforçam o importante potencial empreendedor da agricultura familiar, principalmente em nações capitalistas desenvolvidas. Todavia, o destaque da agricultura familiar no desenvolvimento das nações, difundido principalmente nos meios acadêmicos, nas políticas governamentais e nos movimentos sociais tem adquirido novos significados, sentidos e importantes avanços (WANDERLEY, 2003; MEDEIROS; FALCADE, 2009). Conforme Veiga et al. (2001), a capacidade de inovação do agricultor familiar é derivada de uma herança campesina, capaz de encontrar novas formas de reprodução social, a qual está presente nos assentamentos rurais.

Essas inovações perpassam a ideia de exclusividade da produção agrícola no meio rural e configuram-se como estratégias importantes de reprodução social dessa categoria, incluindo a pluriatividade, os programas de transferência de renda, a seguridade social, entre outros (VEIGA, et al., 2001).

Além da produção de alimentos, conforme Lamarche (1993), a agricultura familiar tem a característica de se reinventar e produzir estratégias de reprodução social que possibilitam a satisfação das necessidades dos agricultores familiares, como variações na intensidade de trabalho, programas de seguridade social, êxodo de membros da família, redução do consumo, transferência de renda, diversificação, redução ou intensificação da produção, pluriatividade, entre outros. Também nesse sentido, Schneider (1999) destaca que as estratégias adotadas pelos agricultores são conscientes e racionais, resultantes das relações materiais presentes e do histórico familiar transmitido culturalmente.

Desse modo, Schneider (2003) destaca que, por viverem no campo e serem proprietários dos meios de produção, a reprodução dos agricultores familiares torna-se dependente de sua própria capacidade de escolher alternativas e desenvolver habilidades frente aos desafios que lhes são colocados cotidianamente pelo ambiente social e econômico em que estão inseridos. Essa categoria social denominada agricultura familiar também está presente nos Assentamentos Rurais (SCHNEIDER, 2007).

Ademais, a partir do final da década de 1980, além do processo de redemocratização observou-se no Brasil uma organização e fortalecimento dos movimentos sociais, principalmente no meio rural (MEDEIROS, 2003). Esses movimentos reivindicavam o acesso

à terra e pressionavam o Governo Federal para que as grandes propriedades rurais fossem fiscalizadas e que aquelas consideradas improdutivas fossem desapropriadas e transformadas em assentamentos rurais, possibilitando o seu acesso por diversas famílias de agricultores em situação de vulnerabilidade socioeconômica (MEDEIROS, 2003; FILIPPI, 2005; SCHNEIDER, 2007).

Uma parte desses assentamentos foi implantada na cidade gaúcha de Santana do Livramento, marcada historicamente pela presença do latifúndio² e que teve durante muito tempo a pecuária como sua principal atividade econômica, suprindo por décadas diversos frigoríficos da região (ALBORNOZ, 2000; CAGGIANI, 1983). A partir da década de 1990, visualiza-se no espaço agrário do município um constante processo de mudanças importantes, advindas da instalação de assentamentos rurais vinculados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (CHELOTTI, 2003; AGUIAR, 2011).

Como visto anteriormente, a forma de reprodução da agricultura familiar é diversa, heterogênea e tem o poder de se reinventar ao longo do tempo (LAMARCHE, 1993). Com o intuito de contribuir com o debate a respeito do desenvolvimento rural, a partir das estratégias de reprodução social adotadas pela agricultura familiar assentada local é que emerge o presente estudo, tendo como objeto de análise os agricultores assentados em Santana do Livramento/RS.

1.1 Problemática

A estrutura social da agricultura, presente nos países capitalistas desenvolvidos, tem sido pouco estudada ao longo dos anos pela academia (SCHNEIDER; CASSOL, 2014). Verifica-se que em nações desenvolvidas, é fundamentalmente sobre a produção da agricultura familiar que se elabora a produção de alimentos e fibras (ABRAMOVAY, 1992). Além da produção agropecuária, Schneider (1999) destaca que a agricultura familiar possui uma ampla gama de estratégias de reprodução social que tornam possível viver e permanecer no campo.

A agricultura familiar, neste estudo, terá como campo de análise os assentamentos

² De acordo com o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964) latifúndio ocorre em duas situações: 1) Latifúndio por dimensão, quando a área da propriedade ultrapassa a dimensão máxima de seiscentas vezes o módulo médio da propriedade rural, ou ainda, seiscentas vezes a área média dos imóveis rurais na região. 2) Latifúndio por exploração que ocorre quando a área da propriedade não ultrapassa o limite descrito na primeira situação, mas apresenta área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, sendo mantido inexplorado em relação às possibilidades econômicas e sociais do meio, ou fins especulativos.

rurais do município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul. O município localiza-se no sudoeste do Rio Grande do Sul, região conhecida como Campanha Gaúcha, que faz parte do bioma pampa³, na fronteira do Brasil com o Uruguai, que também é conhecida como fronteira seca, em virtude da proximidade e interação com o município de Rivera, com quem compartilha a cultura, os hábitos e o idioma (CAGGIANI, 1983; ALBORNOZ, 2000).

Essa região teve como primeiros habitantes os índios charruas e minuanos e começou a receber os primeiros imigrantes portugueses no início do século XIX (ALBORNOZ, 2000; MONTEBLANCO, 2013). Em meados de 1810, após um combate entre forças portuguesas e espanholas, em que os portugueses saíram vitoriosos, inicia-se o processo de povoamento, pois, os militares que guarneciam as fronteiras foram aos poucos construindo moradias. Assim, começaram a surgir os primeiros núcleos de colonização no território (ALBORNOZ, 2000; IBGE, 2017).

A partir desse povoamento, a coroa portuguesa, com o objetivo explícito de resguardar a fronteira contra possíveis invasões espanholas, inicia a distribuição de sesmarias⁴ aos militares. Os conflitos militares que ocorriam no território uruguaio foram preponderantes no processo de distribuição, uma vez que as conquistas militares significaram a doação de sesmarias aos oficiais Portugueses. As tropas Portuguesas designadas para atuar nesses conflitos fizeram do atual território de Santana do Livramento a sua morada (CAGGIANI, 1983; ALBORNOZ, 2000). As primeiras sesmarias já possuíam gado selvagem em abundância, o que possibilitou uma das primeiras atividades econômicas da região, baseada na captura e comercialização de gado (MONTEBLANCO, 2013).

A abundância de terras propícias para a atividade agropecuária tornou historicamente a pecuária (ovina e bovina) a principal atividade econômica do município, fornecendo carne para diversos frigoríficos do Estado e do país, além da lã ovina que servia como matéria prima indispensável à indústria têxtil. A agricultura, principalmente o arroz e a soja, também merece destaque no campo econômico, assim como a produção vitivinícola e, mais recentemente, a fruticultura. A produção leiteira, típica da agricultura familiar, também pode ser considerada uma importante atividade econômica do município (AGUIAR, 2011; MONTEBLANCO, 2013).

³ Tratado também como, Campos do Sul ou Campos Sulinos, está presente em uma área de 176,5 mil Km² (cerca de 2% do território nacional) composto principalmente por vegetação campestre como, gramíneas, herbáceas e algumas espécies de árvores. No Brasil, o bioma está presente no estado do Rio Grande do Sul, ocupa aproximadamente 63% do território gaúcho e também é encontrado nos países vizinhos Argentina e Uruguai (INSTITUTO BRASILEIRO DE FLORESTAS, 2018).

⁴Uma sesmaria equivale a aproximadamente 13 mil hectares.

De acordo com o Censo Demográfico realizado em 2010, o município de Santana do Livramento possui um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)⁵ de 0,727 e uma população estimada de 82.312 habitantes (2017), dos quais aproximadamente 8.054 vivem no meio rural. Sua área territorial é de 6.941,613 km² (2016), constituindo-se como o segundo maior município do Estado do Rio Grande do Sul em extensão territorial, ficando atrás apenas do município de Alegrete (IBGE, 2017).

Ocorre que, a partir da crise mundial da lã no final do século XX, originada basicamente pelo acúmulo de estoques da Nova Zelândia ao longo de uma década e pela inserção do tecido sintético (com menor custo de produção se comparado a lã) no mercado têxtil mundial, houve uma redução considerável na produção da ovinocultura. Além disso, a estagnação econômica brasileira do início da década de 1990 impulsionou o fechamento de frigoríficos no município, acarretando desemprego e crise na área rural e urbana (ALBORNOZ, 2000).

No contexto nacional, em 1990 ganhava espaço na sociedade o debate referente à reforma agrária que, de um lado, era motivada por uma grande massa organizada de trabalhadores sem-terra, e de outro lado, era combatida duramente por setores da sociedade e pelo próprio Estado, resultando em dezenas de mortes no campo (MEDEIROS, 2003). Além disso, a redução drástica do montante de recursos de crédito agrícola, aliada a taxas de juros maiores no acesso ao crédito, incentivou boa parte dos proprietários de terras - muitos ainda endividados - a vender suas propriedades ao INCRA (DEFANTE et al., 1999).

Nesse cenário, em 1992, Santana do Livramento começou a fazer parte do mapa da reforma agrária brasileira, com a implementação do seu primeiro assentamento rural. A partir disso, a cidade símbolo da integração do MERCOSUL⁶ (Lei 12.095/2009), caracterizada historicamente pela produção agropecuária, implementou 30 assentamentos rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que juntos possuem uma área de 26.528 hectares e abrigam aproximadamente 907 famílias. Essa realidade faz de Santana do Livramento o município com maior número de assentamentos no Rio Grande do Sul (INCRA, 2017).

⁵ IDHM: medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano municipal.

⁶ Mercado Comum do Sul. É um processo de integração regional, originado inicialmente pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai ao qual recentemente incorporaram-se a Venezuela* e a Bolívia, esta última em processo de adesão. Tem como objetivo principal propiciar um espaço comum que gere oportunidades comerciais e de investimentos, mediante a integração competitiva das economias nacionais ao mercado internacional (MERCOSUL, 2018).

A inclusão dos assentamentos rurais representou mudanças e transformações no pampa gaúcho, contrastando com as grandes propriedades rurais, como destacado por Chelotti (2003), Aguiar (2011) e Montebianco (2013). Famílias vindas de diversas regiões do Estado introduziram novas formas de organização no campo, produção, cultivo e relações socioeconômicas diversificadas (AGUIAR, 2011).

Nesse sentido, já sinalizava Mattei (1999), para quem as atividades econômicas verificadas no mundo rural não podem ser reduzidas apenas à produção alimentar, uma vez que existe um conjunto de outras atividades sendo desenvolvidas. Conforme o autor, a modernização da agricultura, aliada à integração produtiva, elevou a produtividade do agricultor familiar, possibilitando mais tempo para outras atividades no interior das famílias, aumentando assim o número famílias ocupadas em atividades não agrícolas.

De acordo com Souza (2016), a discussão acerca da reprodução social da agricultura familiar assentada é uma prioridade para a continuidade dos assentamentos, pois além da sucessão da posse das propriedades agrícolas, configura-se como reposição de lideranças e dirigentes nos movimentos sociais. O autor destaca o papel dos jovens assentados, os quais são considerados como os principais responsáveis pela reprodução da agricultura familiar nesse ambiente.

Verifica-se nesse contexto, um importante campo de observação para análise do desenvolvimento gerado por esses agricultores, intimamente ligado à área de desenvolvimento rural e que diferem do histórico de formação da propriedade rural do município. Foi refletindo acerca das informações aqui postas e a partir da observação dos aspectos relatados que surgiu a problemática deste estudo: Quais as estratégias de reprodução social dos agricultores familiares assentados em Santana do Livramento/RS?

1.2 Objetivos

O presente trabalho foi dividido entre objetivo geral e objetivos específicos, os quais serão apresentados a seguir:

1.2.1 Objetivo geral:

Analisar as estratégias de reprodução social dos agricultores familiares assentados de Santana do Livramento/RS.

1.2.2 Objetivos específicos:

- a) Descrever como se deu o estabelecimento dos assentamentos rurais em Santana do Livramento/RS.
- b) Identificar as atividades agrícolas e não agrícolas praticadas pelos agricultores familiares assentados em Santana do Livramento/RS.
- c) Verificar a relação entre as atividades realizadas pelos agricultores familiares assentados com o desenvolvimento rural local.

1.3 Justificativa

A justificativa para a elaboração do presente estudo pode ser dividida em duas motivações: acadêmica e pessoal. A justificativa acadêmica baseia-se na identificação e no reconhecimento recente de outras formas de produção e reprodução social da agricultura familiar, caracterizada como territorial, heterogênea e extremamente diversificada (GRISA, SCHNEIDER, 2015; DELGADO; BERGAMASCO, 2017). Neste sentido, Wanderley (2004) destacou que as transformações tecnológicas da agricultura, embora profundas e significativas, não “uniformizaram” a população do campo a ponto de perderem as peculiaridades que historicamente possuem.

Schneider (2009) também infere que as formas de reprodução social da agricultura familiar são diversas e não podem ser caracterizadas “exclusivamente” como sinônimo de produção agropecuária. Além da comercialização da produção agropecuária e da produção de autoconsumo das famílias, o autor destaca a pluriatividade, os Programas Sociais de transferência de renda e seguridade social rural, o turismo rural, entre outros.

Desse modo, Navarro (1996) destaca que há menos de duas décadas, um conjunto de mudanças sociais e estruturais vem se desenvolvendo no espaço rural gaúcho. Com isso, a revolução agrícola brasileira, caracterizada pela transformação produtiva tecnológica, começou a conviver com a emergência dos movimentos sociais camponeses, que fomentaram o aperfeiçoamento do processo de democratização social e o acesso a políticas públicas, dentre elas, o acesso à terra. Essas mudanças sociais e estruturais podem ser percebidas em Santana do Livramento/RS.

Entretanto, verifica-se certa carência de estudos acadêmicos voltados para a área de desenvolvimento rural que objetivem maior conhecimento científico a respeito das formas de reprodução social dos agricultores assentados em Santana do Livramento/RS. Dentre os estudos desenvolvidos, destacam-se os de Chelotti (2003), Aguiar (2011) e Monteblando

(2013), que forneceram importantes contribuições no que concerne ao processo de reterritorialização do espaço agrário do município, provocado pela implantação dos assentamentos rurais.

Outros estudos, como o de Aguiar e Medeiros (2010) e Chelotti (2013) analisaram a estrutura agrária do município e verificaram que, apesar de um histórico onde prevaleceu a grande propriedade rural - estância -, herança da forma de povoamento e da necessidade de ocupação das áreas de fronteira, as pequenas propriedades rurais ganharam espaço ao longo do tempo. Das duas mil e quinhentas propriedades rurais do município, aproximadamente mil e oitocentas possuem até cem hectares e podem ser consideradas de pequeno-médio porte. Todavia essas propriedades ocupam apenas oito por cento do território santanense. De acordo com o INCRA (2018), cada família assentada recebe em média vinte e cinco hectares.

Embora a área total destinada aos assentamentos no município seja menor que 5 % do território municipal e o acesso ainda seja precário em diversas localidades, em virtude das más condições de conservação das estradas (MONTEBLANCO, 2013), essas famílias têm conseguido se reproduzir socialmente e transformar o espaço rural em algo “novo”, como preconizado por Graziano da Silva (1999).

O estudo justifica-se ainda em função da necessidade de maior conhecimento da produção local dessas comunidades. É preciso saber mais a respeito das estratégias de reprodução social dos agricultores assentados no município de Santana do Livramento/RS, para entender como a agricultura familiar assentada está se desenvolvendo nesses espaços rurais. Observa-se ainda, certa invisibilidade destes agricultores, tanto por parte da sociedade civil, quanto pela academia, tendo em vista a escassez de estudos encontrados a respeito do tema.

Salienta-se, nesse contexto, um momento inédito na recente história de assentamentos rurais no Brasil e que diz respeito ao ano de 2017, o qual ficou marcado pelo fato de nenhuma família ter sido assentada em todo o território nacional, assentamentos estes que sempre ocorriam em quantidades distintas, desde 1994 (INCRA, 2018). Analisar as estratégias de reprodução social desses agricultores no município gaúcho em que coexistem a grande propriedade rural e a agricultura familiar assentada, faz-se necessário para contribuir com o debate a respeito do “novo” rural, verificando de que maneira essas famílias conseguem trabalhar e viver do campo.

Já o interesse pessoal pelo tema surgiu a partir do ingresso no curso de Graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento/RS, mais precisamente nas aulas da disciplina de Fundamentos de Economia. As discussões referentes à

utilização da terra e sua função social foram além das salas de aula daquele distante inverno de 2009, dando origem a um projeto de extensão que durou aproximadamente dois anos e tinha como objetivo a implantação de postos médicos itinerantes para os assentados do município. O projeto possibilitou a realização de entrevistas e visitas a diversos assentamentos.

Foram observadas inúmeras diferenças estruturais entre os assentamentos visitados, que iam desde o acesso - ou não - à educação, passando por problemas de fornecimento de água, acesso a saúde e estradas rurais em péssimas condições. Uma das únicas similaridades percebida entre os diversos assentamentos visitados foi a necessidade comum entre os agricultores de serem reconhecidos pela sociedade local, uma vez que parte desses agricultores não são naturais do município. Dessa forma, o pesquisador obteve interesse pelo tema que culminou na presente pesquisa.

Estruturalmente, neste capítulo inicial buscou-se a apresentação do tema, a caracterização do ambiente a ser estudado, bem como a questão norteadora, os objetivos da pesquisa e a justificativa para a realização do estudo. No capítulo a seguir, será apresentado o referencial teórico referente à agricultura familiar e desenvolvimento rural, destacando algumas estratégias de reprodução social presentes na agricultura familiar.

2.O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO RURAL

A sociedade brasileira tem sido dividida, ao longo do tempo, por interesses conflitantes de grupos e classes sociais. As concepções distintas de desenvolvimento, expressas nesses interesses, ditam as disputas e os rumos a serem dados para a própria sociedade (DELGADO; BERGAMASCO, 2017).

Neste aspecto, pode-se visualizar no campo do desenvolvimento rural brasileiro, basicamente dois projetos: o primeiro, historicamente marcado pela modernização conservadora da agricultura, com foco na empresa agropecuária, caracterizado pela propriedade concentrada da terra e demais fatores de produção e que conta com o aporte histórico de importantes recursos financeiros arrecadados e distribuídos pelo Estado (WANDERLEY, 2003; MEDEIROS; FALCADE, 2009).

Sob essa perspectiva, o desenvolvimento rural é visualizado como consequência natural e esperada do desenvolvimento da grande agricultura, que permite um enfoque setorial, excluindo e empobrecendo grande parte dos seus trabalhadores. Seu resultado revela traços marcantes do mundo rural, como a pobreza das populações do campo, o êxodo rural e a concepção do mundo rural como espaços e populações periféricas (MEDEIROS, 2003; MATTEI, 2014).

Realizando um contraponto em relação ao modelo anteriormente apresentado, observa-se um outro tipo de desenvolvimento rural no Brasil, que possui como principais características o reconhecimento de outras formas de produção na agricultura e vida no campo. Diferentemente do primeiro modelo, caracteriza-se como territorial e não setorial e tem como foco principal o desenvolvimento rural inspirado na agricultura familiar com toda a sua diversidade, além do reconhecimento das particularidades desta parcela importante das populações camponesas (GRISA, SCHNEIDER, 2015; DELGADO; BERGAMASCO, 2017).

A transformação que embasou a modernização da agricultura pressupunha uma identidade básica entre desenvolvimento agrário e desenvolvimento rural. Todavia, verifica-se que onde essas políticas foram inseridas, houve modernização da agricultura e a continuidade da pobreza no campo. Tal observação explica-se pelo fato de que os parâmetros de desenvolvimento rural transpassam a esfera agrícola, não podendo mais serem observados, tampouco avaliados tomando-se como referência apenas os níveis da produtividade agrícola (MATTEI, 1999).

Ressalta-se que o desenvolvimento rural analisado no presente estudo não se confunde

com o conceito de desenvolvimento agrícola⁷, cujo foco prioritário está na produção, tampouco com o conceito desenvolvimento agrário, caracterizado, conforme Navarro (2001), por estudos macrossociais com pouca relevância atribuída aos processos microssociais ou da vida cotidiana rural.

Ao invés dessas concepções históricas, a partir de 1990, a noção de desenvolvimento rural evolui e passa a diferenciar-se dos conceitos anteriores a partir de uma característica específica: a ação planejada do Estado Nacional ou de outras esferas de governo que tendem a atuar como agentes principais do desenvolvimento rural (NAVARRO, 2001; SCHNEIDER, 2004). Neste sentido, Navarro (2001) destaca a legitimidade política do Estado como principal promotor do desenvolvimento rural:

Por ser a única esfera da sociedade com legitimidade política assegurada para propor (e impor) mecanismos amplos e deliberados no sentido da mudança social, o Estado funda-se para tanto em uma estratégia pré-estabelecida, metas definidas, metodologias de implementação, lógica operacional e as demais características específicas de projetos e ações governamentais que têm como norte o desenvolvimento rural (NAVARRO, 2001, p.88).

Ainda de acordo com Navarro (2001), a definição exata de “desenvolvimento rural”, além de variar ao longo do tempo, carrega consigo a melhoria do bem-estar das populações rurais como o objetivo final desse desenvolvimento, adotando como métrica, indicadores de ampla aceitação. Como exemplo básico, temos que o conceito de desenvolvimento rural em 1970 focava prioritariamente na intensificação tecnológica e na absorção de insumos modernos pelos agricultores, o que fatalmente acarretaria aumento da produtividade e, conseqüentemente, elevaria a renda desses produtores. Já nos dias atuais, a queda real dos preços recebidos pelos produtores e a redução do financiamento governamental trariam sérios problemas aos mesmos produtores.

No cenário atual de desenvolvimento rural, destaca-se a agricultura familiar, que conforme Medeiros (2003), não pode ser considerada como um termo novo. Todavia, seu uso recente, difundido principalmente nos meios acadêmicos, nas políticas governamentais e nos

⁷ Navarro (2001) descreve a evolução histórica de desenvolvimento rural, cuja a primeira expressão é o desenvolvimento agrícola. Esse conceito se refere exclusivamente às condições da produção agrícola e/ou agropecuária, suas principais características, em sentido estritamente produtivo, identificando suas tendências em um dado período de tempo. Diz respeito, portanto, à base propriamente material da produção agropecuária, como por exemplo, área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, economicidade, uso do trabalho como fator de produção, entre outros tantos aspectos produtivos.

movimentos sociais, ao longo das últimas décadas, tem adquirido novos significados, sentidos e importantes avanços (WANDERLEY, 2003; MEDEIROS; FALCADE, 2009).

Um dos principais avanços refere-se ao reconhecimento da ampla diversidade econômica e heterogeneidade social da agricultura familiar, composta por famílias de proprietários de terra que utilizam a força de trabalho dos membros da unidade familiar e produzem tanto para seu autoconsumo como para a obtenção de renda, vivendo em pequenas comunidades ou povoados rurais (SCHNEIDER; CASSOL, 2014; MATTEI, 2014).

Anteriormente, algumas teorias e referências políticas das décadas de 1960 e 1970 buscavam adaptar ou diminuir a diversidade social de camponeses e agricultores a determinados modelos ou padrões predeterminados de desenvolvimento monolítico, uma vez que a excessiva diversidade da agricultura familiar era tida como um obstáculo ao seu desenvolvimento econômico e social (SCHNEIDER; CASSOL, 2014).

Todavia, mais recentemente, percebeu-se que as experiências de desenvolvimento mais exitosas emergem da diversidade das economias locais, que por sua vez, demonstram eficiência coletiva, boa capacidade de inovação e capacidade de suportar e se reinventar choques e pressões externas (ABRAMOVAY, 1992; SCHNEIDER; CASSOL, 2014).

Após a Constituição Federal de 1988, ganharam destaque no campo da produção de agricultura familiar os estudos de Abramovay (1992), Lamarche (1993) e Wanderley (2003). Infere-se que, ao longo do percurso histórico, a categoria agricultura familiar sempre manteve uma posição de destaque no que se refere ao desenvolvimento econômico das nações, tendo em vista sua capacidade de suprir alimentos básicos para o mercado interno (WANDERLEY, 2003).

Conforme Mattei (2014), a agricultura familiar foi por muito tempo adjetivada como agricultura de subsistência e historicamente faz parte da rotina das atividades produtivas do Brasil. Entretanto, o autor ressalta que ao longo de todo período imperial e também nos períodos subsequentes, este grupo social não recebeu praticamente qualquer apoio governamental para se desenvolver, fato que começou a ocorrer efetivamente a partir da década de 1990.

Verifica-se que a agricultura familiar, a partir da década de 1990, emergiu como uma nova categoria social e política, congregando o conjunto dos pequenos proprietários rurais, assentados, arrendatários, agricultores integrados, entre outros, que passaram a construir uma nova identidade social e política (SCHNEIDER, 2004). Essa “nova” agricultura familiar unificou boa parte dos interesses desses atores sociais, excluídos politicamente e prejudicados

economicamente, principalmente no que se refere à abertura comercial, a qual ameaçava setores da agricultura brasileira (TROIAN; BREITENBACH, 2018).

A unificação de interesses só foi possível graças ao fortalecimento das lutas dos agricultores familiares, considerada fundamental para que o Governo Federal reconhecesse a legitimidade e importância dessa categoria, criando programas⁸ como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em 2003 e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em 2009 (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

A partir dos anos 1990, a discussão referente à agricultura familiar adquiriu legitimidade social, política e acadêmica no Brasil e passou a ser utilizada com mais frequência pelos órgãos governamentais e por segmentos acadêmicos que estudam o mundo rural, diferentemente do que ocorreu em países desenvolvidos, onde os estudos referentes à agricultura familiar iniciaram décadas antes (SCHNEIDER, 2006). Entretanto, o Brasil ainda apresenta uma realidade rural diferente daquela observada nas sociedades de capitalismo avançado (LAMARCHE, 1993).

Também com esse enfoque, Wanderley (2003) destaca que a agricultura familiar pode ser explicada pela herança histórica camponesa, destacando que em diversos casos o Estado foi determinante na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário das nações desenvolvidas. A autora considera que o agricultor familiar brasileiro, mesmo que inserido no mercado, ainda mantém muitos de seus traços camponeses, pois continua sendo forçado a resolver os problemas históricos, diversas vezes fragilizado pelas condições que a modernização lhe impõe e, muitas vezes, contando com suas próprias forças.

Nesse sentido, a partir dos estudos de Wanderley (2003) e Schneider (2006), verifica-se no Brasil uma certa dificuldade teórica e acadêmica em conceituar a categoria agricultura familiar. Conforme os autores supracitados, essa dificuldade é verificada mais precisamente a partir do surgimento do PRONAF.

A produção típica de agricultura familiar pode ser caracterizada pelo trabalho dos membros da família na atividade agropecuária e pela titularidade dos meios de produção (LAMARCHE, 1993; WANDERLEY, 2003). Neste aspecto, Veiga et al. (2001) descrevem outras características dos agricultores familiares, categoria que não pode ser definida pelo

⁸ Todos os programas mencionados serão abordados detalhadamente no decorrer do estudo.

tamanho da área disponível, mas sim pelas características organizacionais, expostas no quadro abaixo.

Quadro 01 – Diferenças entre propriedades patronais e familiares.

PATRONAL	FAMILIAR
Total separação entre gestão e trabalho.	Trabalho e gestão intimamente relacionados.
Organização centralizada.	Direção do processo produtivo diretamente assegurada pelos proprietários e/ou arrendatários.
Foco na especialização.	Ênfase na diversificação.
Foco nas práticas padronizáveis.	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida.
Predomínio do trabalho assalariado.	Trabalho assalariado complementar.
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”.	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Fonte: Adaptado de Veiga et al. (2001).

A partir da análise de Veiga et al., (2001) verifica-se que, enquanto na atividade patronal o foco está na formalização, burocratização de hierarquias e práticas padronizadas que visam otimizar a lucratividade do empreendimento, na produção familiar ocorre uma preocupação com a qualidade de vida e a durabilidade dos recursos, aliada a uma gestão em que todos trabalham e o trabalho assalariado é complementar a renda.

Nesse sentido, Altafin (2005) classifica quatro características da agricultura familiar, relativas à produção, a saber: a) acesso à terra, seja pela propriedade, seja pela utilização de usufruto ou moradia temporária; b) trabalho prioritariamente familiar, sem a exclusão da força de trabalho externa, sempre que for necessário; c) produção para o autoconsumo em combinação a uma vinculação ao mercado, eventual ou permanente; e d) autonomia na gestão das atividades agrícolas, como por exemplo, decidir sobre o que e quando plantar.

É importante ressaltar que, embora em diversos casos, as unidades de agricultura familiar estejam submetidas ao monopólio de preços ou aos diferentes tipos de mercado de trabalho, crédito, produtos e insumos, o fato de estruturarem-se utilizando a força de trabalho de seus membros possibilita que determinadas decisões possam ser tomadas. Esse fato difere, por exemplo, do que ocorre com um agricultor inserido unicamente na dinâmica capitalista, que conta por exemplo, com a contratação de trabalhadores assalariados (SCHNEIDER, 2006).

Nesse sentido, Altafin (2005) reforça o apoio produtivo à agricultura familiar como um mecanismo de autopromoção da segurança alimentar, além dos incentivos técnicos e financeiros, fundamentais para o fortalecimento da produção dos agricultores familiares, contribuindo para a segurança alimentar e o desenvolvimento econômico e social brasileiro.

As contribuições da literatura, no que concerne à noção de agricultura familiar, são diversas. Destacam-se basicamente duas correntes, a saber: uma vertente que considera a agricultura familiar como algo moderno, transformada e adaptada pela sociedade capitalista, cujo principal expoente é Abramovay (1992), e outra corrente, das quais fazem parte Lamarche (1993) e Wanderley (2003), que afirmam que o conceito está em constante evolução, com foco na questão histórica.

Na primeira corrente, Abramovay (1992) destaca a gestão, a propriedade e o trabalho familiar três atributos presentes nos ambientes caracterizados como agricultura familiar. Conforme o autor, nesse tipo de produção a gestão, a propriedade e grande parte do trabalho se originam de indivíduos que mantêm entre si laços consanguíneos ou de relacionamento. Essa definição pode sofrer variações conforme o objetivo pelo qual é conceituada, como por exemplo, a utilização do termo na obtenção de crédito agrícola provavelmente não seja a mesma definição utilizada em estudo acadêmico.

Nesse aspecto, Abramovay (1992) ressalta que não há sentido em buscar as origens históricas do conceito de agricultura familiar, relacionando-a com a agricultura camponesa. Conforme o autor, uma agricultura familiar fortemente entrelaçada ao mercado, capaz de absorver os principais avanços tecnológicos e de responder às políticas governamentais não pode ser caracterizada como camponesa.

No entanto, para Lamarche (1993), a agricultura familiar pode ser entendida como uma atividade rural com centralidade na família, modo de vida original e caracterizada pelas formas tradicionais de produção. A autora ressalta que essa categoria se adapta às condições modernas de produção e vida em sociedade, tendo em vista que, de uma forma ou de outra, todos estão inseridos no mercado moderno e são constantemente influenciados pela sociedade.

Neste sentido, Wanderley (2003) infere que a agricultura familiar pode ser compreendida como uma camada de agricultores, capazes de se adequar às atuais exigências do mercado, realizando assim um contraponto aos “pequenos produtores⁹” que, em tese, não teriam as capacidades necessárias para assimilar tais exigências. As políticas públicas teriam a missão de construir as bases para a formação desse segmento chamado de agricultores consolidados ou em condições de se consolidar em curto prazo.

Schneider (2006) destaca alguns elementos importantes na elaboração de uma definição utilizável para a compreensão da categoria social denominada agricultores

⁹Termo em desuso na academia por carregar consigo um teor pejorativo de diminuição dos agricultores.

familiares. De acordo com o autor, faz-se necessário a utilização desses elementos para análise mais geral das formas familiares de organização do trabalho e da produção existentes no interior da sociedade atual.

O primeiro elemento refere-se à forma de uso do trabalho, visto que predominantemente, são os membros da família que trabalham na propriedade e eventualmente, em caráter temporário, podem contratar outros trabalhadores. Não se deve utilizar critérios de quantificação para definir o limite a partir do qual uma unidade de agricultura familiar, que usa trabalho contratado, deixa de ser considerada familiar (SCHNEIDER, 2006).

Ainda conforme Schneider (2006), o segundo elemento diz respeito aos obstáculos oferecidos pela natureza, que dificultam uma correspondência entre a atividade produtiva agrícola e a atividade industrial. Conforme o autor, os avanços científicos e tecnológicos ainda não lograram êxito em eliminar a “base natural” envolvida na produção de alimentos e fibras, tampouco arruinar os processos produtivos agrícolas que diferenciam o funcionamento entre agricultura familiar e industrial.

Portanto, as barreiras naturais continuam limitando o desenvolvimento de economias de escala na agricultura, impedindo, assim, uma total subordinação dos processos produtivos ao interesse do capital e, por isso, operando com base em relações de trabalho não assalariadas. Não é por acaso que uma parcela majoritária da produção agroalimentar dos países capitalistas mais desenvolvidos continua nas mãos dos agricultores familiares (SCHNEIDER, 2006, p. 5).

As relações socioeconômicas dos agricultores familiares com uma determinada região geralmente ocorrem pelo acesso a créditos (advindos geralmente do Estado ou de Organizações Não Governamentais) e também pelo relacionamento e acesso a mercados de produtos, comprando insumos e vendendo mercadorias. Esse conjunto de instituições influenciam de forma direta as decisões individuais e familiares desses agricultores e configuram o terceiro elemento de análise de Schneider (2006).

A interação com essas instituições locais, aliada à capacidade de inovação dos agricultores familiares são elementos fundamentais para que estes consigam ampliar a geração e agregação de valor, diminuindo custos de transação e movimentando as economias locais (SCHNEIDER, 2010).

Nesse sentido, Veiga et al., (2001) e Abramovay (1992) destacam as potencialidades da agricultura familiar em sociedades capitalistas avançadas. Os autores consideram os agricultores familiares como “empreendedores” que herdaram sua capacidade de inovação como uma característica advinda de um passado camponês. Todavia, Schneider (2010, p. 519)

complementa: “...camponeses e agricultores são distinguidos sendo o traço diferenciador a integração aos mercados e sua reprodução em um ambiente que estimula o agricultor a virar produtor de mercadorias”.

A agricultura familiar possui em seu núcleo a relação direta com a terra e com a produção agrícola, embora existam autores que se oponham ao uso desta concepção. Todavia, a ideia de uma população camponesa, cercada exclusivamente pelo meio rural, vem sendo questionada no Brasil há várias décadas. As estratégias de reprodução não se limitam exclusivamente a reproduzir e permanecer no campo, mas incorporam novas necessidades e paradigmas continuamente originados pelas transformações globalizadas, econômicas e sociais (MARTINS, 2001).

Outro aspecto importante diz respeito à trajetória da agricultura familiar brasileira, que está basicamente relacionada aos índios, negros, mestiços, brancos não herdeiros e imigrantes europeus. Embora separados por momentos históricos e contextos diferentes, observa-se a posição sempre secundária que estes segmentos ocupavam dentro do modelo de desenvolvimento do país, que desde sua origem foi focado na grande propriedade voltada à monocultura de exportação e recebedora de estímulos e garantias governamentais (WANDERLEY, 2003; ALTAFIN, 2005).

De acordo com Mattei (2014), nas duas últimas décadas o termo “agricultura familiar” se afirmou no contexto econômico e social brasileiro. Esse processo representa a conjunção da luta política dos movimentos sociais rurais fomentados pelas organizações dos agricultores familiares, que buscam uma política pública específica para este setor. Ainda conforme o autor, parte da legitimação desta bandeira de lutas ocorreu em 1996 a partir da criação do PRONAF e, mais recentemente, quando ocorreu a promulgação da Lei da Agricultura Familiar (2006)¹⁰. Alia-se a isso, a retomada dos estudos e debates acadêmicos com diferentes visões a respeito da ruralidade brasileira, o que auxiliou na ampliação da teoria.

É justamente esta forma de produção que se encontra em evidência atualmente no meio rural brasileiro, ao agregar famílias, propriedades agrícolas, trabalho na terra, ao mesmo tempo em que se cultuam valores e tradições. Isto tudo conforma uma grande diversidade econômica, social e cultural que dinamiza os processos sociais rurais. O marco legal ocorreu em 24 de julho de 2006 quando o governo promulgou a Lei 11.326, também conhecida como Lei da Agricultura Familiar (MATTEI, 2014, p. 72).

¹⁰ Lei 11.326, de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Conforme Niederle (2017), a trajetória das políticas públicas referentes a agricultura familiar brasileira, tem revelado um contínuo processo de aprimoramento institucional. O autor também cita a criação de programas inovadores, como o PRONAF, que pela via dos mercados institucionais, estimulam a produção dessas famílias, fortalecendo uma preocupação com a segurança alimentar e nutricional, revelando a existência de importantes saltos qualitativos nesta trajetória.

De acordo com a Secretaria Especial de Desenvolvimento Agrário (2018), as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais estão presentes na Lei 11.326/2006. Conforme essa legislação, são considerados agricultores e agricultoras familiares aqueles(as) que desenvolvam práticas no meio rural e atendam basicamente a quatro critérios específicos: a) detenham área de no máximo quatro módulos fiscais (área que varia de município para município); b) utilizem prioritariamente o trabalho da própria família nas atividades econômicas rurais; c) tenham percentual mínimo de renda familiar advinda de atividades econômicas rurais em seu estabelecimento e/ou empreendimento; e d) exerçam a direção de seu estabelecimento ou empreendimento juntamente sua família.

Segundo Mattei (2014), são inegáveis os avanços das duas últimas décadas no meio rural brasileiro, iniciados a partir do momento em que o Estado resolveu apoiar fortemente a agricultura familiar, setor este que, por quase cinco séculos ficou fora das ações e políticas públicas de desenvolvimento rural do país. Conforme o autor, a garantia da segurança alimentar e nutricional, a preservação da biodiversidade, a reprodução do patrimônio cultural das populações rurais e a manutenção da diversidade dos espaços rurais impactam e beneficiam a toda a sociedade, que acaba usufruindo de alimentos com qualidade e diversificados, de ambientes naturais preservados e de uma ampla gama de manifestações culturais. “Isso revela a perspectiva solidária da contribuição da sociedade agrária para o funcionamento global da sociedade brasileira” (MATTEI, 2014, p. 78).

Neste tópico buscou-se apresentar noções de agricultura familiar, destacando seu papel protagonista no desenvolvimento rural. No próximo item serão apresentadas algumas das estratégias de reprodução social, presentes na literatura que versa sobre agricultura familiar e que tornam viáveis a permanência dos agricultores no meio rural.

2.1 Estratégias de reprodução social da agricultura familiar

Grande parte da reflexão sobre agricultura familiar no Brasil teve origem nos estudos clássicos de Chayanov (1974), Prado Junior (1979), entre outros. Neste sentido, a teoria central da obra de Chayanov (1974) foca na combinação da propriedade e posse dos meios de produção, que configuram a atividade camponesa, a qual, diferentemente da organização capitalista, dá ênfase à satisfação das necessidades fundamentais para a sobrevivência da família (ALTAFIN, 2005).

Na visão de Chayanov (1974), a satisfação das necessidades dos camponeses seria fomentada simultaneamente como uma unidade familiar de produção e consumo. Os fatores de produção (terra, capital e trabalho) formariam um conjunto indivisível de variáveis dependentes, organizadas em um processo equilibrado de trabalho que visaria suprir as necessidades de consumo da unidade familiar. A produção e o consumo estariam relacionados à motivação individual de cada família. O total de trabalho dependeria do tamanho, da composição, do número de membros aptos a trabalhar e da dimensão geográfica e produtiva da terra (CARNEIRO, 2009).

Prado Junior (1979) sintetiza a questão produtiva e de subsistência presente na agricultura familiar brasileira, preconizando a falta de terras para esses fins, forçando-os a ter que trabalhar em estabelecimentos agromercantis. Conforme o autor, a questão agrária brasileira se resume no fato de que, grande parte da população - com exceção de uma minoria de grandes latifundiários e fazendeiros - embora encontre-se ligada à terra, seja na condição de moradores ou de trabalhadores do campo, permanece privada do acesso a essa mesma terra, em quantidade suficiente para lhe assegurar um nível satisfatório de subsistência. “Vê-se assim forçada a exercer sua atividade em proveito dos empreendimentos agromercantis de iniciativa daquela mesma minoria privilegiada que detém o monopólio virtual da terra” (PRADO JÚNIOR, 1979, p.32).

No entanto, Abramovay (1992) destaca que para uma real compreensão da agricultura familiar, faz-se necessária uma análise da sua dinâmica interna, tomando como base as relações que a unidade familiar estabelece com o meio externo, uma vez que ocorre a reprodução da família para si própria, sempre inserida na sociedade capitalista. Conforme o autor, essas famílias adotam certas estratégias de reprodução social como respostas provocadas pelas pressões externas.

Para Lamarche (1993), essas estratégias de reprodução social possibilitam a satisfação das necessidades dos agricultores familiares e podem ocorrer de diversas formas, como variações na intensidade de trabalho, êxodo de membros da família, redução do consumo, diversificação, redução ou intensificação da produção.

Entretanto, Schneider (1999) destaca que as estratégias de reprodução social na agricultura familiar podem ser interpretadas como o resultado das escolhas e decisões dos membros em relação à família e vice-versa. Segundo o autor, as estratégias ocorrem nos limites de condicionantes sociais, culturais e econômicos que influenciam as decisões das unidades familiares. Assim, a tomada de decisões e as escolhas feitas possuem uma tendência que se materializa através das relações sociais, econômicas e culturais em que esses agricultores estão inseridos. Tratam-se de estratégias conscientes e racionais, resultantes das relações materiais presentes e do histórico familiar transmitido culturalmente. “Desse modo, as estratégias não são causais ou teleológicas, mas resultado da ação humana frente às contingências e situações objetivas” (SCHNEIDER, 1999, p. 108).

Dessa forma, Plein e Schneider (2004) destacam a diferença entre as estratégias de reprodução social da agricultura familiar, que pressupõem a permanência das famílias no campo, através de atividades agrícolas ou não agrícolas e as estratégias de reprodução social das famílias dos trabalhadores rurais familiares, que ocorrem tanto pela permanência no campo quanto pela migração para a cidade. Conforme os autores, essa diferenciação é importante, pois compreende a migração enquanto uma estratégia de reprodução. “Migrações rurais/ rurais, trata-se de uma estratégia de reprodução da agricultura familiar. Já no caso das migrações rurais/urbanas, são estratégias de reprodução das famílias dos agricultores familiares” (PLEIN; SCHNEIDER, 2004, p. 235).

Nesse sentido, Grisa, Gazolla e Schneider (2010) identificaram a produção de autoconsumo como uma importante estratégia de reprodução social. De acordo com os autores, como produção para o autoconsumo destacam-se a produção de alimentos, a criação de animais, a fabricação de ferramentas e a confecção de insumos necessários para o processo produtivo da unidade familiar.

Para Leite (2004), autoconsumo é a parcela da produção agropecuária (agrícola, pecuária, extrativista e toda produção resultante de produtos primários que tenham sido beneficiados) gerada em uma unidade familiar e destinada ao consumo da família para a alimentação animal e também, para outros usos da atividade produtiva.

Conforme Gazolla e Schneider (2007), durante muito tempo o mundo acadêmico teve a convicção de que a produção para o autoconsumo na agricultura familiar possuía um caráter atrasado ou que seria um tema de pequena relevância, com o qual os estudiosos não deveriam dispor a sua atenção. Todavia, entre os estudiosos do campesinato e da agricultura familiar é quase consenso que a produção para uso e consumo próprio de alimentos, bens e meios de trabalho continua a possuir um papel fundamental na vida dos agricultores familiares.

A produção para autoconsumo possibilita o acesso direto aos alimentos, que serão levados da lavoura à casa dos agricultores, sem um processo de intermediação que custe valor de troca. Ademais, as famílias escolhem os alimentos que serão gerados ou cultivados, segundo seus gostos e costumes, uma vez que sabem as técnicas necessárias para cultivá-los, fortalecendo a segurança alimentar das mesmas. Além da segurança alimentar, o autoconsumo configura-se como fonte de renda não-monetária, possibilitando que as famílias economizem recursos na compra de alimentos, além de ser uma estratégia de diversificação dos meios de vida, o que contribui para a estabilidade econômica das famílias rurais (GRISA, GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010).

Conforme Gazolla (2004), o autoconsumo não se configura apenas na produção dos agricultores como forma de elaborar produtos necessários à alimentação e manutenção da unidade familiar, mas configura-se, principalmente, como algo simbólico e cheio de significados, fundamentais à elaboração da sua caracterização social como indivíduos. O autor ressalta que existe uma relação de apego à terra, à família, ao saber-fazer que atravessa gerações. Dessa forma, a produção para autoconsumo não se caracteriza apenas como mercadoria produzida pelo agricultor, mas principalmente pela produção e reprodução das relações sociais, expressas em um saber acumulado que é transmitido na socialização dos descendentes.

A agricultura familiar possui uma importante capacidade produtiva que contribui em grande medida para o abastecimento de alimentos do país, mesmo com o pouco acesso às inovações tecnológicas (INCRA/FAO, 2000). A importância da agricultura familiar na produção agropecuária pode ser verificada no Censo Agropecuário de 2006¹¹, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com os dados, o Brasil possui aproximadamente 4,3 milhões de estabelecimentos rurais (84% de estabelecimentos rurais) que utilizam a terra com atividades caracterizadas como agricultura familiar e ocupam uma área total de aproximadamente 80 milhões de hectares (24% da área total) (IBGE, 2006).

Ainda conforme o Censo Agropecuário de 2006, em contraponto, existiam aproximadamente 800.000 empreendimentos rurais não familiares (16% de estabelecimentos rurais) que ocupavam 76% da área total de terras brasileiras. Importante destacar que, embora a área total ocupada pela agricultura familiar seja inferior aos estabelecimentos rurais não

¹¹ Último censo agropecuário realizado no Brasil. Em outubro de 2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) iniciou o censo agropecuário 2017, com previsão de divulgação preliminar dos dados em julho de 2018.

familiares, a agricultura familiar em 2006 era responsável pela produção de R\$ 54 bilhões por ano (38% do valor total), enquanto que os estabelecimentos não familiares produziram R\$ 89 bilhões por ano (62% do valor total). A área média dos estabelecimentos familiares em 2006 era de 18,37 hectares por família e a área média dos estabelecimentos não familiares correspondia a 309,18 hectares por estabelecimento (IBGE, 2006).

Através dos dados do Censo Agropecuário de 2006, verificou-se também a importância da produção da agricultura familiar em algumas culturas específicas, a saber: aproximadamente 87,0% da produção nacional de mandioca; 70,0% da produção nacional de feijão; 46,0% da produção nacional de milho; 38,0% da produção nacional de café; 34,0% da produção nacional de arroz; e 58,0% da produção nacional de leite. Além disso, os agricultores familiares brasileiros possuíam, em 2006, cerca de 59,0% do plantel de suínos, metade do plantel de aves, 30,0% do rebanho bovino e eram responsáveis por aproximadamente por 21,0% da produção de trigo. Neste mesmo censo, a soja representou uma participação de 16,0% na produção nacional (IBGE, 2018).

Nesse aspecto, Troian e Breitenbach (2018) destacam que, embora esses dados se refiram à agricultura familiar como um todo, dentro desse percentual de agricultores familiares está presente a heterogeneidade, o que leva as autoras a concluir que não existe uma única forma de agricultura familiar, mas várias.

Ou seja, existem múltiplas realidades quando o assunto é agricultura familiar, seja comparativamente entre países, internamente num país, considerando as especificidades do Brasil e até mesmo num estado, como é o caso do Rio Grande do Sul (TROIAN; BREITENBACH, 2018, p. 140).

Apesar da importância da atividade agropecuária na renda dos agricultores familiares, Veiga et al., (2001) observam que os rendimentos dessas famílias, em grande parte, não dependem exclusivamente da produção de seus sítios, uma vez que esses agricultores sempre buscaram trabalho fora e exerceram outras atividades, em grande parte, não pertencentes ao setor agropecuário. Os autores inferem ser um engano supor que a renda familiar desse tipo de agricultor coincida com a renda agrícola da terra da qual é proprietário e habita, uma vez que se visualizam diversas fontes de renda para essas famílias.

Outra estratégia de reprodução social visualizada entre os agricultores familiares é a pluriatividade, ou seja, a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas para complementar a renda familiar. Conforme Baumel e Basso (2004), a pluriatividade pode ser compreendida como uma prática social, oriunda da busca de diferentes alternativas que garantam a reprodução das famílias de agricultores, com ampliação de fontes de renda. Tem

um alcance econômico, social e cultural possibilitando que as famílias que residem no espaço rural realizem outras atividades ocupacionais, além da atividade agropecuária.

Mattei (1999) e Schneider (2003) destacam que até a década de 1980, os termos agricultura em tempo-parcial (*part-time farming*) e pluriatividade (*pluriactivité*) eram descritos quase sempre como sinônimos pelos estudiosos do tema. Até essa época, acreditava-se que a única diferença entre essas expressões era o fato de que *part-time farming* era utilizado pelos analistas de língua inglesa e *pluriactivité* se relacionava diretamente a estudiosos franceses. Todavia, além das diferenças etimológicas, essas duas definições incorporam diferentes interpretações de um fenômeno social que começou a ser percebido e estudado na década de 1970, referente à diversificação crescente das fontes de renda e das atividades profissionais dos indivíduos que pertencem a uma mesma família de agricultores (MATTEI, 1999; SCHNEIDER, 2003; SCHNEIDER; CASSOL, 2017).

De acordo com Graziano da Silva (1999), a partir de meados dos anos 1980, inicia-se no Brasil uma nova conformação do meio rural, decorrente do próprio processo de modernização tecnológica da atividade agropecuária. Conforme o autor, a partir de então, emerge uma nova conformação do espaço rural brasileiro, como ocorrera há tempos em diversos países desenvolvidos. Essa nova realidade possui como característica fundamental a redução crescente das diferenças entre o urbano e o rural, principalmente no que se refere ao mercado de trabalho, pois visualiza-se um crescimento da população ocupada em atividades não agrícolas.

A partir dessa nova concepção, o meio rural deixou de ser “sinônimo de atraso” e se desconectou em partes da agricultura, que passa a ser apenas uma de suas diversas atividades (SCHNEIDER, 2010). Segundo Graziano da Silva (1999), com a diminuição das diferenças entre o rural e o urbano surge uma mescla de ambos, caracterizado pela expressão “rurbanização¹²”, expressão que embora tenha sido elaborada na década de 1950 por Gilberto Freyre, serve para descrever esse novo espaço rural brasileiro.

Ainda de acordo com Graziano da Silva (1999), o novo rural seria composto, fundamentalmente, por três grupos de atividades, a saber: a) uma agropecuária moderna,

¹² Elaborado por Gilberto Freyre em 1950, esse conceito diz respeito a um processo de desenvolvimento socioeconômico que combina, como formas e conteúdo de uma só vivência regional ou nacional, valores e estilos de vida rurais e valores e estilos de vida urbanos (DUQUEVIZ, 2006). “A rurbanização como política social propunha, então, conciliar as duas vocações brasileiras, que seriam elas a urbana e agrária. Essa dupla vocação daria consistência a uma solução rurbana para os problemas de futuro brasileiro. Mais uma vez, o Brasil permanecia fecundo em suas raízes históricas: pedia o equilíbrio dos antagonismos. Pedia que se conciliasse diferenças, harmonizasse contrários” (DUQUEVIZ, 2006, p. 79).

também conhecida como agronegócio, que se baseia em *commodities* e diretamente relacionada às agroindústrias; b) um grupo de atividades não agrícolas relacionadas à moradia, ao lazer e a diversas atividades industriais e de prestação de serviços, e por fim, c) um grupo de novas atividades agropecuárias, fomentadas por nichos de mercado. Conforme Schneider (2010, p. 521) “o semblante deste novo rural seriam as famílias pluriativas, que são aquelas que combinam atividades agrícolas e não-agrícolas e promovem a integração intersetorial (agricultura com comércio e serviços) e interespacial (rural com urbano) ”.

Para Schneider (2003), por serem proprietários dos meios de produção, a reprodução dos agricultores familiares torna-se dependente de sua capacidade de fazer escolhas e desenvolver novas habilidades frente aos desafios que lhes são colocados cotidianamente pelo ambiente social e econômico em que vivem. Desta forma, são forçados a inovar constantemente e a se tornarem pluriativos. O autor destaca a pluriatividade como um fenômeno social e econômico do mundo rural, que parte do indivíduo ou da unidade familiar e combinam atividade agrícolas com atividades não agrícolas.

Como fenômeno social e econômico presente na estrutura agrária de regiões e países, pode-se definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Nesse sentido, ainda que se possa afirmar que a pluriatividade seja decorrente de fatores que lhe são exógenos, como o mercado de trabalho não agrícola, ela pode ser definida como uma prática que depende de decisões individuais ou familiares. Interessa, pois, avaliar o significado econômico, o sentido sociocultural da consolidação da pluriatividade em famílias que residem no espaço rural e se integram em outras atividades ocupacionais, combinando-as com a atividade agrícola (SCHNEIDER, 2003, p. 112).

A grande diversidade de atividades existentes no meio rural faz com que a diferença entre o que é atividade agrícola e o que é atividade não agrícola seja algo contravertido e não muito claro. Neste aspecto, Schneider (2010) considera atividades não agrícolas aquelas cujo desenvolvimento não implica em envolvimento direto nos processos de cultivo da terra e/ou manejo de animais.

Nesse mesmo sentido, Wanderley (1996) infere que a pluriatividade e o trabalho externo dos integrantes de uma unidade familiar não configuram obrigatoriamente o desfazimento da agricultura camponesa, mas se estabelecem, frequentemente, como elementos positivos, com os quais a própria família pode contar para viabilizar suas estratégias de reprodução social, presentes e futuras. Mattei (1999) destaca que com a

pluriatividade, emergem novas formas diversificadas de produção, principalmente relacionada a serviços, lazer, proteção ambiental, entre outros.

A partir do fenômeno pluriatividade, surgem diferentes oportunidades que impactam diretamente no mercado de trabalho e na geração de renda dos agricultores familiares. O meio rural e urbano deixam de ser “inimigos” e assumem uma característica mais abrangente, determinada pelo conjunto das relações socioeconômicas. Neste aspecto, as dimensões contemporâneas de desenvolvimento rural devem ser analisadas a partir de uma diversificação do ambiente produtivo local e de suas interações com a economia global (MATTEI, 1999; GRAZIANO DA SILVA, 1999; SCHNEIDER, 2003).

Mattei (1999, p. 9) observa ainda, que “nos países desenvolvidos a pluriatividade já foi amplamente estudada e documentada, embora não tenha sido incorporada com a devida atenção nos programas de desenvolvimento rural”. Somente a partir da década de 1990, com o término das reformas de políticas agrícolas dos países desenvolvidos, expandiu-se o horizonte dos diversos programas de desenvolvimento rural. A partir de então, a pluriatividade entrou na agenda pública, fazendo parte do cotidiano de trabalho de diversos atores sociais, como agricultores, pesquisadores, governantes, entre outros (MATTEI, 1999).

A suposição de que apenas a atividade agropecuária gera renda para a agricultura familiar torna-se uma premissa falsa, pois diversas transferências públicas reforçam a capacidade de resistência desses agricultores. “Principalmente a aposentadoria garantida desde 1988 pela Constituição, mas também salário-maternidade e bolsa escola, sem falar de dezenas de programas de combate à pobreza rural ou de microcrédito subvencionado” (VEIGA et al., 2001, p.27).

Ainda no leque de estratégias adotadas pela agricultura familiar para a reprodução social, destaca-se o uso das políticas de seguridade social e de transferência de renda. Conforme Mattei (2014), nas duas últimas décadas as políticas públicas brasileiras, que objetivam o combate à pobreza e a promoção do desenvolvimento rural, aliadas às políticas que têm relação direta com o mundo rural, tiveram forte incremento.

De acordo com Vilela (2017), programas sociais de transferência de renda e as políticas de seguridade social configuram-se como elementos fundamentais das estratégias de sobrevivência e reprodução da agricultura familiar brasileira. Na análise do autor, além de justiça social e distribuição de renda, esses programas possibilitam a mobilização de fatores anteriormente indisponíveis aos agricultores, uma vez que são atendidas prioridades e necessidades básicas à vida. “Ao invés de se constituírem em fatores de desmobilização pela acomodação, com uma frequência significativa vêm-se tornando fatores de mobilização na

busca do reforço às atividades produtivas agrícolas ou não agrícolas da família” (VILELA, 2017, p. 259).

Dessa forma, Grisa e Schneider (2014) destacam que no campo das políticas sociais para a agricultura familiar, a inclusão dos trabalhadores que vivem e trabalham no meio rural, no sistema de seguridade social, foi uma ação pioneira promovida pela Constituição Federal de 1988. “Esta medida antecede o próprio reconhecimento político da categoria agricultura familiar que iria ocorrer em meados da década de 1990” (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. 135).

De acordo com Delgado (1997), as mudanças ocorridas nas regras da previdência social rural tiveram efeito social muito significativo, pois elevou-se o grau da cobertura demográfica da população assistida, ocorrendo um aumento do nível de renda dos trabalhadores e melhoria de sua distribuição. Nesse sentido, Mattei (1999) destaca que a extensão dos benefícios previdenciários às áreas rurais, ocorrida a partir de 1991, com a regulamentação da nova legislação da Previdência Social, influenciou positivamente a dinâmica econômica de diversos municípios, principalmente aqueles considerados pequenos, onde os níveis de renda das populações rurais são extremamente baixos.

Da mesma forma, Caldas e Anjos (2007) reforçam a importância da mudança da legislação, no que tange à Previdência Social Rural, destacando o surgimento das leis nº 8.212 e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, incluindo a condição de “segurado especial” aos trabalhadores rurais e produtores que trabalhavam individualmente ou em regime de economia familiar, entendida neste contexto como sinônimo de inexistência de contratação de mão de obra permanente ou eventual.

A importância da previdência rural para a agricultura familiar é destacada também por Delgado e Cardoso Jr. (2009), inferindo que entre 1991 e 1998 praticamente dobrou o número absoluto de benefícios por idade no meio rural, enquanto seu valor unitário médio passou de US\$ 44,1 mensais em 1991 para US\$ 108,5 em 1998. Os autores observam que o impacto financeiro da previdência rural triplicou o gasto mensal com aposentadorias e pensões rurais. “Esse gasto social, não obstante, tem uma incidência distributiva e redistributiva muito importante no setor social a que se destina” (DELGADO; CARDOSO JR., 2009, p. 60).

Nesse sentido, a Previdência Social Rural possibilita a manutenção do agricultor ou da agricultora e também a sustentação material de outros membros da família que se encontram na condição de desempregados, como os jovens que ainda não ingressaram no mercado de trabalho (CALDAS; ANJOS, 2007).

Souto et al. (2017) destacaram o papel desempenhado pelos recursos previdenciários rurais na agricultura familiar. Os recursos auxiliam na melhoria das condições gerais de vida das famílias e também no financiamento das próprias atividades agropecuárias nas unidades produtivas. Conforme os autores, os recursos previdenciários são utilizados para cobrir despesas com alimentação, remédios e energia elétrica dos agricultores, reduzindo as incertezas na obtenção da renda agrícola e suprindo o atendimento das necessidades básicas da família.

Além da importância da Previdência Social Rural como estratégia da reprodução social presente na agricultura familiar, Grisa e Schneider (2014) observam que de 1998 até meados dos anos 2000, verificou-se o surgimento de um conjunto de ações do Estado, referentes à transferência de renda, que também contemplaram a agricultura familiar. Como exemplo, os autores destacam os programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás, unificados pelo Programa Bolsa Família, a partir de 2003.

De acordo com Castilho Silva e Schneider (2015), os programas de transferência de renda deram um novo sentido para o desenvolvimento rural, uma vez que têm o poder amenizar uma situação adversa em um curto período de tempo e, paralelamente, servem de impulso para a sua superação em longo prazo, auxiliando na redução das desigualdades sociais. Conforme os autores, políticas e programas como a transferência de renda, a exemplo do Programa Bolsa Família, podem ser visualizados como ferramentas importantes não apenas pelo acesso à renda, mas também pela melhoria da frequência escolar dos estudantes e acompanhamento das famílias.

Para Castilho Silva e Schneider (2015), ainda há um amplo debate sobre o Programa Bolsa Família, voltados sobretudo, a sua relação com a população rural, que concentra grande parte da pobreza do país e que ainda não recebeu a atenção devida dos analistas de políticas públicas, para compreensão dos efeitos do Programa Bolsa Família entre agricultores familiares.

Além dos programas de transferência de renda, novas estratégias de reprodução da agricultura familiar começam a emergir e ganhar espaço, a exemplo do turismo rural. De acordo com o Ministério do Turismo (2003, p. 11), Turismo rural é um conjunto de: “atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”. No entanto, quando a atividade turística for desenvolvida pelos produtores familiares rurais é caracterizada como Turismo Rural na Agricultura Familiar — TRAF — entendido como:

A atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem-estar aos envolvidos (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2003, p. 8).

De acordo com Oliveira e Zouain (2011), o TRAF fortalece a agricultura familiar como mais uma opção de renda, compensando as perdas da produção agrícola, geralmente causadas por excesso ou falta de chuvas. Com o turismo rural, têm-se a valorização da agricultura familiar e de sua cultura, a preservação do meio ambiente e a integração campo/cidade. Ainda conforme os autores, “o efeito distributivo da renda, causado pelo turismo, irriga a zona rural com o capital urbano deixado pelos turistas gerando mais postos de trabalho e ajudando a desacelerar o êxodo rural” (OLIVEIRA; ZOUAIN, 2011, p. 12).

Para Souza, Elesbão e Schaidhauer (2011), as motivações para o desenvolvimento do turismo rural estão diretamente relacionadas às potencialidades locais e à importância dos recursos obtidos com a atividade turística. Os autores destacam que o turismo rural contribui para a melhoria da autoestima dos agricultores, a valorização cultural da atividade camponesa, a maior integração da comunidade e a permanência das famílias no espaço rural.

Neste tópico, buscou-se apresentar algumas estratégias de reprodução social presentes na literatura disponível sobre agricultura familiar, cuja diversidade e heterogeneidade possibilitam uma capacidade adaptativa às alterações climáticas e de mercado, buscando sua reprodução social mesmo em situações adversas. Imersa na diversidade característica da agricultura familiar, encontra-se a agricultura familiar assentada, tema da presente pesquisa. Nesses termos, o capítulo a seguir abordará a questão da luta pela terra e a reforma agrária no Brasil.

3. AGRICULTURA FAMILIAR E A LUTA PELA TERRA NO BRASIL

A distribuição de terras em países como Rússia e Japão antecedeu o processo de industrialização e forneceu a base para o desenvolvimento, ao contrário do que ocorreu no Brasil, onde os regimes ditatoriais do século XX ignoraram a importante etapa de reorganização fundiária e apostaram no desenvolvimento nacional baseado no processo de industrialização, gerando êxodo rural, aumento considerável da população nas cidades e elevando os níveis de desemprego que perduram até os dias atuais (PIMENTEL, 2004; SCHNEIDER, 2009).

Segundo Furtado (2007), desde o início da colonização brasileira, o sistema de concessão de terras prevaleceu apenas para quem dispusesse de meios para explorá-las, com o objetivo principal de exportar a produção excedente para a Coroa portuguesa. A criação das capitânicas hereditárias¹³ pelo rei de Portugal D. João III, em 1534, marcou o início desse processo exploratório. Ainda conforme Furtado (2007), o sistema de capitânicas hereditárias, que consistia em dividir o território brasileiro em quinze vastas extensões territoriais que iam do litoral até o limite definido pelo Tratado de Tordesilhas, deu início ao problema de concentração fundiária no Brasil. Neste sentido, Cesar (2005) destaca a importância das capitânicas hereditárias na organização fundiária brasileira, além de seu despropósito:

A primeira divisão administrativa do Brasil, por meio das Capitânicas Hereditárias, foi o reconhecimento de que os ganhos territoriais dos Descobrimientos deviam ser repatriados com súditos fiéis, senão para colonizar novos mundos, quando nada para fortalecer o prestígio da própria realeza. Daí por diante, como lei inexorável, o grande todo brasileiro foi sendo fracionado sucessivamente, cada dia em pedaços menores. [...] as capitânicas dos donatários quinhentistas são, em realidade, um despropósito (CESAR, 2005, p. 143).

De acordo com Santos (2014), a criação das capitânicas hereditárias não se deu de forma pacífica, uma vez que, a exemplo do que ocorrera com os Maias e Astecas no México e com os Incas a Oeste da América do Sul, os índios brasileiros reagiram e foram brutalmente exterminados e/ou escravizados. Entre as principais obrigações dos donatários, membros da nobreza portuguesa que eram agraciados com as terras, estavam a criação de um vilarejo e a

¹³ Faixas de terra gigantescas, passadas de pai para filho. Essas famílias (geralmente nobres que mantinham relacionamento próximo com o rei) tinham como objetivo proteger de prováveis invasões estrangeiras e administrar o território. Em contrapartida, recebiam do Rei o direito de explorar quaisquer recursos naturais.

doação de sesmarias¹⁴ para cristãos que possuíssem condições financeiras para explorá-las. Após dois anos, essas pessoas (os sesmeiros) eram proprietárias das terras que haviam recebido (FURTADO, 2007; VERAS NETO, 2013).

O sistema de sesmarias teve início com a expedição de Martim Afonso de Souza para o Brasil no início da década de 1530 e continuou em vigência até 17 de julho de 1822 (SANTOS, 2014). Após o fim desse sistema, durante 28 anos o Brasil permaneceu sem qualquer lei que regulamentasse a aquisição de terras. As terras devolutas (terras que pertencem ao poder público) passaram a ser povoadas de maneira descontrolada por homens livres, que tinham a intenção de ocupá-las e torná-las produtivas. Esse tipo de ocupação teve fim em 1850 com a criação da Lei nº 601, que ficou conhecida como Lei de Terras (VERAS NETO, 2013). O período imperial brasileiro foi marcado pela total ausência de democratização do acesso à terra, uma vez que a Constituição de 1824 concedeu a propriedade das terras devolutas do país ao Governo Imperial (SANTOS, 2014; BACHA, 2012).

A base da economia brasileira, na época da colônia, foi construída através de latifúndios, que tinham na monocultura sua única forma de subsistência (VERAS NETO, 2013; BACHA, 2012). A abundância de terras dificultava e tornava quase impossível a utilização de mão de obra assalariada (BACHA, 2012). Foi nesse período que iniciou o tráfico de escravos oriundos da África. Em grande parte, o pensamento escravocrata baseava-se na supremacia da raça branca, entendendo que as raças inferiores deveriam ser obrigadas e forçadas ao trabalho, pois eram preguiçosas e acomodadas (VERAS NETO, 2013).

Estes processos de concentração fundiária no passado, com a abolição da escravatura sem distribuição de terra para os libertos, contribuíram por descartar historicamente, a massa africana alforriada, que troca as senzalas pelas favelas. Essa parcela da população fica excluída das áreas urbanas constituindo bantustões dentro de um *apartheid* social com seus muros invisíveis. Isto esconde a vergonha da exclusão social do negro no Brasil, na qual é possível encontrar condomínios de luxo ao lado de favelas como parte da paisagem de cidades brasileiras como o Rio de Janeiro (VERAS NETO, 2013, p.36).

Com o fim da escravidão, o Estado brasileiro perdeu uma excelente oportunidade para resolver dois problemas históricos: o primeiro seria realizar a reforma agrária, uma vez que os escravos foram trazidos para trabalhar em atividades agrícolas e a partir de 1888, libertos,

¹⁴ Palavra derivada de *sesma* (*latim*), a sexta parte de algo que evolui para a ideia ligada à terra de “1/6 do valor do terreno”, e então, o verbo *sesmar* tem o sentido de avaliar, estimar. Passa a designar os lotes de terras incultas ou abandonadas cedidas pelo Rei de Portugal a indivíduos – os sesmeiros - que quisessem cultivá-las (FREITAS; MAIA; FILHO, 2009).

poderiam se tornar produtores rurais livres e assim, contribuir para o povoamento e desenvolvimento de diversas regiões agrícolas. Todavia, a população negra brasileira continuava sendo vítima da discriminação e indiferença da sociedade da época. O outro problema que poderia ter sido solucionado diz respeito ao crescimento das populações nas grandes cidades, procedentes do êxodo rural, que não tiveram alternativas a não ser migrar para as cidades a procura de emprego. O fim da escravidão possibilitou mudanças no processo de desenvolvimento nacional, uma vez que se iniciou o movimento operário brasileiro (VERAS NETO, 2013).

Romeiro (2004) relaciona diferenças na colonização e formação dos Estados Unidos e do Brasil, ambos caracterizados pela vasta extensão territorial e abundância de terras, porém, diferentes no trato com a questão fundiária. Para o autor:

Nos Estados Unidos, onde as oligarquias escravocratas foram derrotadas militarmente, as elites formadas de imigrantes e descendentes tinham uma clara consciência do país como uma nação em formação. Esta consciência se expressava claramente com o “Homestead Act” de 1862, que visava garantir legalmente a abertura do Oeste para as levas de imigrantes que começavam a afluir em massa da Europa. É extremamente revelador notar que pouco antes, no Brasil as elites escravocratas procuravam, ao contrário, fechar a fronteira agrícola, através da Lei de Terras de 1850 (ROMEIRO, 2004, p.108).

De acordo com Guedes (2007), a política de ocupação fundiária estadunidense possuiu duas fases diferentes: a primeira, que corresponde ao período de 1776 a 1862, na qual triunfou a política de terras com foco na receita pública, tendo como características principais a institucionalização da propriedade privada da terra e o aproveitamento do mercado como instrumento de política de disponibilização das terras devolutas; e a segunda fase, iniciada em 1862, a partir da aprovação da *Homestead Act*¹⁵, intitulada de política de terras distributivistas, possuía como característica central a cessão gratuita de terras públicas a todos que nela desejassem cultivar.

Entretanto, no Brasil, foi a Lei de Terras de 1850 que regulamentou a compra e venda de terras, restringindo a posse a uma pequena minoria, tendo em vista que não poderiam ser proprietários de terra os ex-escravos, os imigrantes, os posseiros e os brasileiros pobres. A esses segmentos não restou alternativa, qual seja, colocar sua força de trabalho a serviço dos grandes latifúndios, com mão de obra barata e abundante (SANTOS, 2014).

¹⁵ O Homestead Act foi uma lei aprovada em 1862, durante o governo do Presidente estadunidense Abraham Lincoln, e estabeleceu a distribuição de terras no Oeste de forma quase gratuita, na proporção de 160 acres, aproximadamente 64 hectares por família (GUEDES, 2007).

A Lei de Terras de 1850 legitimava o direito de posse em terras ocupadas efetivamente e recompensava o cultivo eficiente, cedendo aos posseiros outras partes de terra para quem dispusesse de meios para produzir, garantindo assim, o acesso de uma parcela (desde que não fossem imigrantes, ex-escravos e/ou brasileiros pobres) da sociedade brasileira a aquisição das terras (MEDEIROS, 2003).

Conforme Furtado (2007), é a partir dessa Lei que a terra passa a estabelecer a propriedade privada no Brasil, adquirindo importância comercial e maior valorização econômica. De acordo com Nakatani, Faleiros e Vargas (2012), as terras que não pertenciam a nenhum ocupante foram declaradas devolutas e pertencentes ao Estado, o qual foi conivente com falsificações de títulos, documentos e registros topográficos, de maneira que a lei pouco alterou a organização fundiária nacional e muito menos o poder político dos grandes proprietários de terra.

Na verdade, o objetivo dessa legislação era bloquear o acesso à terra por parte da população supostamente livre (dado o esgotamento da escravidão), antecipando o que poderia ser uma ameaça ao poder de parcela da elite nacional, qual seja, a quebra do monopólio da terra. Nestes termos, e ainda com Florestan Fernandes, bloqueia-se a constituição de uma ordem social competitiva e bloqueia-se violentamente o processo de mobilidade social, como que congelando o tempo histórico e político, e, nesse bojo, a questão agrária (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012, p. 19).

A Constituição de 1891 em nada alterou a Lei de Terras de 1850, ao contrário do Código Civil de 1916, que além de legalizar o arrendamento e a locação de serviços, possibilitou a realização de parcerias no campo, fornecendo condições legais para o fortalecimento de grandes propriedades rurais (BACHA, 2012).

Segundo Pereira (2013), a partir do Código Civil de 1916 e do fortalecimento das grandes propriedades rurais, observa-se que os agricultores pobres não permaneceram calados frente ao quadro de exclusão que foram expostos, uma vez que continuar trabalhando no latifúndio era uma das únicas formas possíveis de subsistência desses trabalhadores. O autor destaca ainda que a ameaça da quebra do vínculo do trabalhador com o latifúndio, mediante a expulsão do agricultor camponês da terra onde trabalhava, constituía-se por si só em uma oportunidade de resistência.

Nesse sentido, Medeiros (2003) destaca que um dos primeiros grupos a questionar publicamente a organização fundiária brasileira foi o Movimento Tenentista de 1920. Conforme a autora, a existência do latifúndio estava diretamente relacionada ao coronelismo e ao controle político dos eleitores pelos grandes proprietários de terras. Essa seria a principal razão do atraso político brasileiro.

Setores “tenentistas” tentaram garantir condições para uma reforma agrária na Constituição de 1934, mas foram politicamente derrotados (CAMARGO, 1981). No Estado Novo, dessas propostas restaram apenas tentativas de estimular projetos de colonização nas áreas de fronteira (Marcha para o Oeste) e alguns esforços no sentido de criar cinturões verdes em torno das grandes cidades (MEDEIROS, 2003, p. 12).

Todavia, os questionamentos em torno da questão agrária brasileira, no início do século passado, não foram levantados exclusivamente pelo movimento tenentista de 1920. Conforme Filippi (2005), a criação da Sociedade Rural Brasileira em 1919, entidade que defende a propriedade da terra e se opõe a quaisquer políticas de reforma agrária até os dias atuais, surgiu com o intuito de “promover o desenvolvimento socioeconômico do país com base no avanço competitivo da produção primária rural e do sistema agroindustrial” (FILIPPI, 2005. p. 45).

Outra organização que sempre esteve interessada na questão agrária brasileira é a igreja católica, cuja preocupação voltava-se mais para o aspecto social do campo. Os principais objetivos da igreja eram manter a unidade de trabalho familiar rural, contendo assim os processos de êxodo rural e principalmente, evitar que os trabalhadores rurais tivessem contato com as ideias comunistas, em franca expansão nos centros urbanos (PEREIRA, 2013). De acordo com Martins (1995), para a igreja católica, apenas a fixação do trabalhador à terra seria capaz de conter o êxodo e a proletarização reivindicatória. Do mesmo modo, a única saída para salvar o trabalhador do comunismo seria transformando-o em pequeno proprietário.

No entanto, com o processo de expansão industrial, observado no período de pós Segunda Guerra Mundial, a partir de 1950 a indústria capitalista se tornou a unidade mais rentável do conjunto da economia brasileira, reduzindo drasticamente o controle sobre os salários urbanos e preços dos produtos agrícolas. As taxas de juros mais elevadas para o campo inferiorizaram as taxas de retorno da produção agrícola na economia (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012).

Verifica-se nesse período, uma importante transferência de capitais das atividades agrícolas para as atividades industriais urbanas, originando, por conseguinte, um dos processos de migração mais violentos do século XX. Essas mudanças originaram grande parte dos graves problemas urbanos verificados atualmente nas grandes cidades brasileiras (grande concentração populacional, ausência de moradia digna, desemprego, violência, entre outros), uma vez que populações inteiras de trabalhadores saíram do campo e foram para a cidade, sem trabalho, educação ou moradia (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012).

Foi a partir do processo de industrialização brasileira que a questão fundiária ganhou espaço e começou a ser debatida pela sociedade, tendo em vista que, devido ao êxodo rural, houve uma rápida urbanização da população. Nesse momento, surge no Nordeste as Ligas Camponesas¹⁶ e no Sul do país o MASTER¹⁷ (MEDEIROS, 2003; PIMENTEL, 2004; FILIPPI, 2005).

Delgado (2001) relata que entre anos 1950 e 1960 a reflexão econômica sobre o meio rural organizou-se em dois eixos temáticos: a “questão agrária” e “a industrialização e o papel da agricultura”. Conforme o autor, a construção teórica e política da “questão agrária” no pensamento econômico ocorreu de maneira mais intensa nos anos 1960, com contribuição fundamental de três eixos de reflexão da intelectualidade mais à esquerda, a saber: o Partido Comunista Brasileiro (PCB); setores progressistas da igreja católica e a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL).

Dessa forma, Delgado (2005) destaca três intelectuais agrários ligados ao Partido Comunista Brasileiro - Caio Prado Jr, Ignácio Rangel e Alberto Passos Guimarães - que protagonizaram, no campo marxista, a discussão teórica e política sobre a questão agrária nos anos 1960. De acordo com o autor, Caio Prado Jr. se preocupava com as condições sub-humanas de vida de grande parte da população rural brasileira. Já, Alberto Passos Guimarães visualizava o latifúndio como uma forma de feudalismo agrário, cuja transformação não caberia ao capitalismo, mas sim à reforma agrária. Neste contexto, Ignácio Rangel destaca-se como o economista cuja preocupação volta-se para a superpopulação rural e os problemas decorrentes desse processo.

Como contraponto a essa corrente, emergiu um grupo de economistas da Universidade de São Paulo (USP), liderados por Delfim Neto que com base em argumentos estatísticos, revelaria a inconsistência da “Questão Agrária” (DELGADO, 2001). De acordo com o referido autor:

Delfim Neto e toda uma geração de economistas e econometristas da USP, demonstram a tese da resposta funcional da oferta agrícola às pressões da demanda, tentando desta forma desmontar o argumento implícito da rigidez da oferta agrícola, qual seja a inadequação da estrutura agrária. Esta, ao não permitir que a agricultura respondesse às pressões da demanda, provocaria tensões inflacionárias e crises

¹⁶ Foram a expressão política de conflitos no nordeste Brasileiro, tendo origem em 1955 e tendo como principais líderes o então, recém-eleito Deputado Estadual Francisco Julião. Receberam destaque nacional devido a sucessivas mobilizações, incluindo a pauta dos trabalhadores do campo em marchas nas ruas e nas cidades (MEDEIROS, 2003).

¹⁷ Movimento dos Agricultores Sem-Terra. Criado, mais especificamente no Rio Grande do Sul. A composição do movimento era semelhante ao público das Ligas: trabalhadores rurais, parceiros e agricultores familiares (FILIPPI, 2005).

recorrentes de abastecimento (DELGADO, 2001, p. 4).

O debate agrário proposto por Delfim Neto centrava no papel da agricultura para o desenvolvimento econômico, em que a proposta da reforma agrária seria totalmente dispensável. A tese da “modernização sem reforma” foi o caminho escolhido pelo golpe militar de 1964 e acabou com a efervescência do debate agrário daquele momento, utilizando para isso o “argumento” da força (DELGADO, 2001; 2005).

Dessa forma, Graziano da Silva (1981) infere que a modernização da agricultura brasileira, observada a partir da década de 1960, foi financiada pelo Estado e ocorreu de maneira conservadora, uma vez que favoreceu os grandes produtores. Ao mesmo tempo, constituiu um processo doloroso, pois impulsionou as contradições sociais geradas pela expansão do capitalismo no campo marginalizou uma parcela dos produtores que não conseguiram acompanhá-lo, proletarizou agricultores familiares e camponeses que antes viviam da terra, motivou o êxodo rural impactando diretamente no meio urbano e comprometeu parte da biodiversidade nacional.

De outra forma, a chamada modernização da agricultura, instalada no Brasil a partir da década de 1960, absorveu quantidades crescentes de crédito agrícola, incorporou os chamados "insumos modernos" ao seu processo produtivo, tornando técnica e mecânica a produção agrícola e integrou-se aos denominados modernos circuitos de comercialização. Esse aumento da produtividade tornou possível a elevação da produção de matérias-primas e alimentos para a exportação e mercado interno, dando origem ao chamado “complexo agroindustrial” ou “industrialização da agricultura” (PALMEIRA, 1989; PIMENTEL, 2004).

Essa modernização, que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, teve, no dizer dos economistas, "efeitos perversos": a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo. Por isso, os autores gostam de usar a expressão "modernização conservadora" (PALMEIRA, 1989, p. 87).

Verifica-se que a inovação e a tecnologia no campo, implantadas a partir de 1960, agravaram o problema da concentração fundiária e desencadearam importantes manifestações camponesas que reivindicavam o acesso à terra. Como consequência dessas reivindicações, o Governo Federal cria em outubro de 1962, a Superintendência da Política Agrária (SUPRA), cujo objetivo principal era colaborar na formulação da política agrária do país. Para tanto, a SUPRA promoveria a desapropriação de terras por interesse social, pautada por uma justa distribuição da propriedade rural que visava o bem-estar social e prestaria serviços de

assistência técnica aos trabalhadores rurais (PIMENTEL, 2004).

Nesse sentido, Bergamasco (1997) destaca que os movimentos sociais rurais foram fortemente reprimidos no período anterior a 1964 e a opção do governo militar foi a modernização da agricultura, apoiando a utilização de insumos químicos e mecânicos, sem alteração na concentrada estrutura fundiária brasileira. Como resultados perversos da modernização da agricultura, a autora ressalta a formação de uma classe de trabalhadores assalariados rurais, desprovidos de poder de compra e marcados pela precariedade das condições de trabalho e exclusão social. A precarização das condições de vida e de trabalho de milhões de trabalhadores acabou resultando no fortalecimento da organização política dos trabalhadores rurais.

Verifica-se que na América Latina houve um grande número de reformas agrárias criadas pós Segunda Guerra Mundial, principalmente na década de 1960. Os processos de reforma agrária implantados receberam fortes elementos de populismo com elementos locais, similares a elementos do socialismo real. O modelo latino-americano de populismo explica a atenção dispensada pelos Estados Unidos, especialmente no auge da Guerra Fria, a diversos governos latino americanos, caracterizados como “governos populares” e marca a forte influência estadunidense em golpes de Estado na América Latina (FILIPPI, 2005).

Com as independências nacionais, majoritariamente ocorridas no primeiro quarto do século XIX, nada foi alterado em termos da estrutura de tenência da terra. A estrutura social oligárquica e a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários de origem europeia foram a regra nas nações, agora independentes da América Latina (FILIPPI, 2005, p. 22).

Com a implantação do Regime Militar, cria-se o Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 1964) que definia a reforma agrária como um conjunto de medidas, cujo objetivo seria promover uma melhor distribuição da terra, alterando o regime de sua posse como forma de suprir os princípios de justiça social e aumento de produtividade do campo. Indicava o Estado como responsável pela melhor distribuição da terra, focando nos direitos humanos do homem camponês (GUERRERO; BERGAMASCO; ESQUERDO, 2016). Nesse momento, foram criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), que substituiu a SUPRA (INCRA, 2018). O Estatuto da Terra foi resultado do clima de insatisfação que imperava no meio rural, originado pelo temor do governo e principalmente, das elites no poder, ante o provável surgimento de uma revolução camponesa, que seria espelhada tendo como base a revolução cubana de 1959 (GUERRERO; BERGAMASCO; ESQUERDO, 2016).

Contrário à forma como o Estado se posicionou na questão agrária, Prado Jr. (1979) fez uma crítica ao Regime Militar, enfatizando que ao invés de reforma agrária o que houve no Brasil, pós 1964, foi uma distribuição de terras insuficiente para a solução dos problemas de milhares de camponeses pobres. Como causa dessa pobreza, o autor destaca a era da colonização brasileira, que consistiu na expansão da empresa agromercantil em solo brasileiro, definindo atividades produtivas rurais, as regiões geoeconômicas e os papéis dos proprietários da terra e dos trabalhadores rurais (subordinados principalmente ao mercado e estrutura agrária brasileira).

Em 4 de novembro de 1966 foi instituído o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, por meio do Decreto nº 59.456, mas que não chegou a ser colocado em prática. Já em julho de 1970, o Decreto nº 1.110 cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que uniu em um só Órgão o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário. A respeito da criação do INCRA, em sua obra, Galeano (2010) faz uma dura crítica:

A ditadura militar que usurpou o poder no Brasil em 1964 em seguida tratou de anunciar sua reforma agrária. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, como observou Paulo Shilling, é um caso único no mundo: em vez de distribuir terras aos camponeses, dedica-se a expulsá-los, para restituir aos latifundiários as extensões espontaneamente invadidas ou expropriadas por governos anteriores (GALEANO, 2010, p.122).

Durante a criação do INCRA, o Governo Brasileiro incentivou a colonização da Amazônia, atraindo imigrantes prioritariamente do nordeste e sul do país. Grande contingentes de migrantes de várias regiões brasileiras foram incentivados e convidados a habitar as margens da estrada Transamazônica. Além disso, organizações e empresas de diversos setores receberam incentivos fiscais para grandes projetos agropecuários. A experiência não logrou êxito, uma vez que grandes áreas foram devastadas e, somente mais tarde, percebeu-se que o governo havia cometido um engano (PIMENTEL, 2004).

Com a conquista da democracia em 1984, mais uma vez o assunto reforma agrária ganha espaço na sociedade. Isso pode ser comprovado com a criação do Decreto nº 97.766, de 10 de outubro de anos 1985, que instituiu o novo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), cuja meta era oferecer 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989. Com essa função, o Governo Federal criou o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (MIRAD). Passados quatro anos, percebeu-se que a meta não havia sido atingida, uma vez que haviam apenas 82.689 famílias assentadas no Brasil, em pouco mais de 4,2 milhões de hectares (MONTE, 2013).

Conforme Oliveira (2010), os resultados obtidos eram um reflexo do debate político e ideológico em torno do tema reforma agrária na Assembleia Nacional Constituinte de 1987. Com o fortalecimento do debate, ocorre a extinção do INCRA em 1987 e do MIRAD em 1989. O Órgão responsável pela reforma agrária passou a ser o Ministério da Agricultura.

A Constituição Federal de 1988 destacou a reforma agrária como um tema do capítulo da “Ordem econômica e social” e foi a primeira Lei Maior brasileira a abordar o tema. Em seu art. 5, inciso XXIII, deixa claro que a propriedade atenderá a sua função social (MEDEIROS, 2003). Em seu Capítulo III - DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA, preconiza:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988).

Em março de 1989, por iniciativa do Congresso Nacional, o INCRA é recriado, porém a ausência de força política e a falta de recursos orçamentários fizeram com que a reforma agrária continuasse a ser um debate ideológico, não se constituindo em algo concreto que ocorresse no país. A partir de então, a política agrária ficou diretamente ligada à Presidência da República com a criação, em 1996, do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, e em 2000, com o Decreto nº 3.338, que criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (INCRA, 2018).

Todavia, de acordo com Medeiros (2003), apesar da definição explícita da função social da terra, a própria Constituição Federal de 1988 contém uma série de mecanismos que visam bloquear o desenvolvimento de uma reforma agrária tal como defendida pelos trabalhadores do campo. Um exemplo disso é a definição de que as desapropriações deveriam ser feitas sempre através de prévia e justa indenização em Títulos da Dívida Agrária (TDA), preservando o valor real da terra e resgatáveis em no máximo 20 anos. Consolidou-se assim, a tendência de que a desapropriação fosse realizada com base nos valores do mercado, eliminando o caráter punitivo das desapropriações, pretendido historicamente pelos movimentos sociais (MEDEIROS, 2003).

Neste tópico buscou-se apresentar a agricultura familiar no contexto histórico da luta pelo acesso à terra no Brasil, demonstrando como o processo de colonização, os diversos governos e o próprio Estado brasileiro trataram a questão agrária. No próximo tópico será apresentada a agricultura familiar assentada no Brasil e no Rio Grande do Sul.

3.1 Agricultura familiar assentada no Brasil e no Rio Grande do Sul

Visualiza-se no cenário mundial um novo paradigma com base na parceria rural/urbano e que se faz presente principalmente nos países em desenvolvimento, os quais tendem a concentrar seus poucos recursos no processo de industrialização urbana, acelerando assim, o êxodo rural. A solução mais coerente seria tornar o meio rural mais atrativo, com o intuito de manter a sua população mais pobre, garantindo-lhes uma melhor qualidade de vida. Uma dessas alternativas apontadas diz respeito à criação de assentamentos rurais (KAGEYAMA, 2009).

Dentro desse contexto, os assentamentos rurais brasileiros representam para os agricultores familiares assentados, novas formas de produzir uma diferente utilização e controle do tempo de trabalho e, principalmente a realização de atividades que não faziam parte das suas relações sociais anteriores (BERGAMASCO, 1997). A diversidade e a heterogeneidade da agricultura familiar brasileira são facilmente observadas nesses ambientes (MEDEIROS, 2003). Conforme Zimmermann (1994, p. 205) “o assentamento é estudado enquanto um espaço de relações sociais onde as características heterogêneas individuais, homogeneizadas no processo de luta pela terra, ressurgem em bases novas”.

Dessa forma, Bergamasco, Pamard e Chonchol (1997) destacam que a luta pela terra promove uma homogeneidade dos agricultores familiares que possuem uma meta em comum e reforça a identidade simbólica do movimento social. Assim, os autores definem assentamentos rurais como um espaço onde são expressos conteúdos históricos, que resultam de processos políticos e sociais, promovem a materialização das relações sociais. Inferem ainda que o assentamento rural objetiva a transformação de um determinado espaço físico, contendo um território habitado, cujo trabalho das famílias visa a exploração desse espaço.

Nesse sentido, Leite (2004) observa que no Brasil a definição de assentamento rural sempre esteve relacionada à atuação do Estado, direcionando a delimitação do espaço criado. O autor destaca que o papel de destaque do Estado se dá em virtude da sua função intransferível de regularizar a questão fundiária.

Como uma alternativa para auxiliar o agricultor familiar no meio rural, desde 1970 o INCRA, uma Autarquia Federal que tem a missão prioritária de executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, trabalha para o fortalecimento da agricultura familiar e está implantado em todo o território nacional, especificamente em 30 superintendências regionais (LEITE, 2007; INCRA, 20180).

De acordo com o INCRA (2018), assentamento rural é um conjunto de unidades

agrícolas independentes entre si, que são instaladas por este Órgão em um local onde originalmente existia um único imóvel rural, que quase sempre pertencia a um único proprietário. Cada unidade chamada de parcela, gleba ou lote, é entregue pelo INCRA a uma família hipossuficiente, a qual dificilmente conseguiria adquiri-la por outra via. A quantidade de lotes de cada assentamento varia em função do tamanho da área desapropriada, do número de famílias e da capacidade produtiva de cada região do país. A área e a localização de cada lote geralmente são determinadas pela topografia do terreno e pela produtividade da terra que o local oferece.

À medida que os agricultores recebem o lote, comprometem-se a morar na parcela e a explorá-la para sua subsistência, utilizando para isso, exclusivamente mão de obra familiar. Uma vez assentados, possuem acesso a créditos específicos, assistência técnica, infraestrutura e outros benefícios de apoio ao desenvolvimento de suas famílias. Os agricultores têm um período de carência, porém, possuem a obrigação de pagar pela terra que receberam e pelos créditos contratados. Estão proibidos de vender, doar, arrendar, emprestar ou alugar seu lote a terceiros até que possuam a escritura do bem. Os assentamentos rurais conferem condições de moradia e de produção familiar, garantindo a segurança alimentar de milhões de brasileiros de áreas rurais que se encontravam sob risco alimentar e social (INCRA, 2018).

Nesse sentido, visando elucidar a distribuição de terra no Brasil, o Quadro 02 a seguir, apresenta a evolução histórica, pós 1990, do número de assentamentos criados pelos governos brasileiros até o ano de 2016.

Quadro 02 – Número de Famílias Assentadas e Projetos de Assentamento criados no Brasil até o governo de Dilma Rousseff.

Período/Governos	Nº de Famílias Assentadas	Projetos de assentamentos (PA)
Até 1994	58.317	931
Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)	540.704	4.281
Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)	614.088	3.544
Dilma Rousseff (2011 até maio 2016)	133.689	584
Total	1.346.798	9.340

Fonte: Guerrero, Bergamasco e Esquerdo (2016, p. 374).

A partir do Quadro 02, é possível verificar que até 2016 que foram assentadas 1.346.798 famílias em todo o país. Todavia, a situação em em 31 de dezembro de 2017 era de 972.289 famílias vivendo efetivamente em assentamentos e áreas reformadas (INCRA, 2018). O período com maior número de famílias assentadas no Brasil ocorreu entre 2003-2010 com 614.088 famílias assentadas, sendo que o período com maior número de projetos de

assentamentos ocorreu entre 1995-2002, com 4.281 PA criados.

O número elevado de projeto de assentamentos criados entre 1995 e 2002, durante a gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, deve-se basicamente aos conflitos e mortes no campo observados na década de 1990, ocasionados pela forte pressão e mobilização dos movimentos sociais ligados à luta pela terra e à redução considerável de recursos para o crédito agrícola, incentivando boa parte dos proprietários de terras - muitos inclusive endividados - a comercializar suas terras com o INCRA (DEFANTE et al., 1999; MEDEIROS, 2003).

Entretanto, Mattei (2012) destaca que, embora os dados da década de 1990 mostrem um grande número de famílias sendo assentadas em todo país, a concentração de terras no mesmo período continuou de forma acentuada, dando prosseguimento ao problema agrário brasileiro. Para o autor:

Enquanto o governo FHC afirmava estar fazendo a maior “reforma agrária do mundo”, dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostraram que, na década de 1990, aproximadamente 450 mil propriedades rurais, em sua maioria com áreas inferiores a 10 hectares, haviam desaparecido, confirmando a continuidade de tendência de concentração da terra no país e mantendo o paradoxo do problema agrário brasileiro (MATTEI, 2012, p. 306).

Entre os anos de 2003 e 2010 observou-se uma ampliação do número de famílias assentadas no Brasil, reflexo das duas gestões do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, que tinha as reivindicações dos movimentos sociais (urbano e rural) como parte integrante de sua plataforma de governo (GUERRERO; BERGAMASCO; ESQUERDO, 2016). Dessa forma, em 2003 o Governo Federal apresentou o II Plano Nacional de Reforma Agrária, cujas metas visavam assentar 400 mil famílias através de desapropriações, 150 mil famílias através de crédito fundiário, regularizar a posse de terras de 500 mil famílias, entre outras (FERNANDES, 2007).

Apesar do assentamento de mais de 381 mil famílias entre 2003 e 2006, o cenário no campo estava longe do ideal, pois conforme Fernandes (2007) o INCRA realizou um “processo autofágico”, prática muito comum desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, quando houve superfaturamento dos números de assentamentos criados, fornecendo às famílias terras de assentamentos já existentes ou em áreas públicas, retirando muitas famílias anteriormente assentadas.

Segundo informações do INCRA (2006), o ano de 2006 representa um marco no processo dos assentamentos, com mais de 138 mil famílias assentadas. Já no segundo

mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, evidencia-se uma queda gradativa nesse número, com 232 mil famílias assentadas entre 2007 e 2010. Esse quadro se agravou a partir de 2011, no mandato da Presidente Dilma Rousseff, no qual o INCRA assentou até 2016, em média 25 mil famílias por ano.

Os dados referentes ao número total de famílias assentadas podem ser considerados aquém do desejado, tendo em vista que Guerrero, Bergamasco e Esquerdo (2016) indicam que até 2008 existiam no Brasil aproximadamente quatro milhões de agricultores sem-terra e que apenas 1,6% dos proprietários controlavam até 78% das terras brasileiras. Destaca-se ainda que no ano de 2017 foram criados apenas 12 assentamentos em todo Brasil, com nenhuma família assentada (INCRA, 2018). Entretanto, o ritmo de desaceleração na implantação de assentamentos nem sempre ocorreu dessa forma.

Considerado o berço do MST, assim como os demais estados da região sul do país, o Estado do Rio Grande do Sul foi palco de inúmeras mobilizações e reivindicações de agricultores familiares a partir da década de 1970. Essas mobilizações foram motivadas basicamente pelo processo de modernização da agricultura e pela demarcação de áreas indígenas, entre outros. Os primeiros conflitos de luta pela terra começaram em regiões no norte e noroeste do Estado, onde o processo de modernização da agricultura iniciou primeiro (CHELOTTI, 2003).

Cabe destacar que o Estado do Rio Grande do Sul teve uma colonização tardia quando comparado a outras regiões do Brasil e das Américas, pois inicialmente não foram observadas riquezas comerciais que interessassem ao mercado europeu (ALBORNOZ, 2000; HEYDT; HOFF; TROIAN, 2018). Conforme Chelotti (2009), a diversidade na colonização do Rio Grande do Sul, marcada historicamente pela presença dos espanhóis jesuítas (1620), portugueses (1700), alemães (1824) e italianos (1875) possibilitou uma importante dinâmica territorial no Estado.

Nesse sentido, Heydt, Hoff e Troian (2018) observam que o processo histórico de formação econômica do Rio Grande do Sul está fortemente ligado à atividade pecuária, tendo em vista que, mesmo antes da presença luso-brasileira em solo gaúcho, a pecuária de animais vacuns e muares era encontrada em abundância nas civilizações espanholas jesuítas. Conforme Furtado (2007), a pecuária do sul do Brasil passou a ser valorizada apenas no século XVIII, com o propósito de ser um meio de transporte para a atividade mineradora presente no sudeste e com isso, possibilitou a integração do Estado com a economia brasileira.

Enquanto a presença espanhola e luso-brasileira no Estado destinava-se à atividade pecuária nas regiões de planícies e Campanha, com a predominância econômica dos

latifúndios e a pecuária de baixa lotação, as zonas de matas, até então desprestigiadas, foram destinadas aos colonos alemães e italianos a partir do século XIX (CHELOTTI, 2009; ROCHA et al., 2017). Diferentemente da colonização espanhola e luso-brasileira, esses imigrantes se dedicaram desde o primeiro momento à agricultura diversificada em pequenas propriedades rurais e deram início ao processo de desenvolvimento do norte do Estado. “Estavam lançados os pilares da propriedade camponesa nas áreas florestais do Rio Grande do Sul” (CHELOTTI, 2009, p 75).

De acordo com Pebayle (1975), até o começo do século XX, os contatos entre os produtores rurais luso-brasileiros e os policultores italianos e alemães foram raros, pois havia uma tendência de afastamento dessas duas sociedades rurais postas por suas origens étnicas, tradições culturais e suas mentalidades distintas.

A aristocracia local foi sempre constituída pelos "estancieiros". Esses homens rudes e fatigados das violentas técnicas da pecuária de uma outra época, afeitos a deslocamentos e já curiosos a respeito das novidades técnicas de seus vizinhos do Prata, rejeitaram maciçamente o arado, a inovação agrícola e as terras de floresta. O colono era a antítese desses gaúchos das campinas: era o homem da floresta, o agricultor isolado com técnicas ainda predatórias, o pequeno proprietário. O campo não o atraía. E, quando os lotes originais estavam se tornando muito reduzidos para lhes permitir viver, era para outras florestas que eles emigravam (PEBAYLE, 1975, p. 1).

As áreas florestais e de serra, sempre indesejadas pelos pecuaristas, tornaram-se territórios de reprodução social, fundamentais para os imigrantes italianos e alemães em solo gaúcho, fazendo com estes desenvolvessem diversas colônias pautadas na agricultura familiar diversificada e na pequena propriedade. Com o passar do tempo, o crescimento populacional observado, aliado ao processo de modernização da agricultura, desempregou grande parte desses trabalhadores. Desta forma, uma parte dos agricultores familiares descendentes de italianos e alemães, iniciaram a constituição dos movimentos sociais reivindicatórios no meio rural do Rio Grande do Sul (MEDEIROS, 2001; CHELOTTI, 2009). A denominação “colono”, que também representa a figura do agricultor familiar assentado, teve origem nessa descendência italiana e alemã de grande parte desses agricultores (MEDEIROS, 2001; MONTEBLANCO, 2013).

Conforme Navarro et al., (1999), é nesse contexto de desigualdade econômica e social e aumento da concentração fundiária e de renda, que emergem os primeiros movimentos reivindicatórios no meio rural gaúcho, entre eles o MST, “principal força propulsora dos processos sócio-políticos que resultaram na constituição dos assentamentos rurais e seus impactos” (NAVARRO et al., 1999, p.27).

De acordo com Schneider e Silveira (1991), a implantação dos primeiros assentamentos em solo gaúcho ocorreu a partir de 1978 e teve como idealizadores as esferas de Governo Estadual, em maior medida, e Federal. Conforme os autores, entre os anos de 1978 e 1990 o Governo Estadual implantou 47 assentamentos no Estado que juntos receberam aproximadamente 1500 famílias. Ademais, o Fundo de Terras do Estado do Rio Grande do Sul (FUNTERRA-RS)¹⁸ foi a forma encontrada para a concretização dos primeiros assentamentos no Estado. Os agricultores eram oriundos das regiões serra, noroeste, planalto, depressão central e em menor medida da Campanha (Bagé).

Nesse mesmo período, mais especificamente entre os anos de 1986 e 1990, o INCRA implantou os primeiros assentamentos ligados ao Governo Federal no Estado gaúcho. A criação de 17 assentamentos - sendo que destes 15 foram oriundos de desapropriação e dois oriundos de terras do governo federal - possibilitou que aproximadamente 1000 famílias fossem assentadas inicialmente. Verifica-se ainda, que as terras destinadas aos primeiros assentamentos gaúchos são oriundas de compras, desapropriações e duas áreas pertencentes ao poder público (SCHNEIDER; SILVEIRA, 1991). Os autores observam que até 1990 não houve uma política de reforma agrária no Estado e os assentamentos eram implementados pelas próprias famílias, que pressionaram o poder público através de diversos acampamentos, fazendo com que Governo Estadual disponibilizasse terras aos colonos através do FUNTERRA-RS.

Nesse sentido, não se pode afirmar que os assentamentos resultam de uma política de Reforma Agrária, mas, como afirmamos, das constantes lutas dos "colonos sem terra". À exceção do período 1986-88, quando aconteceram desapropriações de áreas no âmbito do Plano Nacional de Reforma Agrária, a compra de terras pelo Governo Estadual via FUNTERRA foi a solução dada aos "problemas" — acampamentos — criados pelos "sem-terra" (SCHNEIDER; SILVEIRA, 1991, p. 155).

Conforme Navarro et al., (1999), outro fator determinante da luta para implantação de assentamentos no Estado foi a necessidade de se obter colocação para a população rural excedente da região norte do Rio Grande do Sul, vitimada pelo processo de êxodo rural em virtude do esgotamento da fronteira agrícola no Estado e pela subordinação dos agricultores familiares ao capital agroindustrial.

Dessa forma, Rocha et al., (2017) destacam a importância da metade sul do Estado,

¹⁸ Criado pela Lei 7.915, de 16.07.1984, objetivava facilitar o assentamento de trabalhadores desprovidos de terra pelo Governo Estadual através da compra de terras. Os beneficiários adquiriam as terras através de financiamento (SCHNEIDER; SILVEIRA, 1991).

marcada historicamente pela presença de terras em abundância, no desenvolvimento dos assentamentos que receberam, a partir de 1990, os colonos do norte do Estado. Um dos municípios da metade sul que reconhecidamente recebeu um grande número de assentamentos foi o município de Santana do Livramento/RS.

Nessa seção foi realizada uma breve descrição da agricultura familiar assentada no Brasil e no Rio Grande do Sul, destacando o seu início e como os governos pós 1988, trataram a questão da terra. No próximo capítulo, será apresentado o percurso metodológico do estudo e o caminho a ser utilizado para responder aos objetivos da pesquisa.

4. METODOLOGIA

Neste capítulo será apresentada a metodologia utilizada para o desenvolvimento da presente pesquisa, apresentando os métodos, as técnicas e os procedimentos adotados. O capítulo está organizado em duas seções. Na primeira seção, será apresentada a abordagem, o caráter de pesquisa e o método adotado. Já na segunda seção, relatam-se as técnicas de coleta de dados e análise dos dados utilizadas na pesquisa.

4.1 Abordagem, caráter e método de pesquisa

Este estudo configura-se como abordagem qualitativa, que conforme Minayo (2010, p. 21) “[...] se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e atitudes”. A autora explica que, enquanto os pesquisadores que trabalham com pesquisa quantitativa visam criar modelos abstratos, os pesquisadores que optam pela pesquisa qualitativa tentam se aprofundar no mundo dos significados, expondo-os e interpretando-os.

A pesquisa qualitativa se destina a análise de casos concretos, respeitando as peculiaridades temporais e locais, e principalmente, analisando as atividades e expressões dos indivíduos em seus ambientes (FLICK, 2009). Hair et al., (2005) inferem que, em virtude da flexibilidade e da profundidade da abordagem qualitativa, tem-se que esta é relacionada a novas descobertas científicas, pois foca na riqueza e exclusividade dos detalhes, em que geralmente os métodos relacionados a abordagem quantitativa não visualizam.

O caráter de pesquisa é o exploratório. De acordo com Gil (2010), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema a ser enfrentado, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. O planejamento tende a ser bastante flexível, pois deve-se levar em conta os vários aspectos do fato estudado. A etapa exploratória pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado, assumindo geralmente a forma de pesquisa bibliográfica ou estudo de caso (GIL, 2010).

O método utilizado para a realização desta pesquisa é o estudo de caso. De acordo com Yin (2005, p. 32), “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os

limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Ainda conforme Yin (2005), esse tipo de método é utilizado em uma situação tecnicamente única, baseia-se em diversas fontes de evidências com dados que precisam convergir e utiliza-se do desenvolvimento anterior de proposições teóricas que conduzem a coleta e análise de dados.

De acordo com Yin (2015), a unicidade de cada caso faz com o pesquisador busque diferentes fontes de dados e informações para, a partir disso, desenvolver e analisar a pesquisa. Importante salientar que a opção pelo estudo de caso impossibilita a generalização dos resultados encontrados, uma vez que esse tipo de método possui um a noção de exclusividade e sempre vinculado ao ambiente analisado (GIL, 2008). O estudo de caso, como método de pesquisa, abrange todas as etapas, planejamento, aplicação da técnica de coleta de dados e análise dos dados (YIN, 2005).

Dessa forma, o objeto de estudo diz respeito ao fenômeno das estratégias de reprodução social adotadas pelos agricultores familiares assentados em Santana do Livramento/RS. Em virtude do amplo e complexo ambiente de estudo, aliado ao fato de não ser um dos nossos objetivos a realização de um censo estatístico com toda a população de agricultores assentados no município, optou-se por delimitar os sujeitos da pesquisa.

Mediante o exposto, optou-se por analisar as estratégias de reprodução social de um dos primeiros assentamentos implementados no município (década de 1990), de um assentamento intermediário (início dos anos 2000) e de um dos últimos assentamentos criados no município (meados de 2008). Para tanto, foi elaborado o quadro abaixo com os nomes, datas de criação, área total, número de famílias assentadas, capacidade total de cada assentamento pesquisado e o número de entrevistados em cada assentamento.

Quadro 03 - Assentamentos estudados em Santana do Livramento/RS¹⁹

Nome do Assentamento	Data de Criação	Área total (Ha)	Total de Famílias assentadas	Capacidade Total de famílias	Número de entrevistados
São Joaquim	11/11/1996	1040,10	37	37	04
Nova Madureira	10/12/2001	596,81	24	24	03
Ibicuí	20/06/2008	1374,63	59	65	04

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do INCRA (2018).

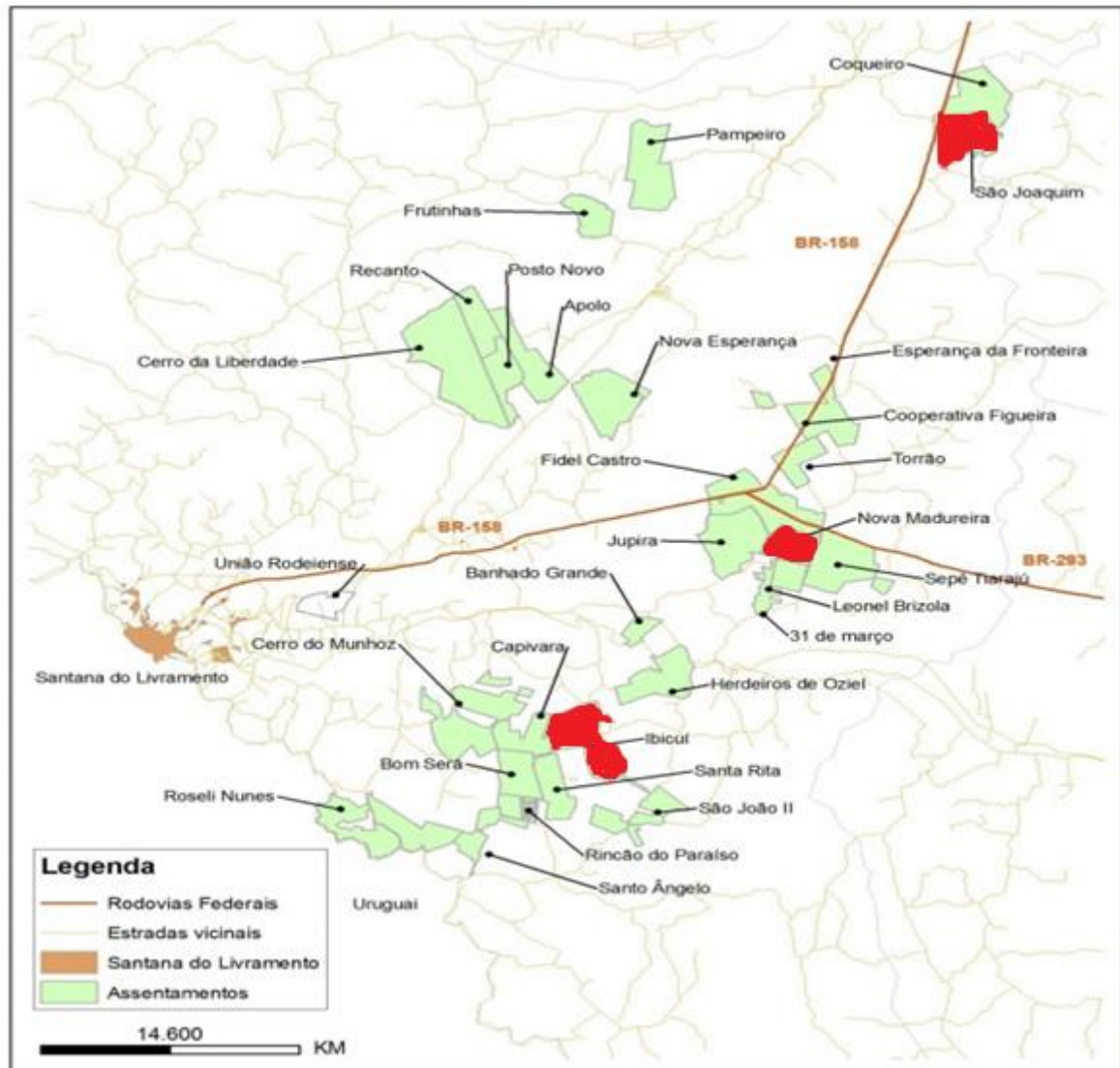
O assentamento São Joaquim foi o segundo assentamento criado no município e localiza-se no entorno da BR 158, entre os municípios de Santana do Livramento e Rosário do

¹⁹ Situação exposta em 31 de dezembro de 2017.

Sul. Já o assentamento Nova Madureira foi criado no início dos anos 2000 em uma localidade onde estão inseridos outros cinco assentamentos, cujo acesso se dá através da BR 293. O último assentamento criado no município foi o assentamento Ibicuí, localizado a aproximadamente 25 km da área urbana. Ressalta-se que o assentamento Ibicuí, ao contrário dos dois assentamentos mencionados anteriormente, tem o seu acesso exclusivamente por estrada de terra, com diversas pontes de madeira que apresentam péssimo estado de conservação, dificultando assim, o acesso.

A escolha pela realização da pesquisa nesses assentamentos foi feita com base no período de instalação de cada assentamento, uma vez que isso pode apresentar diferentes estratégias de reprodução social adotadas pelos agricultores familiares no município. A Figura 01 localiza os assentamentos criados em Santana o Livramento, a proximidade com o centro urbano do município e as rodovias, fatores que podem interferir nas estratégias de reprodução adotadas pelas famílias assentadas. Para tanto, foram destacados na cor vermelha os três assentamentos pesquisados.

Figura 01 - Localização dos Assentamentos Rurais de Santana do Livramento/RS



Fonte: Adaptado de Aguiar (2011).

Nesse tópico, buscou-se apresentar a abordagem, o caráter e método de pesquisa que serão utilizados. No próximo item, apresenta-se as técnicas de coleta e análise dos dados pensados para o desenvolvimento do estudo exposto.

4.2 Técnicas de coleta e análise dos dados

Para definição da quantidade e tipos de instrumentos de coleta de dados, observou-se a obra de Yin (2005), que disserta sobre a importância dessa diversificação em estudos de caso. Os instrumentos de coleta de dados utilizados para a realização deste estudo foram: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, entrevista semiestruturada e observação não participante.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica deve ser elaborada a partir de material já confeccionado, preferencialmente utilizando livros e artigos científicos. O autor reforça que em estudos exploratórios é fundamental a pesquisa bibliográfica e a principal vantagem é permitir ao pesquisador a cobertura de um elevado número de fenômenos, muito mais abrangentes do que aqueles que poderiam ser investigados diretamente por ele. Desta forma, foram pesquisados livros, teses, dissertações e artigos científicos, que utilizaram como análise a reforma agrária ocorrida no país, a agricultura familiar e mais precisamente os assentamentos criados em Santana do Livramento/RS.

A segunda utilizada foi a pesquisa documental que constitui uma fonte importante para todo pesquisador da área das Ciências Sociais, por ser um artefato insubstituível em qualquer análise que se refira a um passado relativamente longínquo. Em diversos casos, os documentos representam quase que a totalidade das evidências da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, ele geralmente permanece como a única certeza fidedigna de atividades ocorridas num passado mais recente (CELLARD, 2008).

Entretanto, o conceito de pesquisa documental transpassa a ideia apenas de textos escritos e/ou impressos (documentos oficiais, encontrados na forma de editoriais, leis, atas, etc) uma vez que, os documentos utilizados como fonte de pesquisa podem ser informais como, filmes, vídeos, slides, fotografias, sons, gravações e pôsteres, entre outros (FIGUEIREDO, 2007) e mais recentemente, podem possuir uma forma eletrônica, como banco de dados (FLICK, 2009). São utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que utilizam seu conteúdo para responder aos objetivos da pesquisa e servir de prova para outras, alinhado sempre ao interesse do pesquisador (FIGUEIREDO, 2007).

No presente estudo foram utilizados documentos pesquisados junto ao INCRA, mais precisamente a 11ª Superintendência Regional do Rio Grande do Sul, como publicações e relatórios oficiais referentes ao início e desenvolvimento dos assentamentos, além de notícias e reportagens de jornais, fotos e vídeos do processo de instalação e informativos referentes ao processo de implementação dos assentamentos. Também foram consultados documentos acessíveis em organismos como o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.

Já na pesquisa de campo, foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada, que possui como característica central questionamentos básicos alicerçados em teorias que se relacionam ao objeto da pesquisa. Esses questionamentos originaram novas hipóteses a partir das respostas dos agentes pesquisados (TRIVIÑOS, 1987). Ainda conforme o autor mencionado, o papel de protagonista nesse processo é preenchido pelo pesquisador/entrevistador, que mantém presença participativa na explicação e compreensão

do fenômeno exposto.

A entrevista como técnica de coleta de dados possui como foco central o assunto que se quer investigar. A partir desse assunto, foi elaborado um roteiro de entrevista (APÊNDICE A), com perguntas principais, sempre complementadas por outras que surgem no decorrer do ato. Utiliza-se esse tipo de técnica, pois são passíveis de receber informações de forma mais livre e as respostas não ficam engessadas ou condicionadas a uma padronização de escolhas (MANZINI, 1991).

O roteiro de entrevistas possui diversas funções, das quais destacam-se algumas: ajuda o pesquisador a recolher informações sobre o objetivo da pesquisa, principalmente a forma de condução da entrevista; auxilia o pesquisador a planejar o processo de entrevista, com vistas a diminuir os possíveis problemas e ruídos no decorrer da coleta; e por último, ajuda o próprio entrevistado a fornecer as informações de maneira mais ágil, fácil e com maior precisão ao pesquisador (TRIVIÑOS, 1987; MANZINI, 2003).

Dessa forma, foram entrevistados onze agricultores familiares assentados, responsáveis pelos seus lotes, entre os meses de agosto e outubro de 2018. As entrevistas foram gravadas, tiveram a duração média 25 minutos e ocorreram aos sábados, em virtude da ocupação profissional do pesquisador de segunda a sexta-feira. O primeiro contato se deu através da intermediação de um agricultor assentado no assentamento Ibicuí, amigo do pesquisador, que forneceu os contatos de alguns agricultores conhecidos nos três assentamentos pesquisados.

Após contato telefônico com os agricultores, foi realizado a visita em cada assentamento e relatado ao entrevistado os objetivos do estudo. Tão logo encerrou-se a primeira entrevista no assentamento, foi solicitado ao entrevistado que indicasse outros agricultores que também poderiam ser contatados no assentamento e, desta forma, foram contatados os agricultores e realizadas as demais entrevistas. Nenhum agricultor contatado negou-se a participar do estudo.

As inserções foram necessárias não apenas para a realização das entrevistas, mas também para o registro de observações verificadas *in loco*, atentando para fatos que não seriam passíveis de serem coletados, caso a pesquisa de campo não tivesse sido realizada. Após a realização das entrevistas, os áudios foram devidamente transcritos, editados²⁰ para

²⁰ Entrevistas podem e devem ser editadas. Exceto quando se pretende fazer análise de discurso, frases excessivamente coloquiais, interjeições, repetições, falas incompletas, vícios de linguagem, cacofonias, erros gramaticais etc. devem ser corrigidos na transcrição editada. É importante, porém, manter uma versão original e uma versão editada de todas as transcrições (DUARTE, 2004, p. 221).

corrigir erros gramaticais na fala dos entrevistados e agrupados por categoria para a realização da análise.

Para a definição da quantidade de entrevistas foi utilizado o princípio da saturação. Conforme Thiry-Cherque (2009), a saturação é um instrumento epistemológico que determina quando a coleta de dados deixa de ser necessária, tendo em vista que nenhum elemento possibilite ampliar o número de significados do objeto investigado. Dessa forma, o autor destaca que não há como prognosticar anteriormente, com rigor científico, o tempo e o tamanho necessários à saturação.

As entrevistas foram realizadas da seguinte forma: Assentamento Ibicuí, São Joaquim e Nova Madureira. Nesse momento, foi identificado em cada assentamento diversas informações que se repetiam ou eram muito similares, como origem das famílias, atividades desenvolvidas, tamanho dos lotes, motivação de buscar um lote via assentamento, entre outros. Nesse sentido, percebeu-se que embora a coleta continuasse, dificilmente os dados se alterariam, encerrando-se assim a busca por novos agricultores dispostos a serem entrevistados. Após a realização das entrevistas em cada assentamento, o pesquisador transcreveu e leu as falas.

Também foi utilizada a técnica de observação não participante para a realização da coleta de dados. Nesse tipo de técnica, o pesquisador assume o papel de observador exterior, não influenciando nas situações que verifica *in loco* (MARTINS; THEÓPHILO, 2009). Buscou-se, com isso, obter informações e evidências que auxiliassem na elucidação dos dados coletados na pesquisa.

A observação não participante foi realizada nas incursões aos assentamentos para a realização das entrevistas e consistiu no registro de informações relevantes que ocorriam a todo tempo, em um diário de campo e registros fotográficos, para posterior reflexão e triangulação²¹ com os demais dados coletados.

Durante a pesquisa de campo realizada no assentamento São Joaquim, um dos agricultores entrevistados informou que estava acontecendo naquele mesmo sábado ensolarado de setembro, no assentamento Jupira São Leopoldo, o torneio de futebol da reforma agrária, com a participação de diversos times de agricultores assentados em diferentes assentamentos. Após a realização das entrevistas no assentamento São Joaquim, o pesquisador

²¹ Conforme Günther (2006) a triangulação é a utilização de diferentes técnicas metodológicas do objeto de estudo para prevenir possíveis alterações relativas à aplicação de um único método. Já para Denzin e Lincoln (2006) a triangulação é um caminho confiável para a validação da pesquisa, pois nela são empreendidas múltiplas práticas metodológicas, perspectivas e observações em uma mesma pesquisa, o que conforme os autores, garante rigor, riqueza e complexidade ao estudo.

se dirigiu até o local do torneio e realizou diversas anotações e registros fotográficos do evento, registrando assim, atividades sociais e esportivas que os entrevistados responderam fazer parte do lazer dos agricultores. O Quadro 04, a seguir, ilustra como foram realizados os procedimentos referentes ao método, para responder aos objetivos de pesquisa.

Quadro 04 - Sistematização da metodologia proposta

Objetivos específicos	Instrumentos utilizados	Análise dos dados	Abordagem qualitativa
a) Descrever como se deu o estabelecimento dos assentamentos rurais em Santana do Livramento.	- Pesquisa bibliográfica. - Análise documental.	Teórica.	Teórico.
b) Identificar as atividades agrícolas e não agrícolas praticadas pelos agricultores familiares assentados em Santana do Livramento.	- Entrevistas com os agricultores familiares assentados. - Observação não participante. - Análise documental.	Análise de conteúdo.	Exploratório. Empírico/Teórico.
c) Verificar a relação entre as atividades realizadas pelos agricultores familiares assentados com o desenvolvimento rural local.	-Entrevistas com os agricultores. - Observação não participante. - Análise documental.	Análise de conteúdo.	Exploratório. Empírico/Teórico.

Fonte: elaborado pelo autor.

Após a realização da coleta e transcrição das entrevistas, iniciou-se a etapa de análise dos dados. De acordo com Oliveira (2007) essa etapa se propõe a produzir ou reorganizar conhecimentos e criar novas formas de entendermos os fenômenos, tendo em vista que a difusão dos fatos, por si só, nada explica. Conforme o autor, cabe ao pesquisador interpretá-los, resumir as informações, determinar tendências e realizar inferências a respeito do que está sendo estudado.

Para tanto, o método utilizado para análise de dados coletados foi uma aproximação ao método análise de conteúdo. Conforme Bardin (2011), a análise de conteúdo configura-se em um conjunto de técnicas de verificação e análise dos dados, que através de procedimentos sistemáticos e concisos de descrição do discurso dos dados pesquisados, permite a inferência das mensagens constantes nos dados. Ainda de acordo com a autora, esse tipo de método tem prioritariamente dois objetivos: superar as incertezas que o pesquisador possui na análise de dados e enriquecer a leitura, uma vez que a análise de conteúdo se propõe a esclarecer os elementos presentes no estudo, e que no início, são de difícil compreensão.

A organização da análise, também com base em Bardin (2011), foi dividida em três etapas. No primeiro momento, foi realizada a pré-análise do material coletado, que consistiu

na escolha e organização dos documentos pesquisados e observações realizadas, bem como na leitura e transcrição das entrevistas. Já na segunda parte, a exploração do material, foram codificadas as informações, buscando as relações entre elas e todos os pontos convergentes.

No terceiro momento, os dados foram interpretados, organizados em temas e deram origem a categorias. A triangulação, possibilitou o cruzamento das informações obtidas nas entrevistas, documentos e observações e uma melhor compreensão e análise dos dados. Com a intenção de apresentar as categorias e temáticas originadas ao longo da pesquisa, apresenta-se o Quadro 05, a seguir:

Quadro 05 – Categorias e temas originados na pesquisa de campo

Objetivo específico	Categorias	Temas²²
Descrever como se deu o estabelecimento dos assentamentos rurais em Santana do Livramento.	Teórico.	Teórico.
Identificar as atividades agrícolas e não agrícolas praticadas pelos agricultores familiares assentados em Santana do Livramento.	a) O Agricultor, sua unidade familiar e o lote. b) Produção para venda. c) Produção para autoconsumo. d) Mercados Institucionais. e) Assistência técnica rural. f) Pluriatividade. g) Seguridade social. h) Acesso a Políticas Públicas. i) Programas de crédito e financiamento. j) Sustento familiar.	a.1) Caracterização socioeconômica dos agricultores e de suas famílias; a.2) Origem, luta e a relação com a terra. b.1) Atividades agrícolas desenvolvidas, atividades geradoras de renda e suficiência da renda gerada. c.1) Atividades desenvolvidas prioritariamente para autoconsumo. d.1) Conhecimento e acesso (PAA e PNAE) e dificuldades para acessar. e.1) Acesso a serviços de ATER. f.1) Atividades econômicas realizadas fora do lote e/ou do meio rural. g.1) Previdência Social Rural e sua utilização. h.1) Beneficiários do Programa Bolsa família. i.1) Acesso ao PRONAF e grau de endividamento dos agricultores. j.1) Avaliação quanto as atividades desenvolvidas e a manutenção da família.
Verificar a relação entre as atividades realizadas pelos agricultores familiares assentados com o desenvolvimento rural local.	a) Acesso a educação. b) Acesso a saúde. c) Acesso a lazer. d) Acesso a associações e cooperativas. e) Vantagens e desvantagens do meio rural/assentamento. f) Estratégias de reprodução social e o desenvolvimento rural.	a.1) Distância, transporte e fornecimento de educação. b.1) Distância e fornecimento de saúde. c.1) Atividades de lazer que são desenvolvidas. d.1) Participação em associações e cooperativas. e.1) Principais vantagens e desvantagens de viver no meio rural/assentamento. f.1) Relação das estratégias adotadas com o desenvolvimento rural.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo (2018).

²² Os temas foram agrupados de forma sintetizada de acordo com cada categoria, muito embora possam estar presentes ao longo do trabalho outras subdivisões, de acordo com a resposta de cada um dos entrevistados.

Neste capítulo apresentou-se a metodologia utilizada para a realização da pesquisa, focando na abordagem, método, técnica coleta e análise de dados. O próximo capítulo apresentará a análise dos resultados do presente estudo.

5 ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES ASSENTADOS DE SANTANA DO LIVRAMENTO/RS

Nesse capítulo será descrito o estabelecimento dos assentamentos rurais em Santana do Livramento/RS e serão apresentadas e analisadas as estratégias de reprodução social utilizadas pelos agricultores familiares assentados. Para tanto, o capítulo está organizado da seguinte forma: A agricultura familiar assentada em Santana do Livramento/RS, o agricultor, sua unidade familiar e o lote; o agricultor familiar assentado e a produção agrícola, o agricultor e suas fontes de renda e, por último, o agricultor, o meio social e o espaço rural.

5.1 A agricultura familiar assentada em Santana do Livramento/RS.

O município gaúcho de Santana do Livramento, tornou-se uma importante referência para o estudo da agricultura familiar assentada devido basicamente a dois motivos: a) ser o município gaúcho com maior número de assentamentos rurais do Estado e; b) o contraste verificado através da expansão da agricultura familiar assentada com a presença histórica de grandes propriedades rurais, voltadas para o agronegócio (CHELOTTI, 2003; AGUIAR, 2011; MONTEBLANCO, 2013; TROIAN, BREITENBACH, 2018).

Como destacado na seção 3.1, a pressão dos movimentos sociais no campo, aliada a necessidade de alocação da população rural excedente da região norte do Rio Grande do Sul colocou Santana do Livramento no mapa da agricultura familiar assentada, implementando 30 assentamentos desde 1992. Os primeiros assentamentos criados no município eram compostos, quase que exclusivamente de colonos vindos do norte do Estado (CHELOTTI, 2003; AGUIAR, 2011).

Com o intuito de focar no objeto de estudo, foi elaborado um quadro comparativo entre o número de assentamentos rurais existentes no Brasil, Rio Grande do Sul e Santana do Livramento, bem como área de abrangência e o total de famílias amparadas. Tais informações podem ser visualizadas no Quadro 06 a seguir.

Quadro 06 – Panorama dos assentamentos rurais no Brasil, Rio Grande do Sul e Santana do Livramento/RS.²³

	Número de famílias assentadas efetivamente	Capacidade total de famílias assentadas	Número de assentamentos	Área de assentamentos (ha)
Brasil	972.289	1.179.058	9.374	87.978.041,18
Rio Grande do Sul	12.413	13.821	345	294.194,28
Santana do Livramento	907	1.000	30	26.258,14

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados fornecidos pelo INCRA (2018).

Verifica-se, a partir do quadro acima, aproximadamente um milhão de famílias no Brasil, mais de 12 mil famílias no Rio Grande do Sul e 907 famílias assentadas em Santana do Livramento. Verifica-se também que dos 694.161 hectares do município de Santana do Livramento, apenas 3,78%, ou 26.258,14 hectares, são destinados à reforma agrária no município.

No entanto, Medeiros (2003) assinala que esses números tendem a esconder a precariedade com que se reproduz boa parte dos agricultores familiares assentados, tendo em vista que os assentamentos rurais possuem geralmente pouca ou nenhuma infraestrutura, assistência técnica e apoio à produção. A autora ressalta que apesar dessas condições, diversas pesquisas têm apontado os assentamentos como espaços produtivos, de reprodução social, sociabilidade e intervenção política.

De acordo com Chelotti (2003), a história da agricultura familiar assentada em Santana do Livramento/RS teve início a partir das primeiras vistorias das propriedades rurais da Campanha Gaúcha em meados de 1990, realizadas pelo INCRA. Conforme o autor, as vistorias foram organizadas em virtude dos baixos índices de lotação pecuária por hectare e fizeram com que os fazendeiros da região começassem a se organizar para contê-las. As intervenções do INCRA ao longo da década de 1990, resultaram numa série de desapropriações e, posteriormente, na criação de assentamentos rurais.

Com isso o INCRA conseguiu conter a pressão social exercida pelo MST na região. Mas, as acirradas lutas entre os pecuaristas vinculados à Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL), o INCRA e o MST não se esgotaram, pois a Campanha Gaúcha tornou-se foco de pressão da luta pela terra na década de 1990 (CHELOTTI, 2003, p. 56).

²³ Situação exposta em 31/12/2017.

Monteblanco (2013) salienta que os primeiros assentamentos instalados em Santana do Livramento, entre 1992 e 2002, não foram precedidos por ocupações ou conflitos fundiários ocorridos no próprio município, diferenciando-se dos outros municípios da Campanha Gaúcha, região norte e noroeste do Estado, onde os conflitos pelo direito de acesso à terra foram marcantes. O autor reforça que, além de terras adequadas para o desenvolvimento da agricultura familiar, em um primeiro momento, não houve resistência por parte dos fazendeiros santanenses, mas sim, certo interesse na comercialização das terras, devido a sucessivas crises da pecuária.

Neste sentido, o fato é que Santana do Livramento, em linhas gerais, apresentou condições favoráveis à instalação de assentamentos, se comparado com outros da Campanha Gaúcha. Pois, além de dispor de terras adequadas ao desenvolvimento da agricultura familiar, sobretudo em sua parte leste, não apresentou grande resistência por parte dos fazendeiros, ao menos nesta primeira década (1992 – 2002). Inclusive, muitos proprietários se interessaram em negociar suas terras para fins de reforma agrária ou mesmo em ter suas terras vistoriadas pelo INCRA para fins de desapropriação, já que esta prevê indenização. Este interesse partiu principalmente daqueles proprietários descapitalizados, que foram diretamente afetados pelas sucessivas crises da pecuária (MONTEBLANCO, 2013, p. 190).

A ausência de conflitos no meio rural de Santana do Livramento/RS pode ser explicada pela situação econômica do país na década de 1990. De acordo com Gimenes, Gimenes e Gozer (2008), essa década foi marcada pela inserção da economia brasileira no mercado internacional, pelo processo de estabilização dos preços e pela gradual saída do governo no financiamento da agricultura visando o controle dos gastos públicos, diminuindo drasticamente os recursos destinados ao Sistema Nacional de Crédito Rural. Conforme Monteblanco (2013), essas medidas geraram certo desinteresse de alguns produtores pela terra, o que possibilitou a compra, com preços maiores que os preços de mercado, dessas terras pelo INCRA.

O desenvolvimento proposital de um conjunto considerável de assentamentos em Santana do Livramento é também observado por Chelotti (2003) destacando que até o ano de 2002 foram criados vinte e um assentamentos rurais no município. Conforme o autor, dezessete foram organizados pelo MST; dois pelo Projeto Minha Terra organizados em cooperativas de produção agrícola, tendo como caráter estadual; um pelo Programa Banco da Terra com recursos federais destinados a trabalhadores rurais do município de Santana do Livramento e um assentamento oriundo do reassentamento de colonos posseiros de terras indígenas.

A implantação de diversos assentamentos no município aumentou significativamente as demandas do MST por infraestrutura e políticas públicas e isso gerou diversos atritos entre

a Prefeitura Municipal e o MST, principalmente durante a gestão municipal de 1997 a 2000. Durante a citada gestão, o então prefeito foi acusado de enviar servidores municipais armados ao município de Júlio de Castilhos/RS, com a finalidade de prestar solidariedade a um fazendeiro que teve suas terras ocupadas por integrantes do MST. Tal fato é relatado na notícia do Jornal Folha de São Paulo e pode ser visualizada abaixo:

STJ tira prefeito de Santana do Livramento (RS) do cargo

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu, por unanimidade, indeferir medida cautelar (MC) interposta pelo prefeito de Santana do Livramento, Glênio Pereira Lemos, contra decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul de afastá-lo do cargo no ano passado sob acusação de infração político-administrativa. [...] ele determinou em 1º de junho de 1999 que três servidores públicos municipais fossem, armados, numa camioneta pertencente e abastecida pela municipalidade, até o município de Júlio de Castilhos prestar solidariedade ao fazendeiro Régis Salles, um amigo seu, proprietário de uma fazenda invadida por integrantes do MST (Movimento dos Sem-Terra). Com base nesse fato, notificado pela Polícia Federal, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul apresentou denúncia contra o prefeito ao TJ-RS. "Tenho por indubitável que a denúncia narra fato criminoso", afirma o ministro Edson Vidigal em seu voto proferido contra a medida cautelar" (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 06/10/2000).

A partir de 2003, após o desenvolvimento de vinte e dois assentamentos no município, a tensão entre fazendeiros e agricultores do MST se acirrou (MONTEBLANCO, 2013). Um grupo de agricultores dos municípios de Candiota, Hulha Negra, Bagé, Dom Pedrito, Santana do Livramento, Cacequi, São Gabriel e Rosário do Sul alocou-se no Passo da Faxina, localidade a aproximadamente 35 km do centro urbano de Santana do Livramento para montar o novo acampamento. Outro grupo composto por aproximadamente cinquenta fazendeiros locais construiu um acampamento, a cerca de 1,5 quilômetros do acampamento do MST, com o intuito de monitorar e evitar possíveis futuras invasões, como pode ser visualizada na notícia abaixo, do Jornal Estadão:

Fazendeiros acampam diante dos sem-terra no RS

Ao estilo dos sem-terra, os fazendeiros da zona sul do Rio Grande do Sul montaram um acampamento na localidade de Passo da Faxina, a 38 quilômetros do centro de Santana do Livramento. De lá, eles controlam a movimentação de um novo aglomerado de barracas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) instalado num assentamento, à distância de 1,5 mil metros. Entre um acampamento e outro, um destacamento de 12 agentes da Brigada Militar evita aproximações e provocações. O cenário é um retrato da tensão que tomou conta da região desde que o MST começou a criar novos acampamentos, no início do mês, e os fazendeiros, preocupados com a perspectiva de invasões, decidiram monitorar todos os movimentos dos sem-terra. Desta vez eles não vão entrar em fazenda alguma, promete o diretor da comissão fundiária da Federação da Agricultura no Rio Grande do Sul (Farsul), Gedeão Pereira. O acampamento dos fazendeiros foi montado nesta segunda-feira. Tem poucas barracas, mas mantém pelo menos 50 pessoas no local, em sistema de rodízio estabelecido pelos sindicatos rurais de Dom Pedrito, Bagé,

Santana do Livramento e Rosário do Sul. E é o novo movimento de um jogo que começou no início do mês e que não tem data para acabar. No dia 10 de março, os sem-terra de municípios como Candiota, Hulha Negra, Bagé, Dom Pedrito, Santana do Livramento, Cacequi, São Gabriel e Rosário do Sul começaram a viajar para Passo da Faxina, para montar o novo acampamento. Avisados, os ruralistas da região escoltaram os deslocamentos, revelando uma nova tática para evitar invasões, que Pereira promete repetir se houver saída em massa dos sem-terra reunidos em Santana do Livramento (JORNAL ESTADÃO, 18/03/2003).

Outras situações de ocupação de terra e prédios públicos também foram organizadas pelo MST nesse período. A situação de conflitos observados no campo, a partir dos anos 2000, pode ser explicada pela retomada de aporte de recursos no SNCR, o que valoriza a terra e a produção agropecuária. Conforme Mariani (2018), entre 2000 e 2012, o crescimento de recursos destinados ao crédito rural aumentou em torno de 217%. Entretanto, mais oito assentamentos foram criados no município até o ano de 2008, fazendo com que Santana do Livramento se consolidasse como um importante núcleo de reforma agrária no Rio Grande do Sul (AGUIAR, 2011; MONTEBLANCO, 2013).

Atualmente, dois dos dezessete vereadores eleitos no município da gestão 2017/2020, possuem como seus principais colégios eleitorais as áreas de assentamento, inclusive um deles é assentado. A organização política dos assentados faz com que, por diversas vezes sejam observadas manifestações e reuniões no interior da Prefeitura Municipal, onde os agricultores levam as demandas e cobram do executivo ações para a resolução de problemas de infraestrutura, transporte escolar, manutenção de estradas e pontes, entre outras reivindicações, como observa-se na notícia a seguir, relatada pela Prefeitura Municipal de Santana do Livramento:

Prefeito recebe representantes do MST e Cooperforte

Na manhã desta terça-feira (25) o prefeito Ico Charopen reuniu-se com representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste – Cooperforte. Na oportunidade também estiveram presentes a presidente da Câmara de Vereadores, Maria Helena Duarte, o vereador Itacir Soares, o secretário de Agricultura, Carlos Reni Marinho, o engenheiro do Planejamento, Miguel Pereira, a secretária de Assistência e Inclusão Social, Carla Saraiva, bem como outros técnicos da Prefeitura Municipal. Durante o encontro foram apresentadas demandas dos assentamentos e áreas rurais do município, bem como, transporte escolar, ampliações e construções de novas escolas, manutenção de pontes e acessos à locais mais afastados, fornecimento de merenda escolar, fiscalizações e infraestrutura. O prefeito afirmou que muitas demandas já integram o plano de trabalho. “Iremos cumprindo ao longo da nossa gestão. Inclusive, novas reuniões serão marcadas para darem continuidade às demandas e projetos propostos”, disse (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO, 25/09/2018).

Verifica-se ainda que a instalação dos assentamentos rurais no município, além de

inserir novos atores sociais na “cidade símbolo do Mercosul” - uma vez que 90% desses agricultores são oriundos de outras regiões do Estado²⁴ - foi marcada na década de 1990 por uma relativa paz no campo e pelo tratamento áspero por parte do poder público municipal. No entanto, a partir dos anos 2000 foram observadas diversas tensões no meio rural santanense entre agricultores familiares acampados e proprietários das fazendas. A partir da consolidação desses agricultores no município, verifica-se um maior diálogo e representatividade nas tomadas de decisão junto ao poder público municipal. O Quadro 07, a seguir, demonstra os 30 assentamentos desenvolvidos no município, bem como a capacidade e o número de famílias assentadas, a área e a data de criação.

Quadro 07 – Assentamentos implantados em Santana do Livramento/RS (PA e PE)²⁵

Nome PA	Capacidade em famílias	Famílias Assentadas	Área PA (hectares)	Data criação
PA Cerro do Munhoz	67	61	1577	10/06/1992
PA São Joaquim	37	37	1040,10	11/11/1996
PA Apolo	35	34	950,05	11/11/1996
PA Santo Angelo	17	15	481,41	21/11/1996
PA Bom Será	26	24	747,87	05/12/1996
PA Coqueiro	35	31	980,10	10/12/1996
PA Jupira/São Leopoldo	45	43	1264	04/06/1997
PA Recanto	23	23	665	29/08/1997
PA Posto Novo	21	21	665,28	14/10/1997
PA Santa Rita II	22	20	697	14/10/1997
PA Frutinhas	20	19	565,28	15/10/1997
PA Capivara	26	23	693,85	23/11/1998
PA Pampeiro	50	44	1338,81	17/12/1998
PE União Rodeiense	24	17	387	02/12/1999
PE Nova Esperança	43	43	1216	13/12/1999
PE Esperança da Fronteira	22	21	422	09/10/2000
PE Nova Madureira	24	24	596,81	10/12/2001
PE Rincão da Querência	8	3	202,11	20/02/2002
PE Torrão	22	19	505,54	13/03/2002
PE Paraíso II	7	7	136	05/12/2002
PE Roseli Nunes	63	56	1742,37	05/12/2002
PE Conquista do Cerro da Liberdade	85	68	2475,56	12/12/2002
PA Fidel Castro	58	58	1499,87	08/08/2005
PA Leonel Brizola	13	13	353,34	08/08/2005
PA Sepé Tiarajú III	43	41	1340,71	06/04/2006
PA 31 de Março	12	11	301,85	06/04/2006

²⁴ Aproximação realizada por Chelotti (2013), com base em informações da EMATER, do INCRA, do MST e de Chelotti (2003).

²⁵ Assentamentos tidos como PA (Projeto de Assentamento Federal) correspondem a modalidades de projetos criados pelo INCRA, enquanto que, assentamentos tidos como PE (Projeto de Assentamento Estadual) correspondem a Projetos reconhecidos pelo INCRA, porém tiveram sua origem vinculada ao Governo Estadual.

PA São João II	33	26	782,84	26/07/2006
PA Herdeiros de Oziel	43	35	997,28	02/04/2007
PA Banhado Grande II	11	11	258,38	02/04/2007
PA Ibicuí	65	59	1374,63	20/06/2008
TOTAL	1000	907	26.258,14	-

Fonte: Elaboração própria com base em INCRA (2018). Situação em 31/12/2017.

Analisando o Quadro 07, verifica-se que na década de 1990 foram criados 13 PA's no município. Grande parte dessa criação deu-se durante a gestão do Presidente Fernando Henrique, que se destaca até os dias atuais, como a gestão que mais criou PA's em todo país, conforme destacado na seção anterior. Também é possível verificar que os nove PE's presentes no município foram implantados entre os anos de 1999 e 2002.

Nesse sentido, Chelotti (2003) destaca que até o fim do ano de 2002, Santana do Livramento já era o maior polo de assentamentos rurais do Estado do Rio Grande do Sul, resultado de uma política de criação de assentamentos rurais via Governo Estadual, durante a gestão do Governador Olívio Dutra (1999-2002). Nos anos 2000, mais oito PA's foram criados no município tendo como última implantação o PA Ibicuí em 2008.

Com relação ao tamanho de cada assentamento e a capacidade total de famílias, verifica-se diversidade, oscilando entre assentamentos pequenos, capazes de receber apenas sete famílias, até assentamentos que dispõe de maior quantidade de terras, capazes de receber mais de oitenta famílias. Verifica-se também a capacidade ociosa de aproximadamente, 10%, uma vez que noventa e três lotes estariam vagos ou com ocupação irregular.

A ocupação irregular de lotes do INCRA é apontada com preocupação por Sauer e Leite (2017). Conforme os autores, após a criação da lei nº 13.465 de julho de 2017, que alterou o conceito de pequena propriedade²⁶, a ocupação irregular de lotes poderá regularizar verdadeiros latifúndios dentro dos assentamentos, incentivando os processos de grilagem e reconcentração da terra. A área total de cada assentamento é heterogênea, possuindo, em média, uma área total de 875 hectares, dos quais, uma parte é preservada como reserva ambiental.

De acordo com Aguiar (2011), os assentamentos rurais de Santana do Livramento/RS são extremamente complexos, pois agregam a experiência do acampamento anterior e as relações sociais estabelecidas naquele espaço com a experiência cultural de cada família, considerando a origem geográfica diversa das famílias assentadas. Alia-se a isso o fato de que

²⁶ A Lei 13.465 de 2017 alterou o conceito de pequena propriedade rural para até quatro módulos fiscais.

também foram assentados no município, trabalhadores rurais de antigas fazendas, o que em alguns casos, possibilitou que estes agricultores desempenhassem um papel fundamental na instalação dos assentamentos. A autora reforça que os assentamentos rurais do município geram inúmeras relações espontâneas, destacando intensos processos de auto-organização e oferecendo possibilidades concretas de fornecimento de alimentos saudáveis a toda a sociedade.

Conforme Wanderley (2001), a disseminação de assentamentos rurais permite recuperar as forças sociais para o desenvolvimento rural presentes na agricultura familiar, até então desperdiçadas. Para a autora, os assentamentos rurais configuram-se com uma "sementeira" de agricultores familiares que são inseridos diretamente na vida rural, tendo em vista que além do desempenho econômico dos agricultores familiares assentados, ocorre uma melhoria do padrão nutricional, aliada à educação e formação de crianças e jovens, dinamizando as sociedades locais. A "sementeira" destacada por Wanderley (2001) vem sendo observada em Santana do Livramento/RS.

Aguiar (2011) e Chelotti (2013) destacam os aspectos socioculturais da agricultura familiar assentada do município, uma vez que a maioria dos sem-terra é proveniente de outras regiões do Rio Grande do Sul e uma minoria, da própria região. Conforme Chelotti (2013), o modo de vida campeiro - localizado, principalmente, na Metade Sul do estado - alia-se com o modo de vida dos colonos descendentes de colonização ítalo-germânica - principalmente na metade norte do estado -, modificando e incorporando hábitos socioculturais nos dois segmentos, como o jeito de falar, a construção das casas, a organização do trabalho e o laço comunitário.

É importante ressaltar, conforme Montebianco (2013), que a diversidade, a riqueza da agricultura familiar assentada no município de Santana do Livramento e o crescimento da visibilidade dos quais esses atores sociais estão obtendo ao longo dos anos, junto à comunidade local. As atividades produtivas, bem como as atividades de lazer e culturais realizadas pelos agricultores assentados no município serão abordadas a partir da seção cinco deste estudo.

Nesse tópico, buscou-se descrever o estabelecimento dos assentamentos rurais em Santana do Livramento/RS, que como se viu, não ocorreu de forma alheia ao cenário brasileiro e gaúcho. A presença da agricultura familiar assentada no município foi parte integrante de um importante movimento ocorrido em todo país, que no Estado do Rio Grande do Sul iniciou na metade norte com colonos desprovidos de terra e descendentes de alemães e italianos.

A partir da década de 1990, com a criação de 15 assentamentos entre PA's e PE's, o município começou a fazer parte do mapa da reforma agrária brasileira sem resistência por parte dos fazendeiros locais, quadro que se alterou na década seguinte, onde houve o desenvolvimento de mais 15 assentamentos criados. A discordância com a vinda desses agricultores, principalmente na década de 1990 por parte do poder público municipal, contrasta com a organização política e reivindicatória atual desse segmento, que tem na diversidade sociocultural uma de suas maiores riquezas. Na próxima seção serão apresentados os participantes da pesquisa.

5.2 O agricultor, a família e o lote

Esta seção tem como objetivo caracterizar os agricultores familiares entrevistados, ressaltando os aspectos socioeconômicos, tais como: a origem e a relação com a terra, a escolaridade, o estado civil, a composição familiar, entre outros. Para tanto, destaca-se o Quadro 08 a seguir, que apresenta os participantes da pesquisa.

Quadro 08 – Caracterização socioeconômica dos agricultores familiares assentados entrevistados

Entrevistado	Idade	Sexo	Escolaridade	Estado civil	Assentamento	Tempo no assentamento	Composição familiar	Naturalidade
Agricultora 1	55 anos	Feminino	Ensino médio	Casada	São Joaquim	21 anos	3 pessoas	Ronda Alta, RS.
Agricultor 2	49 anos	Masculino	Fundamental incompleto	Solteiro	São Joaquim	21 anos	3 pessoas	Engenho Velho, RS.
Agricultor 3	40 anos	Masculino	Ensino médio incompleto	Casado	São Joaquim	21 anos	6 pessoas	Palmeira das Missões, RS.
Agricultor 4	49 anos	Masculino	Fundamental Incompleto	Solteiro	São Joaquim	21 anos	4 pessoas	Constantina, RS.
Agricultor 5	39 anos	Masculino	Fundamental Incompleto	Casado	Nova Madureira	16 anos	4 pessoas	Constantina, RS.
Agricultor 6	38 anos	Masculino	Fundamental incompleto	Casado	Nova Madureira	14 anos	4 pessoas	Três Palmeiras, RS.
Agricultor 7	36 anos	Masculino	Ensino médio completo	União estável	Nova Madureira	14 anos	5 pessoas	Três Palmeiras, RS.
Agricultor 8	37 anos	Masculino	Fundamental Incompleto	Casado	Ibicuí	12 anos	3 pessoas	Santana do Livramento, RS.
Agricultor 9	42 anos	Masculino	Fundamental Incompleto	Casado	Ibicuí	1 ano	3 pessoas	Tupanciretã, RS.
Agricultor 10	38 anos	Masculino	Fundamental Incompleto	Casado	Ibicuí	5 anos	2 pessoas	Constantina, RS.
Agricultor 11	42 anos	Masculino	Fundamental Incompleto	Casado	Ibicuí	11 anos	5 pessoas	Santana do Livramento, RS.

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo (2018).

Analisando o Quadro 08, verifica-se que dos onze entrevistados apenas um é do sexo feminino e dez são do sexo masculino. O fato de grande parte dos entrevistados serem homens não ocorreu de forma proposital, tampouco visou representar estatisticamente a população de homens e mulheres responsáveis pelo lote. Entretanto, acredita-se que como a pesquisa foi realizada por um homem, isso tenha influenciado nas indicações dos agricultores a serem entrevistados. Destes agricultores, cinco possuem entre 36 e 39 anos, três entre 40 e 42 anos e três possuem entre 49 e 55 anos, o que revela uma população adulta e jovem. Os dados vão ao encontro do que já havia sido observado por Flech et al., (2016), relatando que, 40% dos agricultores assentados no Rio Grande do Sul encontram-se na faixa etária de 25 a 40 anos.

Quanto à escolaridade dos agricultores, verifica-se que oito deles possuem ensino fundamental incompleto, um possui ensino médio incompleto e dois concluíram o ensino médio. A baixa escolaridade dos agricultores entrevistados vai ao encontro do estudo de Heredia et al., (2002) a qual observou que 87% dos agricultores familiares assentados no Brasil, que são responsáveis por seus respectivos lotes, possuíam somente o ensino fundamental incompleto. De forma similar, Flech et al., (2016) analisando o retrato das famílias assentadas no Rio Grande do Sul, revelaram que dos agricultores maiores de 15 anos assentados no Estado, 47% possuíam ensino fundamental incompleto, 8% ensino fundamental completo e apenas 5% possuíam ensino médio completo.

Com relação ao estado civil dos entrevistados, oito agricultores são casados, um possui união estável e dois são solteiros. Entretanto, verificou-se no decorrer da entrevista que, embora dois agricultores se declararam solteiros, ambos possuem esposas ou união estável com seus respectivos cônjuges. Provavelmente os entrevistados tenham respondido “solteiro” pelo fato de não terem oficializado judicialmente a união com seus cônjuges. Entretanto, verifica-se que nenhum dos entrevistados vive, de fato solteiro.

Nesse contexto, o valor do casamento na agricultura familiar foi estudado por Stropasolas (2004), que define o rito matrimonial como uma das categorias culturais mais importantes para a análise da agricultura familiar. O autor disserta a respeito da tendência histórica observada entre os jovens agricultores, sobre a resistência das moças camponesas em casar com homens do meio rural, o que ocasiona em diversas vezes o êxodo.

Para as mulheres, ‘interior ou cidade’ não constitui apenas opções de moradia; está em jogo a relação entre ‘independência e dependência’. Não é pela cidade em si que elas saem, ou exclusivamente pela procura de uma melhor condição de vida, mas, sobretudo, pela independência que isso pode proporcionar (STROPASOLAS, 2004, p. 263).

No que tange à composição das famílias, observa-se dois grupos: um composto por cinco agricultores, nos quais as famílias possuem até três pessoas; outro grupo composto por seis agricultores com famílias que variam de quatro a seis membros. A composição familiar configura-se como um fator de suma importância na agricultura familiar, pois conforme Schneider (2003), o tamanho da família é um dos critérios que orienta a divisão familiar do trabalho entre as atividades agrícolas e não-agrícolas.

Nesse sentido, Gaspari e Khatounian (2016) observaram que as estratégias de organização do trabalho na agricultura familiar assentadas são guiadas pelo tamanho, composição e ciclo demográfico das famílias. Conforme os autores, um exemplo dessa estratégia é que apenas as famílias mais numerosas tendem a destacar membros para comercializar a produção de alguns gêneros produzidos.

No que tange à origem dos agricultores entrevistados, observa-se basicamente dois grupos, sendo um composto por nove agricultores oriundos do norte do Rio Grande do Sul e outro composto por dois agricultores de Santana do Livramento. Os dados vão ao encontro do que já observara Chelotti (2003) e Aguiar (2011), uma vez que os primeiros assentados do município são oriundos das regiões norte do Estado, tendo em vista que o processo de modernização da agricultura se iniciou primeiramente nessa região, causando elevados índices de desemprego no campo. Com a expansão do processo de modernização agrícola para a metade sul do Rio Grande do Sul, os agricultores do próprio município também começaram a ingressar nos movimentos sociais que reivindicavam o acesso à terra e conseqüentemente, começaram a ser assentados.

Nesta seção, buscou-se caracterizar os agricultores entrevistados. Constatou-se que a maioria dos trabalhadores são homens, possuem até 42 anos, baixa escolaridade, são casados com famílias compostas por no máximo seis membros e oriundos majoritariamente da região norte do Estado. Na próxima seção, serão destacadas as atividades agrícolas desenvolvidas pelos agricultores familiares assentados em Santana do Livramento.

5.3 O agricultor familiar assentado e a produção agrícola

Nesta seção serão apresentadas as atividades agrícolas desenvolvidas pelos agricultores assentados entrevistados. A seção abordará também acerca das atividades agrícolas que geram renda; a suficiência (ou não) da renda gerada; as atividades desenvolvidas prioritariamente para autoconsumo das famílias; conhecimento e utilização dos

programas de mercados institucionais e a presença de assistência técnica. Nesse sentido, o Quadro 09 detalha as atividades desenvolvidas pelos participantes da pesquisa, destacando as principais atividades que são e com quem são comercializadas.

Quadro 09 – Atividades agrícolas desenvolvidas e comercializadas pelos agricultores entrevistados

Entrevistado (área do lote)	Atividades agrícolas desenvolvidas	Atividades para venda/Onde comercializa
Agricultora 1 (28 ha)	Leite, milho, hortaliças, galinhas, porcos, pêssegos, entre outros.	Leite/COOPERFORTE.
Agricultor 2 (22 ha)	Grãos, especificamente soja.	Soja/AGROSOJA.
Agricultor 3 (27ha)	Gado de corte.	Gado de corte e terneiros/atravesadores e outros produtores.
Agricultor 4 (27 ha)	Leite, milho, mandioca e lavoura de silagem.	Leite/COOPERFORTE, Milho/Agricultores ou Cooperativa de Rosário do Sul e, Silagem/Vizinhos.
Agricultor 5 (21 ha)	Leite, milho, feijão, mandioca e hortaliças.	Milho/Coopertiava e o Leite/COOPERFORTE.
Agricultor 6 (22 ha)	Leite e Soja.	Leite/COOPERFORTE e Soja/AGROSOJA.
Agricultor 7 (22 ha)	Leite e Soja.	Leite/COOPERFORTE e Soja/AGROSOJA.
Agricultor 8 (18 ha)	Leite, mandioca, batata, ovo, doce de leite, entre outros.	Leite/COOPERFORTE.
Agricultor 9 (18 ha)	Leite, Mandioca, batata, entre outros.	Leite/COOPERFORTE.
Agricultor 10 (22 ha)	Mandioca em quantidade, batata doce, porco, hortaliças, e irão começar a trabalhar com leite.	Mandioca e batata doce/COOPERFORTE Iráo trabalhar com o leite para vender à COOPERFORTE.
Agricultor 11 (21 ha)	Gado de corte.	Gado de corte, terneiros / Vizinhos e Outros produtores.

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo (2018).

Com relação às atividades agrícolas desenvolvidas pelos agricultores, observa-se uma variedade de produtos, cuja principal atividade é a bovinocultura leiteira, tendo a soja, nos últimos anos, adquirido espaço junto à agricultura familiar assentada do município, devido à alta nos preços do produto. Os resultados encontrados com relação ao destaque da produção leiteira nos assentamentos já haviam sido destacados por Chelotti (2003), Aguiar (2011) e Monteblanco (2013) que observou a elevada presença da soja nos assentamentos do município.

Ainda analisando o Quadro 09, no que tange às atividades agrícolas desenvolvidas pelos entrevistados, observa-se a presença de produtos como leite, mandioca, milho, hortaliças, soja, batata, porcos, gado de corte, entre outros. É importante destacar que, embora configure-se como produção agrícola, a produção específica de autoconsumo será abordada

detalhadamente na seção 5.3.1, a seguir.

Com relação à produção agrícola para comercialização, conforme o Quadro 09, observa-se basicamente cinco grupos. O primeiro grupo é composto por três agricultores que produzem e vendem apenas leite para a COOPERFORTE. “Na verdade, o que a gente vende mesmo é o leite [...] o nosso leite vai para a COOPERFORTE” (Agricultora 1, Assentamento São Joaquim). A figura 02 ilustra uma parte do rebanho utilizado na produção leiteira no Assentamento Ibicuí.

Figura 02 – Rebanho Leiteiro do Assentamento Ibicuí - Santana do Livramento/RS



Fonte: Arquivo do autor, pesquisa de campo (2018).

O segundo grupo, também composto por três agricultores, diversifica a produção para comercialização, basicamente com leite, milho, mandioca, silagem e batata doce. Esses agricultores comercializam o leite e tubérculos com a COOPERFORTE, sendo que o milho é comercializado com compradores do município de Rosário do Sul e a silagem comercializada com vizinhos. Destaca-se que, quando a entrevista foi realizada, um dos agricultores do grupo estava introduzindo o leite no seu rol de atividades produtivas para fins de comercialização. Segundo o entrevistado, existe uma previsibilidade, um “salário mensal” na renda do leite, que garante ao produtor a segurança de uma renda mínima todos os meses:

Aqui a gente trabalha com plantação de mandioca em quantidade, batata doce, um pouco de horta, cria um porco, agora vamos começar com o leite também. Temos umas onze novilhas. Na verdade a gente vê o leite como um salário mensal, uma renda mais garantida. Na verdade, o que acontece é que tu plantas, aí tu colhe, mas é aquele período apenas, passam aqueles seis meses e depois tu vai ter que achar um jeito, e com o leite pelo menos está garantido, dê pouco ou dê bastante mas está saindo alí (Agricultor 10, Assentamento Ibicuí).

O terceiro grupo é composto por dois agricultores que produzem leite e soja, sendo o leite recolhido pela COOPERFORTE e soja vendida para a Agrosoja Santana²⁷. Os agricultores desse grupo, além do grau de parentesco - irmãos -, são vizinhos e realizam a produção do leite e manejo das vacas em conjunto, dividindo inclusive o trabalho. O trabalho em parceria também é utilizado pelos agricultores na lavoura de soja. Conforme um dos agricultores entrevistados, apesar do leite representar uma fonte de renda mensal, o valor recebido pelo produto oscila demasiadamente, gerando o descontentamento do produtor, pois o trabalho e os investimentos realizados na atividade deveriam propiciar maior renda aos produtores. Em contrapartida, a soja é considerada mais lucrativa, conforme verifica-se na fala a seguir:

Leite e Soja. O leite entrega para COOPERFORTE e a soja entregamos para a AGROSOJA aqui no município mesmo. O leite é extemporâneo e a soja é só verão. O leite é o salário do assentado, por mais que não esteja valorizado. Como é só uma firma que pega leite o preço cai. No norte do estado, já faz um bom tempo que está R\$ 1,50, R\$1,60 o litro. Aqui recém subiu a R\$ 1,00. Trabalhamos eu e meu irmão juntos, lá em cima, temos uma estrutura, um galpão grande, nós trabalhamos juntos, uma semana cada um no leite, daí na lavoura pegamos juntos. Fizemos leite canalizado na estrutura, só que hoje não vale a pena nunca. O que eu investi em cima não estou tirando pelo preço que estão pagando. Se arrependimento matasse eu estava ferrado. Hoje eu estou opinando deixar a estrutura que eu construí parada, pela falta de incentivo aqui na região né, do que eu seguir a produção. O preço subiu um pouquinho, mas em seguidinha começa a cair. A luz é cara, o medicamento para os animais, a terra inflacionou bastante com a chegada da soja inflacionou muito a terra. De primeiro era baratinha, hoje uma arezinha de 20 hectares uma família tira em torno de R\$ 10.000 no ano sem botar a mão em nada, só com a soja, imagina do leite quando que o cara vai tirar isso? (Agricultor 6, Assentamento Nova Madureira).

Verifica-se, a partir da fala do entrevistado, certo descontentamento com o valor recebido pela comercialização do leite em comparação com o preço pago na comercialização da soja, além do fato de apenas uma empresa comprar e realizar escoamento da produção leiteira no assentamento. Nesse aspecto, Breitenbach (2008)

²⁷ A Agrosoja Santana, empresa que comercializa diversos produtos agrícola, com destaque para comercialização de soja, iniciou seus serviços em Santana do Livramento no ano de 2005 e localiza-se a aproximadamente 40 km do centro urbano do município na localidade da Faxina.

relata a existência de um monopólio, situação caracterizada pela existência de apenas uma empresa na região interessada na compra da matéria prima. No município em questão, o monopólio é representado pela comercialização do leite da COOPERFORTE com a empresa Consulati, responsável pela compra do produto. De acordo com Flech et al., (2016), a atividade leiteira está presente na grande maioria das famílias assentadas no Rio Grande do Sul, configurando-se como uma das principais atividades econômicas da agricultura familiar assentada.

Dando continuidade à análise da produção agrícola para a comercialização, o quarto grupo é composto por dois agricultores que criam gado de corte. O gado produzido pelos agricultores assentados é vendido para atravessadores, vizinhos e outros produtores da região. Um dos agricultores entrevistados relatou que a sua esposa também possui um lote, pois já era assentada antes deles constituírem família. Somando os dois lotes, o casal possui mais de 50 hectares e comercializa terneiros e vacas. Ainda conforme o agricultor, a família produz diversos produtos para a subsistência e o jeito simples e humilde com que a família vive possibilita que eles vivam de maneira confortável e consigam honrar todos os seus compromissos com a venda da produção de gado, conforme a fala a seguir:

Gado de corte. A gente não tem um específico porque a gente não vende para frigorífico. Tu tens tantos terneiros para vender, daí as vezes tu vendes para o atravessador, tu vendes a vaca descarte, tu vendes vaca de cria dependendo do tempo [...] A gente cuida bastante, procura viver com simplicidade, não entrar muito no consumismo de hoje. A gente tem um carrinho barato, antigo, mas que anda, entendeu!? A gente procura não se endividar com cartão de crédito e procura produzir o básico, uma horta, uma batata doce, uma mandioca, um sabão caseiro. Guarda mandioca, milho verde no freezer. A gente vive de maneira humilde, mas vive bem e consegue honrar os compromissos sempre (Agricultor 3, Assentamento São Joaquim).

O quinto grupo é composto por um agricultor, cujas atividades estão voltadas para a produção e comercialização da soja com a empresa Agrosoja. Conforme o entrevistado, ele parou de trabalhar com a produção leiteira em virtude da falta de mão de obra familiar para auxiliar na produção, conforme verifica-se na fala a seguir: “Eu trabalho só com grãos agora, trabalhei até três anos atrás com vacas de leite, mas não deu mais, até pela mão de obra, eu era sozinho. Na época eu estava solteiro e abandonei as vacas” (Agricultor 2, Assentamento São Joaquim).

A fala do agricultor pode ser relacionada com o que apontou o Relatório Socioeconômico da Cadeia Produtiva do Leite no Rio Grande do Sul, produzido pela Emater/RS e Ascar em 2017. Conforme o relatório, dentre as principais dificuldades

apontadas pelos produtores gaúchos para a produção e comercialização de leite estão a ausência ou deficiência de mão de obra (44,4%) e a falta de descendentes ou o desinteresse deles na atividade leiteira (38,5%) (EMATER RS; ASCAR, 2017). O fato do agricultor pertencente ao quinto grupo ter migrado da produção leiteira para a produção de soja tem a ver com o tamanho reduzido da sua família, o que prejudica a atividade leiteira que tende a demandar elevada concentração de mão de obra diariamente.

Em contrapartida, a soja, além de demandar menos mão de obra diária, é a cultura anual ocupante da maior área plantada dentro dos assentamentos do Rio Grande do Sul, sendo cultivada por aproximadamente três mil famílias. A atividade destina-se para comercialização quase que total da produção, tendo em vista que apenas 0,5% é destinada para o autoconsumo das famílias assentadas no Estado. Aproximadamente 70% da soja produzida nos assentamentos gaúchos é vendida para cooperativas (FLECH et al., 2016).

De acordo com Monteblanco (2013), o plantio de soja na Campanha Gaúcha está diretamente relacionado com a expansão da soja transgênica no Estado. Conforme o autor, essa expansão nos assentamentos está associada à rentabilidade e à garantia de comercialização do produto. A figura 03 ilustra uma lavoura de soja observada no assentamento Ibicuí, onde é possível verificar a utilização de glifosato²⁸ e algumas plantas de milho no meio da lavoura.

²⁸ Um dos herbicidas mais utilizados na agricultura, pois combate gramíneas e ervas daninhas. Entretanto, alguns estudos vem confirmando a relação entre a utilização do glifosato e o surgimento de câncer.

Figura 03 – Lavoura de Soja no Assentamento Ibicuí em Santana do Livramento/RS



Fonte: Arquivo do autor, pesquisa de campo (2018).

A respeito da produção agrícola dos produtores assentados, Mello (2007) observou que a produção média é maior do que as demais propriedades com área entre 10 e 50 hectares (ou seja, com área similar), localizadas nas mesmas microrregiões. Um dos fatores que explica esse fato na região da Campanha, conforme o autor, diz respeito à falta de tradição e visibilidade da agricultura familiar na região, em comparação com outras regiões do Rio Grande do Sul, em que a agricultura familiar obteve reconhecimento social através do processo de colonização ítalo-germânica.

Apesar da diversidade da produção agrícola presente nos lotes analisados, a produção leiteira, a exemplo do que já descrevia Chelotti (2009), é a principal atividade econômica responsável pela renda das famílias assentadas. Conforme Flech et al., (2016), a produção leiteira da agricultura familiar assentada no Rio Grande do Sul está presente em mais da metade das famílias assentadas no Estado. De acordo com o IBGE (2019), a produção leiteira de Santana do Livramento passou de aproximadamente oito milhões de litros em 2004 para mais de 35 milhões de litros no ano de 2017.

Segundo um entrevistado, que atua na direção da COOPERFORTE, aproximadamente um terço da produção leiteira do município é oriunda dos assentamentos e injeta na economia local, em média, R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) ao mês. Ademais, o agricultor salienta o protagonismo do leite na economia assentada no município, porém destacando a existência de outras atividades que também geram renda, além de criticar o poder público pela falta de

contrapartida em infraestrutura e estradas.

A questão da produção de leite é muito boa, mas em 2017 nós começamos a regredir. Nós crescíamos até 2013, em torno de 25% ao ano na produção de leite, mas em 2017 nós regredimos muito, as famílias regrediram. A nossa folha da COOPERFORTE é em torno de R\$ 700.000,00 todo mês, a média é essa. Você bota essa renda no comércio de Livramento e você não ter um metro de estrada pra trabalhar, nada, incentivo nenhum. Então olha como movimenta a economia no município, porque isso é só de leite, mas daí você pega todo o resto da produção que o assentado produz né, diariamente vendendo, comprando gado, e você não ter consideração nenhuma? (Agricultor 4, Assentamento São Joaquim).

A fala do entrevistado vai ao encontro do que já observara Patias et. al., (2017, p. 632). Conforme os autores, a produção de leite decorrente da instalação dos assentamentos rurais e da constituição da COOPERFORTE é de suma importância às famílias assentadas e, conseqüentemente, “uma renda mensal familiar, que imediatamente foi percebida pelo comércio da cidade, incentivando inclusive que produtores não assentados ampliassem a produção leiteira”.

Entretanto, a produção de leite nos lotes não é homogênea, uma vez que foram observadas no decorrer da pesquisa de campo diferentes estruturas e equipamentos utilizados na produção leiteira dos assentados entrevistados. A figura 04 ilustra as condições observadas nos galpões de ordenha, bem como uma vista frontal da COOPERFORTE, responsável pelo recolhimento do leite dos entrevistados.

Figura 04 – Estruturas utilizadas para a produção leiteira nos assentamentos de Santana do Livramento/RS



Fonte: Arquivo do autor, pesquisa de campo (2018).

Verifica-se na Figura 04 que as condições de trabalho dos agricultores entrevistados que produzem leite são distintas. Nem todos possuem ordenha mecânica e instalações com galpões amplos e espaçosos destinados à produção leiteira, o que acaba interferindo diretamente na produção dessas famílias. De acordo com o Relatório elaborado pela Emater/RS e Ascar (2017), aproximadamente 34% dos produtores gaúchos não possuem local considerado adequado para a realização de ordenha higiênica, segundo as normas de vigilância sanitária para a ordenha do leite.

Ainda de acordo com o relatório Emater/RS e Ascar (2017), verifica-se que apenas 37,1% dos produtores gaúchos possuem sala de ordenha ou estábulo, equipados com fosso ou rampa. A existência de fosso ou rampa no local de ordenha é indispensável para facilitar o trabalho na atividade leiteira, colaborando para a diminuição na penosidade do trabalho de extração do leite, para o bem-estar diário dos agricultores e para um aumento qualitativo na produção (EMATER; ASCAR, 2017).

Ainda no que tange à venda da produção agrícola, foi questionado aos participantes da pesquisa se a renda obtida com a comercialização da produção desenvolvida no lote é suficiente para o sustento da família. As respostas foram agrupadas, emergindo, dessa forma

dois grupos: um grupo para o qual a renda agrícola é suficiente para o sustento da família, composto por cinco agricultores; e o outro, em que a renda não é suficiente.

No primeiro grupo, que entende que a renda obtida através da produção gerada no lote garante o sustento da família é composto por cinco agricultores. Conforme um dos agricultores entrevistados, o fato de ter o lote com produção diversificada, juntamente com a renda mensal obtida através da comercialização do leite garante o sustento da família, como pode ser verificado na fala do agricultor a seguir:

É fundamental, porque daí tu pode variar. Se tu ficares só com a soja não dá para te manter porque tu tens que comer todo mês, mas daí com o leite casa bem, porque daí tu não te aperta. A soja tu investe, pode melhorar a estrutura, e o leite é para a comida e para alguma prestaçãozinha como a energia elétrica que fica garantido né (Agricultor 6, Assentamento Nova Madureira).

Segundo Troian (2014), estudos têm demonstrado que os agricultores familiares diversificam as atividades produtivas e fontes de renda, visando a redução de riscos e perdas, inerentes às atividades agrícolas. De acordo com Schneider (2010), a diversificação agrícola configura-se como uma das estratégias de reprodução social mais utilizadas pelos agricultores familiares. Para o autor, a estratégia possibilita a construção de uma outra forma de desenvolvimento rural, que promove a ampliação das oportunidades de produção e trabalho, reduz a vulnerabilidade, proporciona o aumento da qualidade de vida, confere segurança alimentar e proporciona o aumento da competitividade intersetorial dos agricultores familiares.

A diversificação produtiva consiste em uma atividade racional capaz de conferir maior autonomia aos agricultores familiares, frente às incertezas de situações socioeconômicas adversas. Tal diversificação contribui para a melhora qualitativa da vida dos agricultores, pois reduz a dependência de um único produto e confere maior autonomia aos produtores, fazendo com que os agricultores familiares não fiquem à margem dos preços de um único produto (TROIAN, 2014).

No presente estudo, verificou-se que a diversificação produtiva está presente em todas as famílias entrevistadas. Vários agricultores destacam a importância de diversificação dos cultivos e criações, considerando-a como uma estratégia eficiente para redução dos recursos despendidos pelas famílias na compra de produtos no mercado, além de conferir maior autonomia sobre quais alimentos querem consumir e/ou comercializar. Ademais, a diversificação da produção agrícola também é uma característica presente na produção para autoconsumo, conforme será apresentado na seção a seguir.

Ainda no que tange à suficiência da renda obtida através da produção agrícola, para um grupo composto por seis agricultores, a renda obtida com a comercialização da produção agrícola realizada no lote não é suficiente para o sustento da família. Os agricultores entrevistados apontam razões para a insuficiência da renda obtida com a venda da produção, como a distância entre o assentamento e a área urbana do município, fazendo com que acabem buscando outras formas de renda e de trabalho, conforme a fala a seguir:

Não, tem que buscar outras formas de trabalho e renda. Eu acho que se nós estivéssemos mais próximos da cidade, sobreviveríamos tranquilamente da produção, porque tu vendes tudo, se tu facilitar até flores tu vende né. Mas é que, como nós estamos nessa distância, dependemos de uma camioneta porque em um carro tu até leva um pouco de saladas, mas é pouco, não cabe muito. Se a gente for à cidade com pouca coisa, com o preço que custa o combustível não tira lucro (Agricultora 1, Assentamento São Joaquim).

Para outro agricultor entrevistado que produz e comercializa soja e leite, o fato do alto investimento realizado na produção leiteira, aliado aos custos de produção como a ração, por exemplo, reduzem a lucratividade do agricultor e acabam sendo insuficientes para a manutenção da família. Entretanto, o agricultor ressalta a importância do leite, conforme a fala a seguir:

Hoje a média do leite está R\$ 0,97, mas daí tu tem a luz, a ração e todo resto. Conforme tu fazer a ração, mais ou menos como é pra tu produzires mesmo, te passa o custo, não viabiliza. Só que tem que manter porque é fixo e outra, tu já fez um investimento com uma vaca, vai vender a vaca e ninguém paga o preço justo que custa, então é complicado. Tu sabes que o jeito que tá, tu pega, tu vai indo. Mas hoje o leite mesmo, claro que a cada três litros de leite equivalem a um quilo de gado né, essa é a relação, então o leite ainda dá para família. O leite é o carro chefe pra tu comer (Agricultor 7, Assentamento Nova Madureira).

Ainda com relação aos entrevistados que percebem a renda obtida no lote como insuficiente para o sustento familiar, destaca-se um assentado que produz monocultivo de soja para comercialização. Conforme o agricultor, o monocultivo de soja não garante a renda da família em virtude dos elevados custos de produção, entretanto, a redução de mão de obra diária no trabalho com a soja possibilita que o agricultor trabalhe fora do lote como motorista de caminhão, conforme a fala a seguir:

Olha, se a produção for só a soja não dá porque é muito cara o custo de produção. A soja compensa porque é bem menos serviço né. Quando a família é pouca gente sobra até um tempinho para o cara trabalhar para fora, eu na safra trabalho de motorista de caminhão para fora (Agricultor 2, Assentamento São Joaquim).

A insuficiência da renda obtida com a comercialização da produção agrícola faz com que alguns entrevistados trabalhem em outras atividades, fora do lote, para manter suas famílias, conforme será abordado especificamente na seção 5.3 do estudo, sendo evidenciado na fala dos agricultores 1 e 2, mencionadas no grupo acima. Segundo Schneider (2003), as famílias que adotam essas práticas tendem a se tornar pluriativas, pois realizam um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente relacionadas à terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção.

Conforme tratado na seção 2.1, a pluriatividade está presente na agricultura familiar e é oriunda das economias e sociedades desenvolvidas, tendo sido inicialmente observada e estudada a partir da década de 1970. Desde então, essas sociedades, europeias em sua maioria, passaram a conviver com crescentes taxas de desemprego urbano. Os formuladores de políticas públicas começaram a visualizar a pluriatividade como um mecanismo para conter o ritmo do êxodo rural-urbano, combatendo focos de pobreza rural e estabilizando as rendas familiares rurais, que do ponto de vista exclusivamente agrícola se mostravam muito voláteis. Essas funções, típicas da pluriatividade, ainda são cruciais para melhorar as condições de reprodução social das famílias rurais (SAKAMOTO; NASCIMENTO; MAIA, 2016).

Nessa seção foram abordados temas referentes à produção agrícola dos assentamentos, reforçando os principais cultivos e produtos. Pode-se verificar a relativa diversidade na produção dos agricultores entrevistados, com especial destaque para o leite, que na visão de alguns agricultores confere renda mensal e segura às famílias.

Dentre as atividades que geram renda às famílias, também se destaca a produção e comercialização de soja, de tubérculos e a venda de gado de corte, sendo este último influenciado pela cultura da atividade pecuária no município. Todos os agricultores diversificam a produção agrícola, seja para comercialização ou autoconsumo.

Para os agricultores, em sua maioria, a renda gerada com a comercialização da produção agrícola não é suficiente para a manutenção da família e estes acabam adotando diversas estratégias para complementar a renda, a exemplo de parcerias com vizinhos e trabalhos realizados fora do lote e ou da agricultura. Como uma alternativa indispensável para o sustento das famílias do meio rural, Grisa, Gazolla e Schneider (2010) destacam a produção para autoconsumo, que será abordada no item a seguir.

5.3.1 A Produção para autoconsumo na agricultura familiar assentada em Santana do Livramento/RS

Conforme destacado na seção 2.1, a produção para autoconsumo configura-se como uma importante estratégia de reprodução social da agricultura familiar, sendo a parcela da produção agropecuária produzida na unidade familiar e destinada ao consumo da família, para a alimentação animal e também para outros usos na atividade produtiva (LEITE, 2004).

Destaca-se que todos os agricultores familiares assentados entrevistados produzem alimentos para o consumo familiar. Conforme discurso abaixo, o fato de não precisar gastar na compra de alimentos para a família é um dos fatores que motiva a produção para o autoconsumo.

[...] a gente também tem pro autoconsumo da família: galinha, porco, ovos, horta, na verdade a gente tira de tudo, [...] compramos muito pouco na cidade. Tu não gastando na cidade, tu já estás ganhando. Logo que eu cheguei aqui, eu arrumei umas três ou quatro galinhas para começar a criação, não tinha nada, porco também não tinha [...] Hoje graças a Deus, com quatro anos aí, praticamente quase cinco, mas a coisa andou, andou devagar, mas está andando. Mas precisa trabalhar, precisa deixar a sombra quieta e ir para a lavoura (Agricultor 10, Assentamento Ibicuí).

Outro entrevistado destaca a qualidade da produção orgânica realizada em seu lote como sendo um dos fatores principais da produção de autoconsumo. Conforme o agricultor, a produção de autoconsumo confere segurança alimentar às famílias rurais e urbanas, uma vez que o excedente produzido é comercializado.

No caso é galinha, ovo, horta, hortaliças, matamos um carneiro de vez em quando, isso tudo é produto orgânico, sem porcarias de agrotóxicos. Aqui, o cara faz uma hortinha e sabe que é 100% orgânico e o produto que nós consumimos nós vendemos para o pessoal da cidade também (Agricultor 8, Assentamento Ibicuí).

Além de conferir autonomia e segurança alimentar aos agricultores, Grisa, Gazolla e Schneider (2010) destacam a importância da produção para autoconsumo em pelo menos mais dois aspectos. Conforme os autores, este tipo de produção constitui-se como uma fonte de renda não monetária, possibilitando que as famílias economizem recursos, muitas vezes escassos, na aquisição de alimentos nos mercados urbanos, configurando-se como uma estratégia de diversificação dos meios de vida. Desta forma, a produção para autoconsumo contribui com a estabilidade econômica das famílias rurais.

Parte da produção para autoconsumo verificada nos lotes dos agricultores entrevistados é ilustrada na Figura 05, onde é possível observar a criação de animais como porcos e carneiros e produtos de origem vegetal, como frutas e hortaliças.

Figura 05 – Produção para autoconsumo de origem animal e vegetal verificada nos assentamentos pesquisados



Fonte: Arquivo do autor, pesquisa de campo (2018).

Foi unânime entre os onze entrevistados a produção de autoconsumo de origem animal como carne bovina, porcos, galinhas, ovos e queijo. Tal fato pode estar vinculado com a questão cultural, com os hábitos e costumes alimentares da agricultura familiar. Outros produtos agrícolas como mandioca, batata, hortaliças e até mesmo produtos de higiene como sabão, também são produzidos pelos agricultores entrevistados. Além da economia proporcionada para as famílias, o autoconsumo possibilita alimentos mais saudáveis para os agricultores, conforme verifica-se na fala a seguir:

Eu desenvolvo toda a questão de autoconsumo, eu busco muito pouco ir ao mercado. A carne eu produzo, a banha eu produzo, o sabão eu produzo, batata, mandioca, feijão, todo o autoconsumo é interno. Eu praticamente no mercado busco produtos de higiene e muito pouco. Eu gosto de produzir por causa do alimento saudável, fim de semana eu estou em casa e na minha estufa tenho tudo, daí eu produzo de tudo (Agricultor 4, Assentamento São Joaquim).

Outro agricultor entrevistado também relaciona o autoconsumo à diminuição de custos, destacando que além da produção contínua de porcos e hortaliças, eventualmente produz cebola e silagem, comercializando a produção excedente. Conforme o entrevistado, gastar o mínimo e arrecadar o máximo possibilita que a família viva bem.

Isso tudo é pra diminuir custo. Porco, horta, ano passado, por exemplo, a gente tinha 1500 kg de cebola no galpão, vendia rasteada, eu produzi silagem, mas como o campo é bom deu para vender também, e a minha mulher costura, faz roupa. A gente procura arrecadar o máximo e gastar o mínimo, nunca deixando de viver bem (Agricultor 3, Assentamento São Joaquim).

O fato de não precisar adquirir os gêneros de autoconsumo, pela via do mercado, também é sempre lembrado pelos agricultores que acreditam que dessa forma podem economizar e viver mais confortavelmente através de uma produção mais saudável. De acordo com Grisa, Gazolla e Schneider (2010), outro princípio da segurança alimentar, atendido pela produção de autoconsumo, diz respeito à obtenção de uma alimentação coerente com os hábitos de consumo locais, possibilitando que o agricultor e sua família produzam e consumam diariamente as suas refeições de acordo com seus hábitos, tradições e gostos.

A produção para o autoconsumo, quer pelo princípio da segurança alimentar, pela diminuição dos gastos na compra de alimentos ou ainda, por se tratar de alimentos orgânicos e saudáveis, está presente nos lotes de todos agricultores familiares entrevistados. Desta forma, infere-se que as famílias pesquisadas em Santana do Livramento entendem e usufruem desta estratégia de reprodução social presente historicamente na agricultura familiar.

Dando sequência ao estudo, no item a seguir será abordado acerca do conhecimento e o acesso dos entrevistados aos mercados institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), bem como a existência e a disponibilidade de assistência técnica nos assentamentos rurais.

5.3.2 Acesso aos mercados institucionais e assistência técnica nos assentamentos rurais de Santana do Livramento/RS

Os mercados institucionais são considerados uma configuração específica de mercado em que as redes de troca assumem estrutura particular, predeterminada por normas que são definidas por um conjunto de atores e organizações que conferem ao Estado o papel principal, através das compras públicas. Uma opção estratégica na indução da nova dinâmica de desenvolvimento rural, no âmbito dos territórios, foi o protagonismo destinado à agricultura familiar no abastecimento dos mercados institucionais, observado no Brasil a partir de 2003 (GRISA, 2009).

Verifica-se que até o ano de 2002, uma parte importante do orçamento público brasileiro destinava-se à compra de alimentos para diversos fins e que esta demanda institucional deveria ser orientada, prioritariamente, para a agricultura familiar. Esses fatos

culminaram na criação do Programa de Aquisição de Alimentos, em 2003 e posteriormente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, em 2009. Os programas deram início a uma efervescência em torno dos mercados institucionais, principalmente do ponto de vista da segurança alimentar e nutricional (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Estas ações (PAA e PNAE) têm contribuído para a valorização da produção local/regional, ecológica/orgânica e têm ressignificado os produtos da agricultura familiar, promovendo novos atributos de qualidade aos mesmos, associados, por exemplo, à justiça social, equidade, artesanidade, cultura, tradição, etc (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 39).

O PAA foi criado pela Lei 10.696/2003, no âmbito do Programa Fome Zero e regulamentado por diversos decretos, sendo que o Decreto em vigência é o de número 7.775, de 4 de julho de 2012. O programa visa a inclusão produtiva das famílias mais pobres do meio rural e possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Dessa forma, o Estado adquire alimentos oriundos agricultura familiar, com dispensa de licitação e os destina a grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional, à rede socioassistencial e à rede pública e filantrópica de ensino (MDA, 2019).

Já o PNAE, criado a partir da Lei Federal nº 11.947/2009, destina-se à alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional para estudantes da educação básica pública. O programa conta com o repasse, por parte do Governo Federal, de valores financeiros efetuados em dez parcelas (de fevereiro a novembro) para Estados, municípios e escolas federais, que visam garantir alimentação escolar, de acordo com o número de alunos matriculados em cada rede de ensino. O acompanhamento e a fiscalização do programa são exercidos pelos Conselhos de Alimentação Escolar, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União e pelo Ministério Público (GRISA; SCHNEIDER, 2014; FNDE, 2019).

Após remover importantes barreiras institucionais (a exemplo da Lei de Licitações), o PAA deu início a uma nova trajetória para a agricultura familiar via mercados institucionais, que se fortaleceu em 2009 com mudança no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Outro fator importante foi a criação da Lei n. 11.947, que definiu que no mínimo, 30% dos recursos federais destinados à alimentação escolar devem ser repassados para a compra direta de produtos da agricultura familiar (GRISA; SCHNEIDER, 2014; CAZELLA et. al., 2016).

Dessa forma, a aquisição de gêneros alimentícios deve ser feita, sempre que possível,

no mesmo município das escolas, porém, quando a aquisição não puder ser feita localmente, as escolas poderão completar a demanda com outros agricultores da região, território rural, estado e país, respeitando exatamente esta ordem de prioridade (FNDE, 2019).

Nesse sentido, os agricultores familiares assentados, entrevistados na presente pesquisa, foram questionados sobre o conhecimento e acesso aos mercados institucionais. Para tanto, quando questionados se conheceram e já comercializaram seus produtos através do PAA e PNAE, os entrevistados dividem-se em três grupos, a saber: a) Aqueles que não conhecem os referidos programas, composto por três agricultores; b) Os agricultores que conhecem os programas, comercializaram seus produtos, mas, atualmente não vendem mais para os referidos programas, composto por seis agricultores; c) Os que conhecem os programas e comercializam seus produtos, composto por dois agricultores.

Em relação à primeira categoria identificada na presente pesquisa, segundo um assentado entrevistado, apesar de não ter conhecimento sobre PAA e PNAE, já comercializou mandioca via Programa Fome Zero, conforme é possível verificar no discurso a seguir. “Não conheço, só entreguei mandioca para o Fome Zero há uns dois anos atrás” (Agricultor 5, Assentamento Nova Madureira). Como já foi destacado anteriormente, o PAA e PNAE integram o Programa Fome Zero, considerado um dos principais responsáveis pela ampliação do combate à fome e miséria no Brasil.

Já os agricultores do segundo grupo, destacam que a demora no recebimento dos pagamentos e a incerteza de quando esses pagamentos ocorrerão são fatores que desmotivam para a continuidade da comercialização junto aos mercados institucionais, conforme verifica-se na fala a seguir:

Entreguei para a cooperativa e também abandonei pela demora em receber o produto. Eu vendi uma vez milho verde para eles, era boa a ideia, mas demorou muito para me pagarem. Assim, tu não sabes quando vai receber (Agricultor 6, Assentamento Nova Madureira).

A demora em receber o pagamento referente à comercialização da produção agrícola para os mercados institucionais também foi apontada por outros estudos, como o de Bocca, Camargo e Matos (2015) e Cunha, Freitas e Salgado (2017). Estudando o acesso ao PAA de assentados na região centro norte de São Paulo, Bocca, Camargo e Matos (2015) inferem que a demora em receber o pagamento pela venda da produção é apontada pelos assentados como uma das principais dificuldades de acessar o programa.

De forma similar, Cunha, Freitas e Salgado (2017), que objetivaram compreender os efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos frente à dinâmica

socioeconômica da agricultura familiar no município de Espera Feliz, em Minas Gerais, destacaram a demora no recebimento do pagamento como sendo um dos entraves para acesso aos programas institucionais. Os autores observaram ainda a importância da cooperativa local na agilidade do pagamento do que é produzido, uma vez que o pagamento pelos alimentos comprados via mercados institucionais demoram em média de 30 a 60 dias para acontecer. Após entregar o alimento na cooperativa de Espera Feliz, o agricultor recebe o vale solidário, que pode ser trocado em vários estabelecimentos no município e é uma espécie de moeda social criada para enfrentar o problema da demora no pagamento dos agricultores.

Ainda no que tange ao conhecimento e participação dos agricultores no acesso aos mercados institucionais, no terceiro grupo presente entre os assentados de Santana do Livramento, os agricultores entrevistados apresentam discursos entusiasmados com relação à comercialização diretamente para o poder público, vendendo leite, frutas, entre outros. “Sim, eu faço parte sempre aqui na COPERFORTE, sempre entrego para o PAA. Eu pego ou milho verde, ou batata, ou mandioca, ou hortifruti, eu entrego bastante. Sempre produzo bastante e entrego (Agricultor 4, Assentamento São Joaquim).

Pode-se dizer que a pesquisa identificou entre os entrevistados um pequeno número de assentados que comercializa seus produtos via compras institucionais, através dos programas PAA e PNAE. Nesse sentido, Cazella et al., (2016) destacam o baixo número de agricultores que acessam o PAA, tendo em vista a significativa quantidade de unidades agrícolas familiares que existem no Brasil. Conforme os autores, em 2012, ano que se teve o maior número de agricultores acessando o PAA (aproximadamente 186 mil agricultores), apenas 4,3% dos estabelecimentos da agricultura familiar brasileira acessaram o referido programa.

Ademais, os volumes totais investidos na compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar via PNAE, também contemplam uma pequena parcela desse segmento. Conforme Souza (2012), a presença de um considerável número de agricultores familiares que não estão organizados em associações ou cooperativas também é um fator que restringe o acesso aos mercados institucionais.

Assis, Priore e Franceschini (2017), a partir de um estudo sobre o impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na segurança e nutricional dos agricultores, verificaram que o PAA contribui para a consolidação dos mercados locais, para a segurança na comercialização e recebimento dos valores por parte dos agricultores e para o fortalecimento da agricultura familiar, impactando positivamente a renda monetária mensal das famílias e, dessa forma, contribuindo para evitar o êxodo rural.

Cabe destacar que os mercados institucionais, conforme observou Conceição (2015), criam oportunidades de trabalho e de apropriação de renda às famílias dos agricultores, da mesma forma que melhoram a qualidade e a oferta de alimentos. Esses programas transformam a realidade, inserindo uma parcela significativa de agricultores familiares na esfera produtiva, promovendo o desenvolvimento rural.

Apesar da diversidade produtiva da agricultura familiar assentada, o fato de apenas dois agricultores entrevistados estarem acessando aos mercados institucionais pode ter relação com a ausência de assistência técnica nos assentamentos pesquisados. Tal constatação já havia sido realizada pela pesquisa de Cazella et al., (2016). Conforme os autores, a ausência da assistência técnica em termos de efetividade e de capacidade, aliada à falta de conhecimento, impossibilita que a maior parte dos agricultores familiares acessem os programas institucionais como PAA e PNAE.

De acordo com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (2019), o principal objetivo dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER – é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais através do aperfeiçoamento dos sistemas produtivos, dos mecanismos de acesso a recursos, serviços e renda, sempre de forma sustentável.

Nesse aspecto, levando em consideração o universo da pesquisa em Santana do Livramento, apenas um agricultor entrevistado possui serviço de assistência técnica, pois sua filha é formada em técnicas agrícolas. “Eu tenho da minha filha agora, ela é formada em técnicas agrícolas. Ela se formou em Alegrete” (Agricultor 4, Assentamento São Joaquim). Entretanto, os demais entrevistados não possuem assistência técnica e essa ausência acaba prejudicando o trato de cultivos e criações de animais, conforme verifica-se na fala do entrevistado a seguir:

Nós tínhamos a COPTEC, agora não tem mais. Era bom porque nós tínhamos várias orientações para o gado e para as vacas de leite. Nós tínhamos uma orientação na pastagem e nas frutas também né. Tu sempre precisas de orientação. Eles vinham, faziam reuniões, nos reuníamos e víamos os problemas mais comuns, daí nós fazíamos o dia do campo. Por exemplo, tinha uma peste ou uma praga em algum tipo de fruta, daí todo mundo ia para o campo para ver como tratar na prática. Mas o governo cortou também isso (Agricultora 1, Assentamento São Joaquim).

Os agricultores entrevistados relataram que recentemente o fornecimento de assistência técnica aos assentados foi interrompido e destacam a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos – COPTEC e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, como as principais responsáveis pelo fornecimento de orientações às famílias

assentadas no município. “Tínhamos de primeiro a COPTEC, aqui na verdade começou com a EMATER, depois de um tempo a EMATER se retirou e entrou a COPTEC, e agora estamos sem nada (Agricultor 6, Assentamento Nova Madureira).

Outro agricultor destaca que a falta de assistência técnica dificulta a análise de solo e o conhecimento a respeito de cultivos específicos, ressaltando que essa ausência impossibilita o desenvolvimento de um trabalho coletivo no interior do assentamento.

Nós tínhamos a COPTEC, mas daí o governo acabou rompendo o contrato e nós ficamos sem técnicos nos assentamentos. É, dificulta essa questão de análise de solo, e de alguns cultivos que a gente não entende muito bem, daí a gente precisaria desse apoio para conseguir desenvolver um trabalho coletivo no assentamento (Agricultor 11, Assentamento Ibicuí).

Conforme o INCRA (2018), em virtude da diminuição do repasse de recursos por parte do Governo Federal, em janeiro de 2018 foi encerrado o contrato com a COPTEC, que atendia aproximadamente 6.000 famílias em 296 assentamentos de 34 municípios gaúchos, incluindo Santana do Livramento.

De acordo com Mello (2006), a assistência técnica tem importância fundamental no sucesso dos agricultores assentados, tendo em vista que recursos mal aplicados na chegada dos agricultores aos lotes podem dificultar a permanência e a produtividade das famílias. Conforme o autor, a influência da assistência técnica não diz respeito apenas a questão financeira, mas interfere em questões políticas, culturais e organizacionais dos assentados. Nesse sentido, como já destacara Medeiros (2003), a ausência de assistência técnica especializada faz com que a agricultura familiar assentada tenha diversos problemas para produzir e permanecer no espaço rural.

Por fim, a seção visava identificar o conhecimento e acesso dos entrevistados aos mercados institucionais. Ficou evidenciado que existe um desconhecimento e descrédito por parte dos agricultores entrevistados em relação a programas como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Tal descrédito é causado pela demora em receber e pela incerteza de quando serão realizados os pagamentos.

Além desses fatos apontados, a interrupção de assistência técnica fornecida ou contratada pelo Estado prejudica as atividades produtivas e de aprimoramento nas práticas agrícolas, interferindo em análises específicas e orientações sobre cultivares diferentes daqueles que os agricultores estão acostumados a produzir. Essa ausência de assistência técnica pode estar dificultando o acesso dos agricultores aos mercados institucionais, tendo em vista que inúmeras vezes é a assistência técnica a principal responsável pela organização

da produção e divulgação das informações atualizadas, referentes às práticas produtivas e de comercialização, aos agricultores assentados.

O próximo item abordará o agricultor familiar assentado de Santana do Livramento e suas fontes de renda. Nesse aspecto, foram pesquisadas todas as demais formas de obtenção de renda descritas pelos agricultores entrevistados e acessos de crédito que também são indispensáveis para a reprodução social das famílias.

5.4 O agricultor familiar assentado de Santana do Livramento, seus acessos e suas fontes de renda

Esta seção tem como a ocupação ou trabalho fora do lote e/ou do meio rural dos entrevistados, a presença de Previdência Rural nas famílias e a participação nos programas de transferência de renda, que embora não sejam considerados renda do ponto de vista contábil, em muitos casos são fundamentais para melhoria das condições de vida das famílias. Por último, será abordado o acesso ao crédito e financiamento das famílias, bem como sua utilização, o grau de endividamento das mesmas e a satisfação das necessidades familiares conforme as estratégias utilizadas pelos participantes da pesquisa.

No que tange ao trabalho de integrantes da família fora do lote ou da agricultura, observa-se basicamente dois grupos entre os onze agricultores familiares assentados entrevistados. Um grupo é composto por quatro agricultores em que nenhum membro da família trabalha fora do lote, sendo os recursos gerados com a produção no lote o suficiente para o sustento da família, conforme a fala a seguir: “Não, (a renda é oriunda) só do lote mesmo (Agricultor 7, Assentamento Nova Madureira). Para Schneider et al., (2006) essas famílias podem ser consideradas como monoativas, uma vez que dependem exclusivamente da atividade agrícola para se manter.

Todavia, o segundo grupo, composto por sete agricultores, é formado por entrevistados que possuem pelo menos um membro da família que trabalha fora do lote para auxiliar no sustento. Foi observado durante a pesquisa de campo certa satisfação na fala dos entrevistados, que relatavam exercer uma atividade remunerada ou possuir outra profissão além da de agricultor, ou quando relatavam que outro integrante da família exerce, mesmo que esporadicamente, outra atividade remunerada, conforme é possível verificar na fala a seguir:

O meu marido é técnico agrícola, mas hoje ele está desempregado. Ele faz alguns projetos de solo agora, e eu sou agente de saúde e trabalho aqui nos dois assentamentos, trabalho de casa em casa e conheço todo mundo. Eu era da direção também do MST. Hoje estou só na militância, mas não na linha de frente (Agricultora 1, Assentamento São Joaquim).

Destaca-se ainda que no grupo de agricultores entrevistados que exerce atividades fora do lote, seja na agricultura ou não, dois entrevistados trabalham como operadores de máquinas agrícolas, conforme verifica-se na fala a seguir: “Eu trabalho fora, em épocas de plantio e colheita de soja, eu sou operador de máquina” (Agricultor 9, Assentamento Ibicuí).

Outros dois agricultores trabalham ocasionalmente na colheita de uvas em cidades do Norte do Estado. Porém, segundo um dos entrevistados, o fato dos seus filhos estarem estudando e, conseqüentemente, ajudarem menos no trabalho diário do lote, tem dificultado a sua ida à colheita de uvas. “Sim, na colheita da uva tem vezes que a gente vai, nem sempre, mas tem vezes que a gente vai lá no Norte. Agora, como meus guris estão estudando, dificulta para ir (Agricultor 5, Assentamento Nova Madureira).

Ainda nessa linha, um entrevistado destacou o trabalho em conjunto com sua esposa no lote, além de relatar com orgulho o fato desta trabalhar como costureira no assentamento, consertando e comercializando roupas dos vizinhos, complementando assim a renda da família.

Minha mulher também trabalha com costura. Ela me ajuda em tudo, em alambrado, em horta, em tudo. Ela fez um curso de costura também, quando pegou o “apoio mulher”²⁹ inclusive tinha uns R\$ 3.000,00 e comprou uma máquina. Fez o curso e vendeu muita roupa aqui para muita gente. Teve um inverno que ela fez uns R\$2.000,00 ou R\$3.000,00 vendendo roupa de criança e costurando roupa, que é uma coisa que hoje não tem. Aqui tem ela. Às vezes com R\$5,00 ou R\$10,00 tu arrumas uma roupa que botariam fora (Agricultor 3, Assentamento São Joaquim).

Ademais, um dos agricultores trabalha, sempre que possível, em atividades relacionadas à construção de cercas, trabalho com motosserra e serviços em geral. Ficou perceptível para o pesquisador o descontentamento e a frustração do entrevistado, que evidenciava um semblante entristecido, quando afirmou que precisa deixar a família no lote e sair para trabalhar sempre que consegue trabalho, como verifica-se na fala a seguir:

Quando aparece algum serviço de cerca para alambra eu vou. Quando aparece algum serviço para fazer madeira eu vou, palanques, tramas, tábuas, bom, serviços

²⁹ O crédito Fomento Mulher é um benefício concedido pelo Incra, às mulheres assentadas atendidas pelas ações de assistência técnica da autarquia. Para isso, faz-se necessário ter o cadastro atualizado no Incra, estar no CadÚnico e não ter recebido qualquer crédito Apoio Mulher anteriormente. O valor pode chegar a R\$ 3 mil por família assentada (INCRA, 2018).

gerais eu faço por fora quando aparece. Aí eu deixo a família no lote e saio para trabalhar (Agricultor 11, Assentamento Ibicuí).

Outro entrevistado trabalha fora do lote em épocas de colheita de soja, por ser motorista de caminhão e operador de máquinas agrícolas e sua esposa trabalha em um restaurante. “Eu na safra trabalho de motorista de caminhão para fora [...] época de plantio e colheita de soja, eu sou operador de máquina. A Minha esposa trabalha em restaurante” (Agricultor 2, Assentamento São Joaquim).

A diversidade das atividades desenvolvidas pelos agricultores assentados em Santana do Livramento, no espaço rural ou fora dele, confere às famílias a característica de pluriativas. As atividades relativas a colheita de frutas, operador de máquinas agrícolas e alambrador de cercas podem ser descritas como pluriatividade de base agrária, que conforme Schneider (2009), decorre da demanda crescente por serviços e atividades não-agrícolas originadas também pelo processo de modernização da agricultura.

A pluriatividade de base agrária é percebida na presente pesquisa em agricultores que residem no meio rural e atuam na atividade agrícola, tendo uma parcela de sua jornada de trabalho dedicada à prestação de serviços, como transporte, plantio e colheita. De acordo com Schneider (2009), a informalidade e a precariedade da venda da força de trabalho no meio rural também integram a pluriatividade de base agrária, os chamados “bicos”. Essa informalidade é decorrente da sazonalidade das produções agrícolas e do conjunto de atividades não-agrícolas esporádicas - típicas do meio rural - que não possuem jornada de trabalho pré-estabelecida, como vendedores ambulantes, serviços de colheitas, reparos em cercas, entre outros.

Dentre as famílias pesquisadas, também está presente a pluriatividade intersetorial, que conforme Schneider, (2009, p. 8) “é um tipo de pluriatividade que decorre do processo de encadeamento e articulação da agricultura com os demais setores da economia”, tendo em vista que a esposa de um dos agricultores entrevistados trabalha em um restaurante e o agricultor trabalha como motorista de caminhão.

Segundo Funk, Borges e Salamoni (2006), a pluriatividade fomenta uma nova estrutura socioeconômica que permite ao agricultor e sua família residir e trabalhar no espaço rural, além de exercer, concomitantemente, outra atividade no meio urbano, cujo objetivo é a geração de renda. Nesse sentido, Anjos (2003) destaca o novo paradigma da multifuncionalidade da agricultura familiar, ressaltando o importante papel que a pluriatividade desempenha na dinamização das áreas rurais, a qual deve ser utilizada como estratégia dos poderes públicos para a elaboração de políticas de corte territorial.

Embora, quatro famílias pesquisadas não exerçam atividades laborais fora do lote, verifica-se que sete famílias, considerando que o universo da pesquisa é de onze, apresentam-se como pluriativas, tendo em vista que esses agricultores exercem as mais diversas atividades como motorista, costureira, agente de saúde, técnico agrícola, trabalhos em restaurante, alambrador, entre outros.

O que leva esses agricultores a procurar outras atividades que geram renda, tornando-os pluriativos é a insuficiência dos recursos financeiros obtidos através das atividades agrícolas, bem como, a busca por uma melhor qualidade de vida para si e familiares. Ademais, as incertezas climáticas e de produção, aliado a aspectos como a falta de assistência técnica, a distância do meio urbano e a relativa baixa lucratividade da atividade agropecuária, muitas vezes obrigam os agricultores a serem proativos e a buscarem novas fontes de renda para o sustento familiar.

Nesse aspecto, Graziano da Silva (1996)³⁰ observou a necessidade de reformulação das análises que se referem à questão agrária brasileira, que não pode ser compreendida, exclusivamente, como distribuição de terras e produção agropecuária. Boa parte da agricultura familiar assentada analisada exemplifica tal afirmação, pois diversifica a obtenção de rendas e estratégias produtivas no interior das famílias, nos moldes em que opera a pluriatividade.

Ainda com relação às atividades exercidas fora do lote, os entrevistados foram questionados se a renda oriunda da pluriatividade já teria sido utilizada para subsidiar alguma atividade agrícola. Neste aspecto, foram verificados basicamente dois grupos. O primeiro grupo, composto por dois agricultores, não utiliza essa renda para financiamento das atividades agrícolas no lote. “Na verdade não, na verdade mal da para comprar alimentos” (Agricultor 11, Assentamento Ibicuí).

Já o segundo grupo, composto por cinco agricultores, utiliza as rendas obtidas fora do lote ou do meio rural para melhorar as condições de trabalho dentro do lote, adquirindo vacas e outros insumos. “Ah sim, vem tudo para o lote. Com o trabalho de lá tu compras uma vaca ou traz um troço assim, para ir melhorando (Agricultor 9, Assentamento Ibicuí).

Outro agricultor destacou a utilização da renda da pluriatividade na obtenção de

³⁰ Como alternativa para resolução dos problemas agrários e de concentração demográfica brasileira, o autor sugere que a pluriatividade seria uma importante aliada do Estado e agricultores: “Por que não um assentamento que, além de arroz a feijão, produzisse também casas populares? Ou um “pesque-pague” que desse uma opção de lazer barato à classe média baixa confinada nas grandes metrópoles? Ou guardas ecológicos que protegessem o entorno de nossos parques e reservas florestais e servissem de guias turísticos? Ou de caseiros de chácaras de recreio com acesso gratuito às terras garantido por regime de comodato? Trata-se no fundo de buscar novas formas de ocupação para essa população de ex-meeiros, ex-bóias-frias, ex-pequenos produtores rurais marginalizados pela modernização conservadora das décadas passadas” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 9).

sementes e adubos destinados ao plantio. Conforme o agricultor, o fato de ter uma renda fixa auxilia inclusive no acesso a cartão de crédito. “Várias vezes, as sementes o adubo, eu tendo essa renda até o cartão de crédito eu consigo tirar né. O leite na verdade tu utiliza para pagar luz, algumas prestações, mas nada muito grande” (Agricultora 1, Assentamento São Joaquim).

A participação da renda oriunda da pluriatividade das famílias pesquisadas, no financiamento da produção agrícola dentro do lote, muitas vezes, é a principal fonte de recursos para o custeio da produção da agricultura familiar. Schneider (2001) já destacara a contribuição da pluriatividade para a manutenção da propriedade e para a reprodução social das famílias de agricultores. De acordo com o autor, além da contribuição monetária com as atividades agrícolas, os indivíduos pluriativos também auxiliam e trabalham nas demais atividades agrícolas dentro da propriedade.

Schneider et al., (2006) também observaram que 37% das famílias pluriativas investem parte da renda não agrícola no sustento da família, 22% nas despesas pessoais e 19,8% em investimentos na propriedade, destacando a importância da pluriatividade como uma das financiadoras das despesas da atividade agrícola.

Os resultados obtidos no presente estudo corroboram com as pesquisas realizadas por Mattei (1999) e Schneider (2001), as quais destacaram que, embora a atividade agropecuária configura-se como a principal atividade de obtenção de renda da agricultura familiar, a pluriatividade aumenta a renda das famílias, permitindo que estas melhorem suas condições de vida.

Verifica-se ainda que cada família assentada pluriativa adota suas próprias estratégias, que variam ao longo do tempo e de acordo com as circunstâncias a serem enfrentadas, como a permanência ou não dos membros da família na residência, a necessidade de obtenção de recursos fora da atividade agrícola, em decorrência da baixa lucratividade da produção agrícola, entre outros. Da mesma forma, foram observados agricultores que migraram da condição de pluriativos para exclusivamente a de monoativos.

Outro aspecto pesquisado entre os agricultores foi a presença da previdência social entre os membros da família. De acordo com Cazella et al., (2016), a previdência social rural configura-se como a principal política social e de distribuição de renda no meio rural brasileiro, sendo ampliada com a Constituição de 1988 e aplicada de fato a partir de 1992.

Conforme Delgado (2015), a partir de 1992, houve uma mudança quantitativa e qualitativa na previdência rural brasileira, principalmente sob quatro aspectos: 1) elevação do benefício mínimo para um salário mínimo, que antes era de meio salário; 2) extensão cumulativa de direitos previdenciários aos cônjuges; 3) diminuição do limite de idade da

mulher em cinco menos que o homem; e 4) equiparação dos segurados rurais aos segurados urbanos, com cobertura das mesmas situações de risco previdenciário, como idade avançada, doença ou acidente, viuvez, invalidez, entre outros.

Nesse aspecto, um grupo composto por nove agricultores entrevistados não possuem qualquer membro da família que receba benefício de seguridade social. Entretanto, outro grupo composto por dois agricultores possuem um integrante cada, na unidade familiar, com benefício social.

Um entrevistado possui a tutela do cunhado, o qual reside com a família e recebe benefício de seguridade social, conforme a fala a seguir: “Sim, tem o meu cunhado que a minha esposa tem a curatela dele, porque ele é considerado incapaz” (Agricultor 3, Assentamento São Joaquim). Outro agricultor convive com a mãe dele que reside com a família e é aposentada. “Tem, no caso a mãe que mora com nós e é aposentada” (Agricultor 7, Assentamento Nova Madureira).

O fato de somente dois agricultores, de um universo de onze entrevistados, possuírem algum membro familiar com benefício de seguridade social está atrelado ao fato dos agricultores entrevistados serem relativamente jovens, com idades entre 36 e 55 anos e, portanto, não terem adquirido idade mínima para a aposentadoria ou, pelo fato de serem oriundos majoritariamente de outras regiões do Rio Grande do Sul, tendo seus familiares mais idosos permanecido nessas regiões.

Apesar de estudos recentes, a exemplo de Souto et al., (2017), que descrevem a importância da previdência social rural no financiamento de atividades produtivas dos assentados, nos dois casos observados não houve relatos de utilização dos benefícios de seguridade social para financiamento da produção. Um dos agricultores entrevistados destaca que a renda obtida com a aposentadoria da mãe é prioritariamente utilizada na compra dos seus medicamentos, conforme a fala a seguir: “Geralmente é mais para os medicamentos dela, tratamento dela” (Agricultor 7, Assentamento Nova Madureira).

De acordo com Castilho Silva e Schneider (2015), as políticas públicas de combate à pobreza adquiriram um novo significado para o desenvolvimento rural, pois tendem a amenizar uma situação adversa em curto espaço de tempo, já que servem como impulso para a superação dessa situação a longo prazo, reduzindo a desigualdade social observada no espaço rural brasileiro.

Nesse contexto, com relação aos programas de transferência de renda, foi questionado

aos agricultores entrevistados se as famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família³¹. Conforme o Ministério de Desenvolvimento Social (2019), o Bolsa Família é um importante programa de transferência direta de renda às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Dessa forma, o acesso ao programa é dado a todas as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, cuja renda mensal por pessoa não ultrapasse R\$ 89,00 (oitenta e nove reais), além das famílias com renda de até R\$ 178,00 (cento e setenta e oito reais) por membro familiar e que possuam crianças, adolescentes ou gestantes.

Também nesse aspecto, os agricultores familiares assentados em Santana do Livramento dividiram-se em dois grupos: um composto por cinco agricultores que não são beneficiários do Programa Bolsa Família e outro composto por seis agricultores que são beneficiários do programa. Um dos agricultores entrevistados relatou a importância do Bolsa Família para a aquisição de alimentos para consumo da família, conforme a fala a seguir:

A família recebe em torno de R\$ 117,00 por mês, mal ou bem dá para nós comprarmos um arroz com feijão. A questão da escola das crianças, roupas e calçados eu tenho que trabalhar fora para poder dar assistência, e mesmo assim às vezes não consigo (Agricultor 11, Assentamento Ibicuí).

Salienta-se que, dos seis beneficiários do programa, quatro são moradores do Assentamento Ibicuí. O fato de mais da metade dos agricultores entrevistados serem beneficiários do Bolsa Família configura-se como uma evidência clara de pobreza rural. Nesse sentido, conforme Fleck et al., (2016), 42% das famílias assentadas no Estado são beneficiárias do Programa Bolsa Família. De acordo com Cazella et al., (2016) aproximadamente 31,5 % das famílias assentadas em todo o país são beneficiárias do referido programa.

Para Castilho Silva e Schneider (2015), as políticas públicas como a transferência condicionada de renda - a exemplo do que ocorre com o Programa Bolsa Família - podem ser compreendidas como ferramentas importantes não apenas por aumentar a renda das famílias mais carentes, mas também por condicionar o aumento da renda com a frequência escolar e com o acompanhamento médico das crianças e das mães que recebem o benefício. Ademais, o

³¹ Criado em 2003 com a unificação de outros programas sociais existentes na época, o programa é direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país e visa garantir a essas famílias o direito à alimentação e saúde. Atualmente, mais de 14 milhões de famílias são beneficiárias do Bolsa Família (MDS, 2019).

Programa Bolsa Família influencia nas capacitações dos beneficiários e incentiva o acesso dessas pessoas ao mercado de trabalho, pois vincula o recebimento da renda à qualificação profissional.

Entretanto, conforme Castilho Silva (2014), que estudou em que medida o Programa Bolsa Família contribui para o desenvolvimento rural, analisando o acesso dos beneficiários a outros programas públicos como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, ainda se faz necessário criar maior integração entre os programas de transferência de renda e os programas de acesso a crédito, com o intuito de auxiliar e conferir maior autonomia à população rural mais carente. Conforme a autora, para que os beneficiários não necessitem mais receber o benefício, além da união desses programas, faz-se necessária maior integração entre gestores, beneficiários e formuladores das referidas políticas públicas.

Com a intenção de corrigir o modelo de desenvolvimento de políticas públicas para a agropecuária, exercido por muito tempo no Brasil e em que apenas os grandes produtores tinham acesso ao crédito rural, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (1996), através do Decreto Presidencial nº 1.946/96. O programa é fruto das reivindicações históricas das entidades ligadas aos trabalhadores rurais e dos movimentos sociais do campo e decorrente de uma mudança paradigmática nos estudos referentes ao meio rural (BORGES; SILVA; COUTINHO, 2018).

Nesse sentido, no que tange ao financiamento voltado para a agricultura familiar, foi questionado aos entrevistados assentados em Santana do Livramento se eles acessam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e onde utilizam os recursos. Um grupo de dois agricultores, residentes no Assentamento Ibicuí, não acessou qualquer linha de crédito. Cabe ressaltar que estes dois entrevistados possuem o menor tempo de assentamento, tendo em vista o universo da pesquisa, e provavelmente isso tenha influenciado na falta de acesso a linhas de crédito. “Não, não fiz nada (nenhum acesso) ainda” (Agricultor 10, Assentamento Ibicuí).

Outros nove agricultores mencionaram ter acessado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar basicamente para realizar investimentos e melhorias no lote. “Adquirimos o PRONAF para aquisição de vacas leiteiras, ampliação do galpão e melhoramento da infraestrutura” (Agricultor 8, Assentamento Ibicuí). Outro agricultor entrevistado destaca que o acesso ao PRONAF ocorreu para a instalação das famílias e sua utilização na infraestrutura necessária para iniciar a produção agrícola no assentamento, muito embora atualmente não acesse mais o programa. Os motivos pelos quais o agricultor não acessa mais o referido programa não foram relatados, conforme verifica-se na fala a seguir:

Sim, a gente no começo, quando fomos assentados, adquirimos PRONAF. Hoje nós não trabalhamos mais com nenhuma linha de crédito, trabalhamos por conta própria. O PRONAF foi usado para investimento, por exemplo as matrizes de leite, os chiqueirões de porcos, a sala de ordenha, a gente construiu essas coisas. Quando a gente chegou aqui não tinha nada né (Agricultor 4, Assentamento São Joaquim).

Um dos agricultores entrevistados que acessou financiamento via PRONAF, relatou que a família teve dificuldades na execução dos projetos, em virtude da ausência de uma equipe técnica adequada para orientá-los. Ainda conforme o agricultor, os projetos foram utilizados para melhorias no lote, na casa e no bem-estar da família, conforme verifica-se na fala a seguir:

Sim, nós pegamos financiamento do Pronaf A, pelo Banco do Brasil. Na verdade alguns projetos tivemos dificuldades, até mesmo por não ter uma equipe técnica adequada para nos abrir os caminhos, abrir as ideias. Fizemos alguns investimentos errados né. Acabamos falindo na verdade, sempre com medo de fazer um grande plantio e não dar, ou de fazer um grande negócio e dar uma zebra. Esses projetos foram usados para melhoria na casa, melhoria no lote, no nosso bem-estar do dia a dia (Agricultor 11, Assentamento Ibicuí).

Nessa linha, os estudos de Veiga (1991), Abramovay (1992), Lamarche, (1993), Schneider, (2003), entre outros, foram fundamentais para destacar a permanência e a importância da agricultura familiar, conforme observado em diversos países desenvolvidos. A preocupação do Governo Federal em manter a paz no campo e amenizar a influência no sindicalismo dos trabalhadores rurais também criou um ambiente favorável para a criação do PRONAF (GRISA; SCHNEIDER, 2015). O objetivo do programa é apoiar as atividades agrícolas e não agrícolas dos agricultores familiares nas linhas de custeio e investimento, financiando também investimentos coletivos e diversas cooperativas (BIANCHINI, 2015).

A partir de 1996, o PRONAF tem se firmado como a principal política pública do Governo Federal para apoio aos agricultores familiares. Salienta-se ainda que em 1996, apenas as ações referentes ao crédito de custeio foram implantadas e que a ampliação do PRONAF para as áreas de infraestrutura, investimentos e serviços municipais, pesquisa e capacitação, ocorreu apenas a partir de 1997, quando o programa ganhou maior notoriedade e passou a operar em todo território nacional (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2004). Entretanto, conforme Cazzela et al., (2016), o PRONAF não diminuiu as verbas concedidas pelo Governo Federal ao financiamento da chamada agricultura empresarial, que permaneceu com um montante aproximadamente seis vezes maior que o valor atribuído à agricultura familiar.

Ainda, de acordo com Araújo e Vieira Filho (2018), faz-se necessário redefinir a legislação que diferencia os agricultores familiares, de forma a não criar viés de seleção no grupo da população de tratados. Conforme os autores, os critérios para estratificar os agricultores não podem inviabilizar o aumento da atividade agropecuária, tampouco se restringir ao tamanho da área ou às formas de contrato de mão de obra, tal como se observa na legislação atual.

Santos e Del Grossi (2017), ao analisar o acesso da agricultura familiar ao PRONAF e sua operacionalização, destacam como principais entraves as falhas na comunicação e a divulgação do programa, bem como, o baixo entrosamento entre os atores locais responsáveis pela política e o fato da assistência técnica geralmente ocorrer apenas na elaboração dos projetos, o que acaba levando diversas famílias ao endividamento. Conforme os autores, a falta de acompanhamento técnico pode ocasionar desvios na utilização dos recursos, causando inadimplência e impedimento dos agricultores para aquisição de novos créditos.

Nesse aspecto, foi questionado aos agricultores entrevistados se eles estavam endividados e qual a razão do endividamento. As respostas dividiram-se em três grupos, a saber: um que não possui dívidas; outro que possui financiamento, porém com prestações em dia; e o terceiro que possui dívidas.

No primeiro grupo, composto por quatro agricultores que não estão endividados, um dos entrevistados destacou o fato de não utilizar mais o PRONAF e de ter quitado todas as suas dívidas junto ao banco. “Não, com a renegociação das dívidas em 2014 nós pagamos todas as dívidas e não pegamos mais recursos no banco. Eu trabalho por conta própria, com a minha própria renda do leite vou investindo” (Agricultor 4, Assentamento São Joaquim). Os quatro agricultores podem acessar não apenas o PRONAF, mas outras linhas de crédito com instituições financeiras e, dessa forma, investir e melhorar a sua atividade produtiva com maior autonomia.

Outros dois agricultores do grupo não estão endividados porque ainda não acessaram o PRONAF. Salienta-se que o fato de não estarem endividados não deve, obrigatoriamente, ser considerado como positivo, tendo em vista que, como descrito anteriormente, o PRONAF configura-se como um mecanismo importante para a manutenção e acesso a crédito da agricultura familiar. Logo, para fazer jus ao financiamento, obrigatoriamente o agricultor contrairá parcelas para pagamento. Ademais, provavelmente os agricultores não estão acessando ao PRONAF por desconhecimento de como o programa é operacionalizado ou pela ausência de assistência técnica, que por sua vez, acarreta incerteza em diversas atividades produtivas.

Já o segundo grupo, composto por quatro agricultores, possui prestações de financiamentos obtidas através do PRONAF, porém com as parcelas em dia, conforme verifica-se na fala do agricultor a seguir: “A gente tem dívida, mas está tudo dentro do controle, a gente trabalha com os pés no chão” (Agricultor 3, Assentamento São Joaquim). Os agricultores que conseguem arcar com o pagamento das prestações podem continuar acessando o PRONAF e, dessa forma, realizar o custeio das atividades e melhorias na infraestrutura do lote.

Ainda, no que tange ao endividamento das famílias assentadas, observa-se o terceiro grupo, composto por três agricultores que possuem dívidas. Conforme um dos agricultores entrevistados, foi montado inicialmente um grupo para acessar aos recursos financeiros. Todavia, caso algum integrante do grupo não pagasse suas dívidas, os demais integrantes deveriam pagá-las. Dessa forma, conforme o agricultor, para ficar adimplente com o banco, além de quitar suas dívidas, todos os demais integrantes do grupo também devem pagar e como vários foram embora do assentamento, o agricultor continua endividado.

Eu tenho um pouco de dívida, por que assim: uma parte do pessoal do grupo foi embora, e ficou a dívida para a gente. Daí a gente não consegue renegociar né. Nós éramos um grupo grande, e um pouco se foi, daí eu fiquei um pouco sozinho e o banco não aceita parcelar se não for todos juntos (Agricultor 5, Assentamento Nova Madureira).

Foi perceptível para o pesquisador o constrangimento na fala e na expressão de alguns desses agricultores endividados que relataram dificuldades para quitar suas dívidas. De acordo com Troian (2014), o temor do endividamento é apontado pelos jovens rurais como um dos principais motivos para não almejem serem agricultores.

Conforme Bianchini (2015), nos primeiros anos do PRONAF o acesso dos agricultores era coletivo e solidário, preservando o montante e a finalidade de cada um dos participantes do grupo. O autor ressalta que essa exigência facilitava o crédito para agricultores integrados, a exemplo dos agricultores que produzem fumo, mas era praticamente inviável para culturas alimentares diversificadas como feijão, mandioca e o milho, além do risco da adimplência solidária. Entretanto, conforme Bianchini (2015), a partir do plano safra de 2006/2007, foi permitida a individualização das dívidas de contratos grupais e coletivos.

Outro agricultor entrevistado que possui dívidas relatou a queda no preço do leite como um dos motivos para a família estar endividada. Ainda conforme o agricultor, a ausência de assistência técnica e as características do lote contribuíram para que a família não conseguisse quitar as dívidas de projetos do PRONAF, conforme verifica-se na fala a seguir:

Estamos. A dívida é desses financiamentos de PRONAF devido a recaída que deu no leite. Eu fiz um investimento, daí para pagar a longo prazo e devido o preço do leite e mais da assistência também que nós não tivemos, faltou um pouco de assistência, o nosso lote não é muito próprio pra trabalhar com esse tipo de cultivar né, e daí não tiramos a renda suficiente para poder cobrir o projeto (Agricultor 8, Assentamento Ibicuí).

O endividamento das famílias dificulta o acesso a crédito de custeio e investimento e acaba tornando-se uma barreira, quase que intransponível, para melhoria nas condições de vida de alguns desses agricultores. Entretanto, o endividamento não é observado apenas no meio rural de Santana do Livramento/RS. De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG, no ano de 2014, cerca de 40% dos agricultores familiares de todo país estavam impossibilitados de acessar ao PRONAF por estarem endividados.

Não obstante, o fato de parte dos agricultores pesquisados estarem endividados tampouco pode ser considerado apenas pelo aspecto negativo. Os agricultores que estão endividados, mas realizam os pagamentos do financiamento conforme contrato, continuam, sempre que entendem necessário, acessando ao PRONAF para financiamento da produção e realização de melhorias e benfeitorias no lote. De outra forma, os agricultores que se encontram endividados e não encontram mecanismos para quitar suas dívidas, acabam tendo seu acesso ao PRONAF impossibilitado, o que ocasiona dificuldade para a melhoria de vida dessas famílias.

Por fim, ainda tratando acerca da renda, dos acessos às políticas públicas, os entrevistados foram questionados acerca da renda da família, se ela é capaz de manter, ou seja, se reproduz social e economicamente a família. Nesse sentido, foram identificados basicamente três grupos de respondentes: um grupo que consegue manter a família com tranquilidade, outro com dificuldades e outro que não consegue sustentar a família.

O primeiro grupo é composto por seis agricultores, para os quais é possível viver confortavelmente e sustentar a família de forma digna, seja no lote ou no trabalho fora dele. Um dos agricultores desse grupo destaca a tranquilidade de viver no assentamento, o fato de conseguir suprir as necessidades da família através do trabalho no lote e chama a atenção para o aspecto do consumismo. Conforme o agricultor, cuidar o que gasta e produzir o máximo possível dentro do lote, ajuda a família a viver confortavelmente e sem dívidas.

Olha, eu acho que sim, porque é como eu disse, a gente vive simples, com o básico, mas a gente tem tudo que quer. A gente come bem, tem sempre um dinheirinho para as dificuldades, não tem grandes luxos, mas não vive na precariedade. Os filhos vão

para o colégio e vão bem vestidos, entendeu?! [...] Mas a gente tem um particular que a gente cuida muito o que gasta. Hoje o consumismo é enorme, se tu vai veres só de produtos de limpeza, quantas coisas você compra? Se você não cortar algumas coisas e produzir algumas coisas aqui, você vai trazer R\$ 700,00 do mercado por mês. A gente consegue aqui com R\$ 300,00, R\$ 400,00, viver todo mês, e não se trabalha muito, apenas o necessário, é o mais importante para mim no meu conceito de vida (Agricultor 3, Assentamento São Joaquim).

Outro agricultor entrevistado, pertencente do grupo, também destaca que é possível manter a família com os recursos obtidos através do lote e atividades realizadas fora do lote, realizando uma comparação entre o meio rural e o urbano. Para o agricultor, o desemprego existente no meio urbano e a baixa escolaridade que os assentados de maneira geral possuem, seriam os principais limitadores de uma vida na cidade. No entanto, conforme o agricultor há desvantagens, como o estado de conservação das estradas que deveriam ser melhores para garantir a qualidade de vida no campo.

Eu acredito que é tranquilo, da para viver bem, eu pelo menos me sinto bem né. Eu acho que lá na cidade (meio urbano) está pior do que aqui, bem pior. O emprego hoje a fila é muito grande né, daí o meu caso mesmo com 4ª série, escolaridade muito baixa, vai fazer o que!? Que emprego tu vai conseguir hoje né!? Mas aqui pra nós está muito bom, eu acho assim que está bom. Tira aí umas coisinhas tipo, estrada ruim. Mas isso aí também, pra quem está no campo tem que aguentar meio de tudo né (Agricultor 10, Assentamento Ibicuí).

Já para o segundo grupo, composto por quatro agricultores, é possível manter a família com as atividades desenvolvidas dentro e fora do lote, porém, com certa dificuldade, pois o custo de vida ainda é alto. Para um dos agricultores, mesmo trabalhando fora do lote, a família passa por limitações, sem poder realizar grandes investimentos. Porém, foi salientado que mesmo com restrições orçamentários, a alimentação da família é abundante, já que no meio rural é possível produzir boa parte do que é consumido pela família, conforme a fala a seguir:

Mais ou menos, de repente tu te manténs assim né, mas é razoável porque o custo é muito alto. Por exemplo: tu ganhas um salário, mas o que tu vai comprar lá? tu não podes gastar com remédio com nada né!. Ele é assim, tu passa comendo, mas não tem grandes investimentos, entende. A renda de fora complementa, um pouco (Agricultora 1, Assentamento São Joaquim).

Outro entrevistado observa que o agricultor familiar assentado não pode depender exclusivamente de uma única fonte de renda, mas sim, mesclar produções como soja, leite, melancia, realizando a diversificação da produção agrícola para conseguir prosperar. Na sua opinião, os agricultores que dependem da renda dos arrendamentos de lote estão em piores situações e a soja e o leite, conjuntamente, são fundamentais para o sustento da família.

Consegue jogando dessa forma, hoje está difícil, mas quem conseguiu chegar em um ponto assim consegue. Pode parar de investir, mas daí vai sobreviver com o que tem. Mas o ruim é para quem está dependendo do arrendo como diz né. O soja com leite, ou soja com outro produto, tem vários vizinhos de soja e leite e tem outro vizinho nosso aqui que lida com soja e melancia. Para se capitalizar o soja é fundamental, da um giro melhor, ou comprar um trator ir crescendo natural né!? O soja é fundamental e o leite é outra renda para atividade mensal né, um salário mensal (Agricultor 6, Assentamento Nova Madureira).

Para o último grupo, do qual apenas um agricultor faz parte, as atividades realizadas dentro e fora do lote não estão sendo suficientes para sustentar a sua família. Mesmo os trabalhos que são realizados fora do lote, são poucos e escassos sendo suficientes para custear as despesas da casa. A necessidade faz com que diversas vezes ele acabe trabalhando por valores abaixo do que deveria ser efetivamente pago. Todavia, o agricultor relata que apesar de todas as dificuldades, estão se mantendo em cima do lote, conforme a fala a seguir:

Na verdade não está sendo suficiente, se eu falar que está sendo estarei mentindo, porque tem muitas coisas para melhorar no nosso meio de vida, né. Os trabalhos que eu faço fora são trabalhos que o dinheiro não paga as despesas da casa, e a gente igual tem que trabalhar porque não tem serviço, e aí, certos serviços que seriam um preço, a gente tem que fazer pela metade do preço para poder trabalhar e pode trazer comida para casa. Mas estamos se mantendo em cima da propriedade (Agricultor 11, Assentamento Ibicuí).

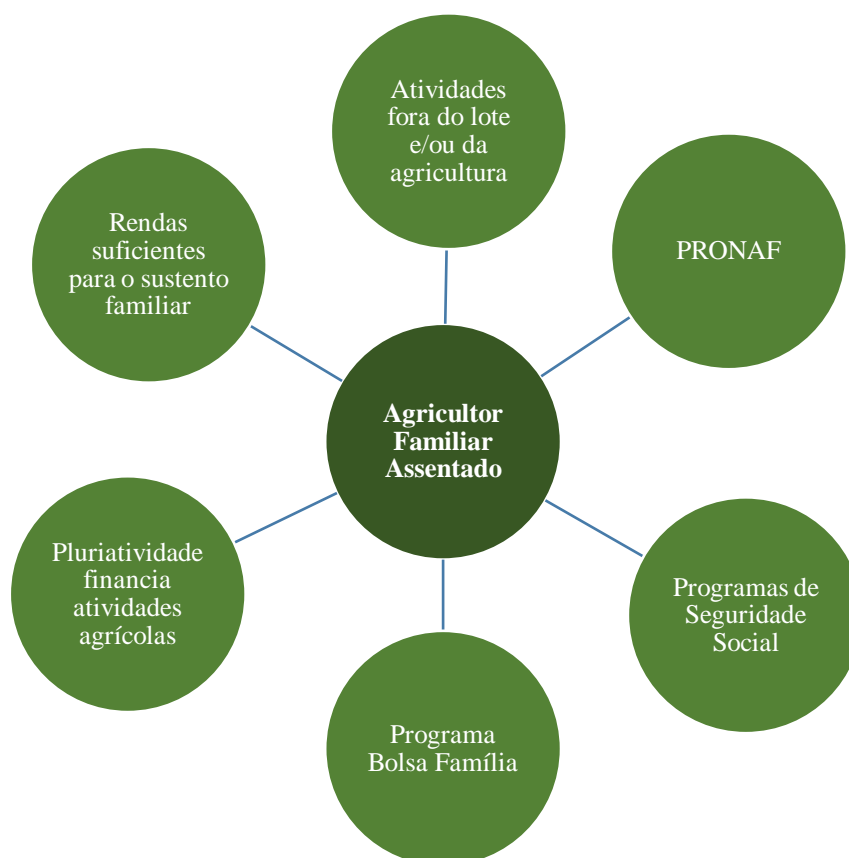
A exemplo do que já tinha sido observado por Schneider et al., (2006), é significativa a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas entre os agricultores familiares pesquisados. Essa combinação faz com que apenas um dos onze agricultores entrevistados, não considere como suficiente a renda obtida para o sustento familiar. Ainda conforme Schneider et al., (2006), existe uma maior probabilidade das famílias pluriativas obterem rendas superiores às rendas das famílias monoativas, pois a diversificação dos rendimentos permite maior segurança aos pluriativos, reduzindo as incertezas e a vulnerabilidade diante de riscos climáticos da produção agrícola.

Entretanto, ressalta-se que apesar dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que busca garantir às famílias beneficiárias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde, é perceptível no presente estudo a presença da pobreza no meio rural, tendo um dos principais exemplos, um dos agricultores entrevistados, que não está conseguindo sustentar a família da forma como gostaria. O próprio agricultor, em outro momento da pesquisa, já havia relatado que a falta de assistência técnica e orientação impossibilitaram a aplicação correta de recursos obtidos via PRONAF, fazendo com que a família se endividasse e comercializasse gado de corte para obter renda.

Nessa seção, buscou-se apresentar outras formas de obtenção de renda dos agricultores assentados em Santana do Livramento/RS, que não exclusivamente provenientes do trabalho no lote. Verificaram-se diversas profissões entre os agricultores pesquisados, como motorista, operador de máquinas, costureira, agente de saúde, técnico agrícola, entre outras. Essas descobertas vão ao encontro do que já observara Graziano da Silva (1996), Mattei (1999), Schneider (1999), Veiga (2001), entre outros autores, para os quais, há tempos o meio rural deixou de ser ambiente e morada exclusiva para pessoas que vivem apenas da atividade agrícola.

Da mesma forma, identificou-se a presença de beneficiários de Seguridade Social e programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família, que está presente na maioria das famílias entrevistadas. Foi abordado o acesso a crédito das famílias, com destaque para o PRONAF. O endividamento oriundo deste programa também está presente nas famílias pesquisadas. Por último, ficou evidenciado que a maioria dos agricultores entrevistados acredita que as rendas geradas são suficientes para sustentar a família. Para tanto, a seguir apresenta-se na figura 06 uma síntese das principais informações apresentados no decorrer da seção.

Figura 06 – O agricultor familiar assentado e suas formas de captação e recebimento de recursos



Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo (2018).

Apesar da importância da obtenção de renda para a reprodução social da agricultura familiar, as atividades responsáveis pelo sustento familiar não são as únicas práticas verificadas no meio rural analisado. Dessa forma, na próxima seção serão abordados tópicos relativos ao agricultor, seu respectivo meio social e espaço rural em que vive.

5.5 O agricultor, o meio social e o espaço rural

Esta seção visa apresentar os aspectos relacionados ao meio social dos agricultores familiares assentados de Santana do Livramento. Para tanto, serão destacados o acesso à educação e a saúde, a interação com a comunidade e as atividades de lazer, as vantagens e as desvantagens de viver no meio rural e de viver nos assentamentos rurais.

Conforme Medeiros e Robl (2013), as famílias assentadas buscam constantemente soluções para diferentes problemas, principalmente para construir uma nova identidade com o ambiente onde foram assentadas. Dessa forma, o acesso à educação entre os entrevistados

varia de acordo com o assentamento que eles vivem, sendo que cada assentamento se localiza em uma região específica do município e com condições de acesso e distâncias de escolas diferentes.

De acordo com os agricultores residentes no Assentamento São Joaquim, a escola mais próxima é a Escola Municipal de Ensino Fundamental Aurélio Guerra, na localidade da vila Santa Rita, distante aproximadamente sete quilômetros do assentamento e o transporte escolar leva os estudantes diariamente até a escola. Já para cursar o ensino médio, a escola mais próxima é no centro urbano de Santana do Livramento. O deslocamento do assentamento até a escola também é realizado por transporte escolar público. “Para ensino fundamental é sete quilômetros no Aurélio Guerra, e para ensino médio é 70 quilômetros, no centro. Tem transporte escolar” (Agricultora 1, Assentamento São Joaquim).

Ainda, conforme os agricultores residentes no Assentamento Nova Madureira, a escola de ensino fundamental mais próxima se localiza no Assentamento São Leopoldo, distante cerca de cinco quilômetros do assentamento e existe transporte escolar que leva os estudantes diariamente, porém em estradas precárias. “É aqui na São Leopoldo, minha filha estuda ali. Da em torno de cinco quilômetros, tem transporte pertinho de casa, mas as estradas são horríveis (Agricultor 6, Assentamento Nova Madureira). Já a escola de ensino médio mais próxima localiza-se no centro urbano do município, a aproximadamente 40 quilômetros de distância.

De outra forma, para os assentados no Assentamento Ibicuí, a escola mais próxima do assentamento é a Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Conselheiro³², localizada no Assentamento Bom Será, e distante entre cinco e oito quilômetros dos lotes das famílias entrevistadas. Conforme os agricultores entrevistados, existe transporte escolar para os estudantes. Porém, nos dias chuvosos as aulas não ocorrem, em virtude do péssimo estado de conservação das estradas, que impedem a passagem do ônibus escolar, conforme verifica-se na fala a seguir:

Pela estrada mesmo eu calculo uns cinco ou seis quilômetros de distância da Escola Antônio Conselheiro. Ela é estadual e fica no assentamento Bom Será. E para chegar até lá, se as estradas estão secas, daí as crianças chegam bem tranquilo. Mas quando chove, como falta assistência nessas estradas, por desleixo político, sei lá, daí acabam muitas vezes ficando mais em casa do que indo na aula (Agricultor 11,

³² De acordo com a Secretaria Estadual de Educação, a escola Antônio Conselheiro é a primeira escola de educação no campo com ensino médio em Santana do Livramento tendo sido credenciada para ofertar ensino médio em 2014. Em 2017, a escola contava com 21 servidores, que atendiam aproximadamente 250 estudantes, distribuídos em ensino fundamental, médio, educação de jovens e adultos e educação especial.

Assentamento Ibicuí).

Para outro entrevistado, morador do Assentamento Ibicuí, as condições de trafegabilidade dificultam o acesso dos estudantes à educação. Conforme o agricultor, além do péssimo estado de conservação dos ônibus utilizados para o transporte e da precariedade das estradas, os estudantes ainda têm que conviver com constantes mobilizações dos trabalhadores que atuam no sistema de ensino, e por vezes não recebem seus salários, comprometendo, em certa medida, a educação dos jovens e crianças.

Eu acho que dá uns sete quilômetros. Quando tem ônibus ela vai de ônibus. Quando o ônibus não estraga, a estrada está estragada e quando não é isso, eles não pagam os motoristas nem os professores também que fazem greve. Aqui eles estão perdidos. Ainda vem falar que tem muito analfabeto no Brasil, se não dão condições para as crianças estudar. Aqui só a diretora é daqui o resto dos professores é tudo da cidade (Agricultor 8, Assentamento Ibicuí).

Verifica-se, a partir da fala dos entrevistados, que o acesso à educação é precário e nem sempre ocorre da forma como deveria. O descaso do poder público com o meio rural, já identificado no escoamento da produção agrícola, é também apontado pelos agricultores no que se refere à educação, uma vez que ocorrem constantemente atrasos no pagamento dos salários dos professores e motoristas responsáveis pelo transporte escolar.

A precariedade dos veículos também é motivo de preocupação dos agricultores entrevistados, uma vez que constantemente são evidenciadas irregularidades nos veículos utilizados no transporte escolar. Tais irregularidades são descritas na notícia abaixo, do ano de 2017, onde foi constatado que das doze empresas terceirizadas que prestam serviço de transporte para estudantes do município, nove apresentavam irregularidades, colocando em risco a vida de aproximadamente 800 estudantes.

Maioria das empresas que transporta estudantes em Santana do Livramento apresenta irregularidades

As condições do transporte escolar por estudantes da zona rural de Santana do Livramento, na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, têm preocupados pais, estudantes e professores. Nove das 12 empresas terceirizadas que prestam o serviço apresentaram irregularidades. [...] A maior preocupação é com vans e ônibus que trafegam pela zona rural por causa das condições das estradas e dos veículos. Em alguns casos, os estudantes vivem a 30 km da escola e dependem do transporte público. [...] Hoje, 58 linhas são de responsabilidade de empresas terceirizadas, que transportam todos os dias 800 estudantes. [...] Veículos com pneus carecas, sem cinto de segurança, e sem tacógrafos estavam entre as irregularidades. [...] Os veículos que estavam circulando de forma irregular foram retirados de linhas e substituídos por outros... (PORTAL DE NOTÍCIAS G1- RS, 12/10/2017).

Outro fato observado constantemente no município é a reivindicação de agricultores assentados em Santana do Livramento, incomodados com o atraso no início do semestre letivo nas escolas rurais. A exemplo de 2019, em 2018 também ocorreram atrasos que ocasionaram a ocupação do saguão da Prefeitura Municipal por diversas mães agricultoras. As trabalhadoras reivindicavam o início imediato das aulas no meio rural, a garantia de transporte escolar aos estudantes e a garantia do poder público de não fechamento de algumas escolas rurais. Uma parte das reivindicações das agricultoras foi atendida, conforme verifica-se na notícia a seguir:

Mães ocupam saguão da Prefeitura de Santana do Livramento pelo início do ano letivo

Durante caminhada de mulheres ruralistas, na manhã desta quinta-feira em Santana do Livramento, grupo de mães ocupou o saguão da prefeitura e apelou pelo início do ano letivo 2018 nas escolas rurais. Elas pediram ainda a garantia do transporte escolar para estudantes do interior do município, onde a maior parte dos 39 assentamentos estão implantados. De acordo com o Executivo, o início do ano letivo nos educandários rurais estava previsto para acontecer em 6 de março, no entanto, por não haver empresas interessadas para todas as linhas de transporte escolar devido aos trâmites burocráticos, o início das aulas foi adiado para 19 de março. A maioria das linhas está com licitações pendentes, informou o município. As mães pediram que as aulas tivessem o começo antecipado e restabelecido de imediato o transporte. O prefeito Ico Charopen lamentou, mas comunicou às mães que a data não poderá ser antecipada em razão dos entraves nas licitações. Havia também o temor de fechamento de escolas da área rural, o que foi negado pela vice-prefeita Mari Machado. Um novo encontro está agendado para o dia 12 de março próximo. (JORNAL CORREIO DO POVO, 08/03/2018).

De acordo com Medeiros e Robl (2013), para que ocorra uma reforma agrária de qualidade, faz-se necessário termos clareza de quanto a educação é importante para o desenvolvimento rural. Conforme os autores, a busca por políticas públicas que atendam aos interesses dos agricultores assentados transpassa a ideia de produção e comercialização dos seus produtos, uma vez que esses atores sociais estão sempre demandando do poder público direitos como lazer, transporte, educação e saúde. “Dentre estas reivindicações cabe ressaltar a importância da educação, pois é pelo seu viés que ocorrerá a manutenção de sua cultura, de suas tradições e de seus saberes” (MEDEIROS; ROBL, 2013, p. 175).

Foi notória para o pesquisador, a insatisfação entre os entrevistados quanto ao estado de conservação das estradas nos assentamentos, que acabam motivando, por diversas vezes, reivindicações e medidas drásticas por parte dos agricultores com vistas a preservar a segurança dos usuários das estradas. Um exemplo dessa insatisfação ocorreu no final do ano de 2015, quando um grupo de agricultores assentados no Assentamento Cerro dos Munhoz, localizado próximo à escola Antônio Conselheiro, colocou fogo em uma ponte de madeira em

péssimas condições, na estrada de acesso à escola. Conforme os agricultores, a ponte foi incendiada como forma de pressionar o poder público para realizar o reparo das pontes e estradas rurais.

Santana do Livramento - Moradores colocam fogo em ponte no Cerro dos Munhoz Moradores da localidade conhecida como Cerro dos Munhoz, no interior do município de Sant'Ana do Livramento colocaram fogo em uma ponte, de acesso à região no início da tarde de ontem (1º). O protesto ocorreu, após o ônibus escolar ter quase caído na ponte de madeira. O veículo particular que presta serviço para a Prefeitura Municipal, transportava oito crianças. [...] O veículo trancou a roda em uma das tábuas que levantou com o peso do veículo, provocando o inclinação do mesmo para o lado direito, provocando susto em todos os ocupantes do ônibus. O motorista, alunos e professores tiveram que sair pela porta traseira do veículo, que já foi retirado do local. Ninguém ficou ferido. Os moradores querem a melhoria do trecho imediatamente e por isso resolveram inutilizar a ponte completamente como forma de pressionar uma reforma urgente. Segundo a assessoria de comunicação da Prefeitura Municipal, as melhorias previstas para o Cerro dos Munhoz já estavam previstas. Isso ficou definido em reunião na Prefeitura, onde o próprio MST priorizou a região da Cruz e Cerro dos Munhoz (CORRESPONDENTE O REPORTER, 02/12/2015).

Cabe salientar que, como já relatado anteriormente, Santana do Livramento é o segundo maior município em extensão territorial do estado e que contabiliza aproximadamente sete mil quilômetros de estradas rurais. A implantação dos assentamentos rurais aumentou consideravelmente o número de estradas rurais no município, aumentando também as reivindicações dos moradores do meio rural. A figura 07, a seguir, retrata o péssimo estado de conservação de algumas estradas e pontes dos assentamentos, mais precisamente do Assentamento Ibicuí, que sofrem com a falta de manutenção e, em algumas épocas do ano, são praticamente intransitáveis.

Figura 07 – Estradas rurais e pontes de acesso aos assentamentos



Fonte: Arquivo do autor, pesquisa de campo (2018).

Os problemas referentes à infraestrutura de estradas rurais nos assentamentos também interferem em diversas outras questões, entre elas o acesso à saúde. Nesse aspecto, foi questionado aos agricultores entrevistados como é o atendimento de saúde e qual a distância do posto de saúde mais próximo do assentamento. Da mesma forma que ocorreu com o acesso à educação, o acesso à saúde entre os entrevistados varia de acordo com o assentamento que eles residem.

De acordo com os agricultores do Assentamento São Joaquim, esporadicamente ocorrem atendimentos odontológicos e médicos, como vacinação e pesagem das crianças no próprio assentamento. A agricultora entrevistada observa que os agricultores dispõem de uma Unidade de Estratégia de Saúde da Família³³, voltada para os moradores do meio rural e que o atendimento é considerado satisfatório, conforme verifica-se na fala a seguir:

Aqui tem os agentes de saúde, e tem a ESF, perto da EMATER e tem os mutirões né, a cada dois, três meses. Aí vem a equipe médica para cá e atende as famílias. O atendimento é bom, vem médico, vem dentista, vêm as vacinas, vem tudo o que precisa. A pesagem das crianças, tudo faz aqui (Agricultora 1, Assentamento São Joaquim).

³³A Estratégia Saúde da Família (ESF) busca promover a qualidade de vida da população brasileira intervindo nos fatores que colocam a saúde em risco, como falta de atividade física, alimentação não adequada, tabagismo, dentre outros. A relação de proximidade entre equipe de saúde e usuário possibilita que se conheça a pessoa, a família e a vizinhança, garantindo maior adesão do usuário aos tratamentos e às intervenções propostas pela equipe de saúde. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

No entanto, conforme os agricultores residentes no Assentamento Nova Madureira, o atendimento de saúde é precário, embora exista um posto de saúde no meio urbano, específico para a comunidade rural, que fica a cerca de 40 quilômetros do assentamento, reforçando que ainda falta qualidade no atendimento. “Olha a saúde a princípio está naquele caso, tem o posto que atende a nossa região, que a gente precisa, mas não tem saúde no caso. O nosso município deixa a desejar, como os outros, é meio geral lá na cidade” (Agricultor 7, Assentamento Nova Madureira).

Já de acordo com os agricultores entrevistados do Assentamento Ibicuí, existe uma equipe médica com enfermeiros que vai até a zona rural e que faz alguns atendimentos nos assentamentos mais próximos. Entretanto, os atendimentos mais graves só são possíveis de serem realizados no meio urbano do município, localizado a aproximadamente 30 quilômetros de distância do assentamento.

Tem um programa de assistência da saúde que fica ali no Assentamento Bom Será e às vezes vem no nosso Assentamento Ibicuí também, aí vem uma equipe médica com enfermeiros que vem da cidade, faz o atendimento e as coisas mais graves a gente tem que ir pra cidade encaminhar (Agricultor 11, Assentamento Ibicuí).

A preocupação com a saúde das famílias do meio rural de Santana do Livramento fez com que em janeiro de 2015, o poder público municipal atendesse uma demanda oriunda do Orçamento Participativo e criasse a Estratégia de Saúde da Família X – Irmã Dorothy Stang. O posto médico é específico para a população rural e localiza-se no centro urbano do município, sendo que uma vez por semana, uma unidade móvel percorre as localidades rurais, conforme cronograma pré-estabelecido.

Entretanto, o fato do posto médico estar localizado no meio urbano é um limitador de acesso à saúde para os agricultores, tendo em vista que os diversos problemas de conservação das estradas rurais, principalmente nos dias chuvosos, acabam impossibilitando diversas vezes o acesso. Ademais, qualquer emergência ou enfermidades que necessitam de um tratamento contínuo, acabam tendo o tratamento dificultado em virtude do difícil acesso e da distância do posto médico. Embora tenha sido criada com a intenção de amenizar a falta de atendimento de saúde para a população rural, a ESF sozinha não consegue resolver todas as demandas dos agricultores, porém, configura-se recentemente em uma política importante para a população rural do município.

Os entrevistados foram unânimes em afirmar que o atendimento com especialistas se dá exclusivamente na área urbana do município, ficando as poucas iniciativas de agendamento de exames e consultas sob responsabilidade dos agentes de saúde que visitam as residências

periodicamente. Geralmente, esses agentes também são assentados na comunidade. O Quadro 10, a seguir, faz uma síntese do acesso à educação e saúde de cada assentamento estudado, apontando as distâncias aproximadas.

Quadro 10- Acesso a educação e saúde dos assentamentos pesquisados

Local/Assentamento	Distância da escola mais próxima	Distância da Unidade Básica de Saúde mais próxima
São Joaquim	7 km - Ensino Fundamental 70 km - Ensino Médio	70 km
Nova Madureira	5 km - Ensino Fundamental 40 km - Ensino Médio	40 km
Ibicuí	8 km – Ensino Fundamental e Médio	30 km

Fonte: Elaboração do autor, com base na pesquisa de campo (2018).

Cabe ressaltar que, conforme já relatado anteriormente, embora o Assentamento Ibicuí seja o assentamento mais próximo da zona central do município dentre os três assentamentos pesquisados, é o que apresenta a pior condição de acesso, tendo em vista que os 30 quilômetros se dão exclusivamente por estrada de terra. O Assentamento Nova Madureira possui aproximadamente 90% do acesso através de rodovias federais e o Assentamento São Joaquim possui 100% do acesso através de rodovia federal.

De acordo com Fleck et al., (2016), os principais problemas de saúde existentes nos assentamentos gaúchos são: hipertensão (23%), problemas de coluna causados pelo esforço físico excessivo, típicos da agricultura familiar (18%) e a terceira maior causa de adoecimento é a depressão com 6,9% dos casos. Como alternativa preventiva para essa doença silenciosa, presente em 6,9% das famílias assentadas gaúchas, estão as atividades de lazer e diversão.

Nesse aspecto, foi questionado aos entrevistados com que frequência vão a festas e atividades de lazer e o que fazem para se divertir. Com relação às atividades de lazer houve consenso nas respostas, que oscilaram entre finais de semana e domingos, sendo que um agricultor respondeu com a expressão “de vez em quando”. “É, de vez em quando né” (Agricultor 6, Assentamento Nova Madureira).

No que tange a vida social das famílias assentadas, as respostas foram heterogêneas, resultando basicamente em três grupos: um grupo que dificilmente se diverte, outro que frequenta igrejas e um terceiro que pratica esportes. O primeiro grupo, composto por dois agricultores, dificilmente participa de atividades de lazer ou festas, pois conforme um dos entrevistados, a ausência de uma sede no assentamento dificulta a relação. “A diversão aqui na região é zero praticamente, até mesmo porque nós não temos nem sede no assentamento.

Não tem, participamos em algum vizinho na comunidade, mas nesse lado falta bastante (Agricultor 6, Assentamento Nova Madureira).

A falta de atividades de lazer pode ter impacto direto na decisão de permanecer ou não no meio rural. Estudando as perspectivas teóricas e normativas utilizadas para definir jovens no meio rural, Troian e Breitenbach (2018) observam que dentre os fatores que estimulam a permanência dos jovens na agricultura brasileira, encontram-se as iniciativas e atividades de lazer, com encontros que proporcionem trocas de experiências, jogos recreativos, entre outros.

O segundo grupo é composto por três agricultores que participam de atividades religiosas junto às igrejas localizadas nas proximidades consideradas as principais atividades de lazer das famílias. “Tem igreja Assembleia de Deus que a gente participa, e tem a católica também” (Agricultor 5, Assentamento Nova Madureira). Em cada assentamento pesquisado, ao menos um agricultor frequenta a igreja regularmente. Embora com acesso por estradas em estado precário, onde muitas vezes o poder público se ausenta, as instituições religiosas se fazem cada vez mais presentes e ativas no meio rural santanense.

A participação das famílias assentadas gaúchas junto a instituições religiosas é bastante representativa, pois de acordo com Fleck et al., (2016), 45% das famílias assentadas no Rio Grande do Sul participam com frequência de alguma igreja. Entretanto, conforme observou Brandenburg (2010), se historicamente os agricultores familiares organizavam a vida social em torno da igreja, mais recentemente passaram a se organizar em torno de associações e cooperativas. Na presente pesquisa, foi possível verificar características semelhante com as destacadas por Brandenburg (2010), conforme veremos a seguir, nesta seção.

Já o terceiro grupo, possui seis agricultores que participam de uma gama maior de atividades como, jogos de futebol, festas na comunidade, jogos de baralho, jogos de sinuca, pescaria, entre outros. “Aqui mais é o jogo de futebol, e tem a comunidade também que acontecem festas, agora mesmo estão planejando baile” (Agricultora 1, Assentamento São Joaquim). Outro agricultor entrevistado, também pertencente ao grupo que realiza diversas atividades de lazer, participa de bailes, festas, jogos de sinuca e baralho na comunidade. Conforme o agricultor, ele também admira as corridas de cavalo e utiliza o esporte como lazer e diversão, conforme fala a seguir:

Aqui a gente tem a comunidade, de vez em quando sai um baile, alguma festa na redondeza, mas basicamente tem a comunidade que tem um futebol, um jogo de baralho, um jogo de sinuca, tem um ambiente bem familiar até. Eu pratico Turf também né, a gente participa e acompanha, gosta muito disso, sempre com a família, é uma coisa saudável, não é para ganhar dinheiro nem botar dinheiro fora, mas a

gente curte (Agricultor 3, Assentamento São Joaquim).

A prática do futebol foi a atividade de lazer com maior incidência no grupo. Conforme relatado na seção 4.2, durante a realização da pesquisa de campo no Assentamento São Joaquim, foi observado por um dos entrevistados que naquele dia estaria ocorrendo o torneio da reforma agrária no Assentamento Jupira São Leopoldo, com a participação de diversos times de assentamentos do município.

O pesquisador, em meio a coleta de dados a campo, verificou um número considerável de pessoas no entorno do campo de futebol e um galpão onde eram vendidos gêneros alimentícios e bebidas. Devido à proximidade do primeiro turno das eleições de 2018, verificou-se que alguns grupos de agricultores conversavam a respeito dos cenários políticos possíveis e o que esses cenários poderiam interferir para o meio rural, além de conversas relacionadas à vida cotidiana dos agricultores. A figura 08, a seguir, ilustra o torneio ocorrido em setembro de 2018, como um momento de confraternização e reunião de diversas famílias de agricultores assentados no município.

Figura 08 – Torneio de futebol da reforma agrária no Assentamento Jupira São Leopoldo



Fonte: Arquivo do autor, pesquisa de campo (2018).

Ainda no que tange ao convívio social dos agricultores, foi questionado como é a relação com os vizinhos no assentamento. Nesse aspecto, os agricultores foram unânimes em relatar que a relação com a vizinhança é amigável e de cooperação, pois os vizinhos se preocupam e cuidam uns dos outros, conforme a fala a seguir: “Aqui na verdade uns cuidam

dos outros, porque se a gente sai às vezes a casa fica aberta, e se chover, um recolhe a roupa do outro” (Agricultora 1, Assentamento São Joaquim).

Outro agricultor destaca o fato da segurança presente no assentamento, conforme a fala a seguir “É boa, bem tranquilo, pode sair sossegado que não falta um pinto, como diz o outro” (Agricultor 6, Assentamento Nova Madureira). Ademais, outro agricultor entrevistado destaca a tranquilidade da relação com os vizinhos que não causam problema algum. “É tranquila, graças a Deus. Tu sais no começo do assentamento e chega ao fim e não tem problema. Pelo menos é o que a gente pensa né, o pessoal sempre de bem né” (Agricultor 10, Assentamento Ibicuí).

A amizade, a confiança e a segurança observadas pelos entrevistados são fundamentais para que as famílias possam conviver de forma pacífica e amigável e inclusive trabalhar juntas, como as parcerias descritas na seção 5.2 da presente pesquisa. Entretanto, autores como Mello (2006) relatam que é comum ocorrerem desentendimentos entre os agricultores assentados, quase sempre relacionados à forma de trabalhar ou ao desmembramento de grupos coletivos de produção. Da mesma forma, Castro (2005) observou brigas e desentendimentos entre agricultores assentados, que muitas vezes eram ocasionadas por discussões acaloradas em reuniões deliberativas do assentamento ou em assembleias da associação dos assentados. Conforme a autora, que estudou a permanência e saída da juventude no meio rural, as brigas e desentendimentos são comuns e também estão relacionadas ao convívio diário dos agricultores, inclusive os jovens.

Outro ponto abordado junto aos agricultores entrevistados foi a participação das famílias em associações e cooperativas. Nesse aspecto, apenas um agricultor não participa de nenhuma cooperativa, grupo ou coletivo, muito embora esse agricultor comercialize leite com a COOPERFORTE. Os outros dez agricultores assentados entrevistados são sócios da COOPERFORTE. Um dos agricultores destaca a importância e a responsabilidade da cooperativa para a colheita, escoamento e armazenamento da produção, conforme verifica-se na fala a seguir:

A lavoura tem uma desvantagem, é que se o cara não colher no tempo certo apodrece, daí tem que colher e guardar bem, senão acaba perdendo. Para isso a cooperativa é importante. A mesma coisa é o leite. Se o caminhão parar um ou dois dias, estraga o leite, e assim é a responsabilidade deles, se colaborar tudo vai bem né (Agricultor 5, Assentamento Nova Madureira).

Outro agricultor entrevistado que também participa da cooperativa expõem a intenção de participar de um grupo coletivo existente no assentamento, conforme a fala a seguir: “Por

enquanto só participamos da COOPERFORTE, tem um coletivo da gurizada aí, mas a gente não está no grupo ainda” (Entrevistado 10, Assentamento Ibicuí). Além de ser uma das principais responsáveis pelo recolhimento e comercialização do leite, gerando renda às famílias entrevistadas, a COOPERFORTE configura-se como a principal referência de participação coletiva dos agricultores entrevistados, sendo notório para o pesquisador o orgulho com que os agricultores afirmaram participar da cooperativa.

Melo e Scopinho (2015), a partir de estudos sobre a participação das cooperativas nos assentamentos rurais, observaram que prevalecem as dependências econômicas e simbólicas dos assentados em relação às cooperativas, uma vez que estas conferem uma função de pertencimento a um grupo maior para os agricultores. Conforme as autoras, o espírito cooperativo presente nos assentamentos tem início nos acampamentos do MST e fazem parte de uma cooperativa, exercendo controle sobre seu próprio trabalho e acessando algumas políticas públicas, retirando os agricultores da condição de invisibilidade e possibilitando, ainda que de forma modesta, o seu reconhecimento social.

Dando continuidade ao estudo, no que tange à relação do agricultor com o espaço rural, foi questionado aos agricultores assentados quais as vantagens de viver no meio rural. Nesse aspecto, observou-se basicamente dois grupos de respondentes. Conforme os três agricultores pertencentes ao primeiro grupo, as vantagens de viver no meio rural são referentes ao fato de poder trabalhar com aquilo que eles sabem fazer, com o ofício de agricultor, conforme verifica-se na afirmação a seguir: “Olha, as vantagens que tem é que a gente exerce uma coisa que a gente sabe fazer, que é ser agricultor” (Agricultor 7, Assentamento Nova Madureira).

Para o segundo grupo, composto por oito agricultores, as principais vantagens de viver no meio rural estão relacionadas à produção e consumo de produtos mais saudáveis, produzidas pelos próprios agricultores, além da redução do custo de vida, da tranquilidade na vida no campo e no fato de poderem criar os filhos no meio rural, mantendo a tradição histórica das famílias.

Eu acho que as vantagens é que no meio rural tu comes a comida mais saudável, que a gente mesmo produz né, e também tu diminui bastante o custo, mesmo que as vezes tenha que comprar alguma coisa né. Mas o custo de vida é bem mais barato, porque a gente faz as coisas né, e no outro lado não tem aquela correria, tu sabes que daqui ninguém te tira, e os filhos não perdem aquela raiz que sempre tiveram com a terra (Agricultora 1, Assentamento São Joaquim).

Outro agricultor destaca a tranquilidade da vida no campo, o acesso favorecido e o trabalho na lavoura, que embora cansativo, compensa. O agricultor destaca ainda o fato de ter sido criado no meio rural e poder criar e transmitir os conhecimentos adquiridos aos filhos,

conforme verifica-se na fala a seguir:

As vantagens são que o cara consegue trabalhar tranquilo né, tem trabalho que tu podes tocar, e para lidar com leite também, tendo acesso favorecido é bom, não é ruim. Lidar com a lavoura também, não é tão bom porque é cansativo, mas da para tocar, compensa. A gente já se criou nesse ritmo e estamos criando os filhos assim também, na questão de trabalhar né. Daí segue o mesmo conhecimento, um com o outro (Agricultor 5, Assentamento Nova Madureira).

Um terceiro agricultor ressalta o menor custo de vida dentre as principais vantagens de morar no meio rural, produzindo alimentos saudáveis e reduzindo despesas. Ademais, o agricultor salienta que a produção para autoconsumo também pode ser comercializada, além da autonomia que a vida no campo lhe confere, ao passo que este define como e quando irá trabalhar.

É que teu gasto é o mínimo né, por causa que tu estando morando aqui, tu podes produzir o alimento né, um produto saudável e reduz os gastos. Tu podendo fazer uma horta tu tens a verdura e é uma meia mesa né, produz a batata, a mandioca, cria um porco a galinha, já tem a carne né, o leite, então 60% do alimento já está reduzido né, essa é a vantagem que eu vejo. Tu podes trabalhar para ti, não tem horário nem nada. Tendo teu negócio em casa tu é o teu próprio patrão mesmo (Agricultor 8, Assentamento Ibicuí).

Os resultados obtidos na presente pesquisa corroboram com o estudo de Floriano (2009), que analisou a qualidade de vida de moradores da zona rural de um município catarinense. Conforme a autora, a tranquilidade da vida no campo, os alimentos saudáveis produzidos e consumidos, as amizades que são cultivadas entre vizinhos e parentes destacam-se como as principais vantagens de viver no meio rural e que são desfrutadas e valorizadas pelos agricultores.

Nessa mesma linha de análise, a tranquilidade, o sossego, a segurança, a proximidade com a natureza, a possibilidade de possuir um trabalho com maior autonomia, entre outros, foi apontada por Troian (2014) como sendo os principais motivos para permanecer no meio rural, do ponto de vista dos jovens rurais. Entretanto, o meio rural não se configura exclusivamente como um espaço que possui apenas vantagens.

Dessa forma, foi pesquisado entre os agricultores entrevistados quais seriam as principais desvantagens de morar no meio rural. A partir da análise das respostas, foram identificados três grupos: um grupo que não vê desvantagens em residir no meio rural; outro grupo que aponta o descaso do poder público como principal desvantagem; e o terceiro grupo, que destaca o péssimo estado de conservação das estradas rurais como principal desvantagem de morar no meio rural.

Para o primeiro grupo, composto por dois agricultores do Assentamento São Joaquim,

não há qualquer desvantagem em morar no meio rural, conforme fica ilustrado na fala a seguir: “Bom, eu não vejo desvantagem, não sei se porque eu me criei na agricultura para mim tem todas as vantagens (Agricultor 4, Assentamento São Joaquim). Já o segundo grupo, composto por três agricultores, destacou o abandono político ao qual o meio rural está inserido, sendo que um dos agricultores desse grupo apontou o poder público municipal como grande responsável por esse abandono.

A desvantagem é o abandono que o meio rural está, está muito abandonado, até mesmo os vereadores que foram eleitos pelos assentamentos, [...] só se lembram do povo na época de eleição. [...] Eu não acredito mais na política, em Livramento eu não acredito, segue o mesmo baile. Companheiros nossos que diziam que eram companheiros, se elegeram e abandonaram o assentamento. Aparecem em alguma atividade social nos assentamentos mas é raro, agora porque é época política (Agricultor 6, Assentamento Nova Madureira).

Entretanto, conforme os seis agricultores pertencentes ao terceiro grupo, as desvantagens de morar no meio rural dizem respeito às péssimas condições das estradas que acabam por prejudicar a locomoção das famílias e o acesso à saúde e educação, além da distância do centro urbano, que dificulta a comercialização dos produtos, conforme verifica-se na fala a seguir: “As desvantagens que nós temos aqui são as condições de estrada. Tu andou aí e tu viu a situação que está !? Nós enfrentamos isso aí e cada vez de irmos para cidade é isso aí né. E aí tu vê a dificuldade!?” (Agricultor 10, Assentamento Ibicuí).

Outro agricultor também destaca o estado de conservação das estradas e a distância do centro urbano como as principais desvantagens de viver no meio rural, impossibilitando, entre outras questões, o escoamento da produção. Entretanto, o agricultor ressalta que o meio rural possui mais vantagens que desvantagens.

A desvantagem é a questão da distância que nós estamos da cidade, porque se a gente morasse a uns 10 km da cidade, nós estaríamos fazendo um plantio de hortaliças em estufas. Daí, por ser perto da cidade nós iríamos produzir melhor, sobreviver melhor em cima da nossa terra. Não tem como nós plantarmos, fazer um grande plantio de hortaliças em estufas morando a 30 km da cidade. A gente vai gastar mais em manutenção de carro e combustível [...] A gente não fica doente, porque se ficássemos não teríamos como chegar até a cidade [...] Pretendemos continuar, permanecer no campo, porque eu acredito que a vida no campo tem as suas desvantagens, mas as vantagens são bem maiores (Agricultor 11, Assentamento Ibicuí).

Conforme já mencionado no decorrer do estudo, as vastas extensões territoriais, características de Santana do Livramento, são o resultado de um processo histórico de ocupação do território, alicerçado na grande propriedade, diferentemente do que ocorreu nos

municípios do norte/noroeste do Estado, de onde a maioria dos assentados é oriunda.

Em relação à atenção do poder público municipal para com as famílias assentadas, apesar de dois vereadores ligados aos assentamentos terem sido eleitos ao legislativo municipal - quadriênio 2017-2020 - verificou-se certo descontentamento de alguns entrevistados, o que pode ser considerado normal, até mesmo pela expectativa gerada com a eleição dos representantes. Questões referentes ao abandono e esquecimento político, aliadas ao péssimo estado de conservação de estradas, são sempre lembradas pelos agricultores e continuam configurando-se como as principais desvantagens de viver no meio rural.

Observa-se que, mesmo os agricultores que relataram as maiores dificuldades no meio rural, destacam que a vida no campo possui mais vantagens que desvantagens, não sendo verificado em nenhum dos entrevistados a intenção de mudar para o meio urbano. Também nesse aspecto, foi questionado aos agricultores quais seriam as vantagens de morar no assentamento em que residem, e da mesma forma que ocorreu com as indagações a respeito do acesso à educação e saúde, os agricultores foram organizados por assentamentos em que vivem.

De acordo com os agricultores residentes no Assentamento São Joaquim, os aspectos relativos à qualidade da terra, proximidade à rodovia e a segurança são as principais vantagens de morar no assentamento, conforme verifica-se nas falas do agricultor a seguir: “Nós aqui não temos nenhuma desvantagem. A terra é boa, produtiva, a produção da gente é boa, a localização é boa, para você sair para qualquer lado não tem problema nenhum, então nós somos muito tranquilos. Somos privilegiados (Agricultor 4, Assentamento São Joaquim).

Outro agricultor assentado no Assentamento São Joaquim destaca a segurança e a confiança dos moradores, uns com os outros, aliada à convivência das crianças, que brincam e crescem juntas desde cedo.

Uma das vantagens é isso, a segurança de uns com os outros né, mesmo que saia tu não tens aquela preocupação com a casa, que vai ficar longe sem ninguém olhar né. Eu acho que a vantagem é essa convivência, porque as nossas crianças se criam como se fossem todos irmãos. De tarde eles tiram leite e no final da tarde vão tudo para o campo brincar, então essa convivência já vem junto né (Agricultora 1, Assentamento São Joaquim).

Conforme os agricultores entrevistados do Assentamento Nova Madureira, a localização e a proximidade com a rodovia, que agiliza o acesso ao centro urbano do município são as principais vantagens de morar nesse assentamento. Entretanto, um dos agricultores salienta que nem sempre foram boas as condições das estradas e relembra um passado mais difícil.

Aqui a gente se sente mais tranquilo para morar porque tem o acesso a faixa logo ali e daí tem a cidade né, o acesso não é dificultoso. Nos assentamentos mais distantes é mais difícil. No início quando chegamos era brabo porque não tinha estrada, mas agora está bem amenizado, não dá para se queixar porque temos estrada né. Da para tocar sim, tranquilo (Agricultor 5, Assentamento Nova Madureira).

Outro agricultor entrevistado do Assentamento Nova Madureira também destaca a proximidade com a rodovia e o convívio amigável dentro do assentamento como as principais vantagens presentes, conforme a fala a seguir: “Desse aqui a gente tem mais vantagens, a gente se dá com todo mundo, é próximo a rodovia, a gente tem mais vantagens” (Agricultor 7, Assentamento Nova Madureira).

Já os agricultores moradores no Assentamento Ibicuí, dividem-se em dois grupos: um grupo que vê vantagens em morar no assentamento e outro que não destacou qualquer vantagem em viver no assentamento. Conforme dois agricultores, as principais vantagens são a vida em comunidade, a tranquilidade e a boa vizinhança do local. Um desses assentados também destacou a organização e a união de forças em busca de um objetivo coletivo, conforme a fala a seguir: “A vantagem de viver no assentamento é que quando as pessoas precisam de você ou você precisa de alguma coisa, a gente se unifica, une forças, junta a companheirada e luta por uma melhoria em prol do assentamento (Agricultor 11, Assentamento Ibicuí).

Os outros dois agricultores entrevistados residentes no Assentamento Ibicuí focaram suas falas apenas nas desvantagens de morar no último assentamento criado no município, que pela distância e péssimo estado de conservação das estradas de terra, acaba por dificultar a vida no assentamento.

É, no momento assim que eu vejo bastante é a falta de acesso, isso prejudica tudo né cara, a falta de acesso dificulta. Na verdade assim, eu mesmo tinha carro e acabei vendendo porque não tinha como a manutenção, se o cara vai deixar, tu vai encostar alí e não pega valor nenhum. Aí eu optei pela moto, e quando eu preciso de alguma coisa uso o ônibus né. [...] tche, já faz no mínimo dois meses que o ônibus nem passa aqui, porque a estrada não oferece condições. [...] por isso mesmo que a gente já está optando por plantar as coisas, porque a cooperativa também já não consegue trazer. Quanto mais puder produzir aqui, melhor para todo mundo (Agricultor 9, Assentamento Ibicuí).

Portanto, o estado de conservação das estradas rurais continua sendo uma das principais desvantagens de morar em alguns assentamentos. Dessa forma, as famílias acabam adotando estratégias para enfrentar esse problema, a exemplo da produção no próprio lote de produtos e matéria prima para consumo das famílias e da criação, reduzindo assim a necessidade de deslocamento e, por conseguinte, os gastos com alimentação e com ração para

os animais.

Quando questionados a respeito das desvantagens de morar no assentamento, verificou-se dois grupos, um que não percebe nenhuma desvantagem e outro que apontam desvantagens. O primeiro grupo é composto por cinco agricultores, sendo dois agricultores moradores no Assentamento São Joaquim, dois residentes no Assentamento Nova Madureira e um no Ibicuí.

Um dos agricultores desse grupo destaca que viver no assentamento foi uma escolha de vida e que a relação com os demais agricultores é amigável, conforme a fala a seguir: Ah, mas daqui do assentamento eu acho que desvantagem nem tem né, eu gosto de estar aqui. É uma escolha de vida [...] desvantagem não tem porque o pessoal aí tudo a gente considera e eles consideram a gente também né (Agricultor 10, Assentamento Ibicuí).

Já conforme o segundo grupo, composto por seis agricultores, foram relatadas as desvantagens relativas a problemas relacionados ao esquecimento do meio rural por parte do poder público e a aprendizagem insuficiente das crianças na escola.

Eu acho que não seria como desvantagem, mas seria como uma dificuldade é essa questão da não valorização do campo [...] Não há essa preocupação de quem governa, saber que é aqui que produz para a cidade comer né. As crianças às vezes passam final de ano, passam porque tem que cumprir as horas, mas não aprenderam nada, passaram tanto tempo sem aula né (Agricultora 1, Assentamento São Joaquim).

Outro agricultor destaca como principais desvantagens a falta de organização dos assentados na busca de assistência técnica adequada, acesso à saúde, a falta de lazer do assentamento e o preconceito com que muitas pessoas ainda tratam os agricultores no meio urbano, conforme revela-se na fala a seguir:

Falta um pouco mais de organização, de um povo mais unido, para buscar uma assistência técnica, não tem nenhum assentamento na volta com um postinho de saúde né!?.[...] Ontem a gente foi naquela pracinha da prefeitura e tinha algumas crianças na praça, o homem tirou as crianças e saiu. A minha vizinha disse que não viu, porque senão tinha falado para ele: nós somos gente que nem ele. Eles não veem o que gira de dinheiro só por causa do assentamento!?! (Agricultor 8, Assentamento Ibicuí).

O Quadro 11 sintetiza e apresenta as vantagens e desvantagens, na visão dos agricultores entrevistados, de morar no meio rural e no assentamento em que vivem.

Quadro 11 – Vantagens e desvantagens de morar no meio rural/assentamento segundo agricultores familiares assentados de Santana do Livramento/RS

Vantagens de morar no meio rural/assentamento	Desvantagens de morar no meio rural/assentamento
Alimentação saudável	Educação de má qualidade
Menor custo de vida	Esquecimento do meio rural pelo poder público
Tranquilidade	Preconceito
Relação com a terra	Distância do centro urbano
Trabalhar no que sabe fazer (<i>know how</i>)	Precariedade de pontes e estradas
Autonomia no trabalho	Falta de organização
Relação com o meio ambiente	Falta de assistência técnica
Convivência harmoniosa entre vizinhos	Falta de consenso dentro do assentamento
Posto de saúde específico para a população rural	
União de esforços em busca de melhorias	

Fonte: Elaboração do autor, com base na pesquisa de campo (2018).

De acordo com Lindner, Melchior e Medeiros (2013) um território é antes de mais nada um espaço de vida, um lugar apropriado por uma pessoa ou um grupo de indivíduos que serve como local de trabalho, lugar de luta pela sobrevivência e onde são construídas as mais diversas relações sociais. Sendo esse território um assentamento rural, esses vínculos comunitários de trabalho e convivência tendem a ser de melhor forma observados.

Conforme a Confederação das Cooperativas de reforma agrária do Brasil (1998), os assentamentos não são apenas uma unidade de produção, mas configuram-se principalmente como um núcleo social onde os indivíduos convivem e desenvolvem um conjunto de atividades comunitárias na área da cultura, educação, lazer e religião. Esse convívio comunitário e social foi relatado pelos agricultores entrevistados e observado durante a realização da pesquisa de campo nos assentamentos estudados.

Nessa seção, buscou-se apresentar a relação dos agricultores com o meio rural, pontuando aspectos como acesso à educação e saúde, que variam de acordo com o assentamento a ser analisado. As diferenças de acesso à educação transpassam a questão da distância e podem ser percebidas através do tipo de educação que os estudantes recebem, isto é, a educação do campo, verificada em escolas como a Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Conselheiro, que dentre outras abordagens trabalha práticas agrícolas com os estudantes ou a educação tradicional, verificada nas escolas do centro urbano do município que também recebem diversos filhos de assentados. Da mesma forma, o acesso à saúde varia para cada assentamento pesquisado.

Como atividades de lazer, os entrevistados participam de igrejas, festas na comunidade, e práticas esportivas. Da mesma forma, merece destaque o papel da COOPERFORTE, seja na comercialização da produção dos agricultores ou na participação efetiva das famílias, tendo em vista que apenas um dos agricultores ainda não é associado.

Por fim, dentre as vantagens de viver no meio rural, os agricultores destacam o fato de poder trabalhar no que sabem e gostam, a alimentação mais saudável, entre outros. Como desvantagens, aparecem aspectos como o esquecimento do meio rural pelo poder público, o difícil acesso em virtude da má conservação das estradas, entre outros. Na seção a seguir, será realizada uma síntese das estratégias de reprodução social presentes na agricultura familiar assentada de Santana do Livramento/RS e sua relação com o desenvolvimento rural.

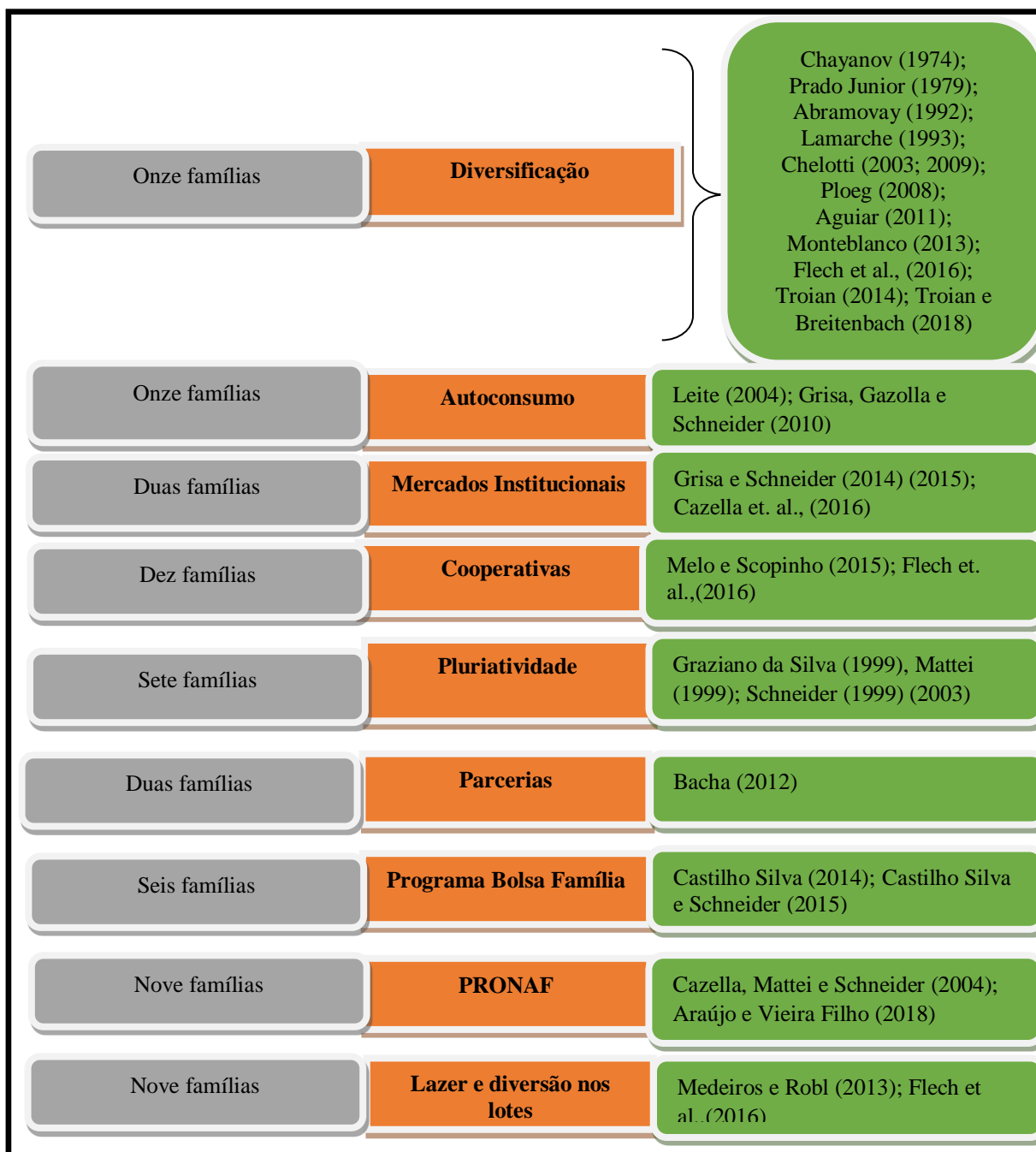
5.6 Desfecho: as estratégias de reprodução social da agricultura familiar assentada em Santana do Livramento/RS e os processos de desenvolvimento rural

O conceito de desenvolvimento rural, já idealizado por autores como Navarro (2001), relaciona-se com a melhoria do bem-estar e qualidade de vida das populações rurais. Nesse contexto, observa-se importante relação entre as diversas estratégias adotadas pelos agricultores familiares assentados e o desenvolvimento rural.

Verifica-se que os agricultores assentados em Santana do Livramento/RS utilizam estratégias tradicionais ligadas ao histórico camponês, como a diversificação da produção agrícola ou estratégias mais modernas, a exemplo da pluriatividade. Essas atividades são adotadas conscientemente pelas famílias e variam conforme o tamanho, o contexto de necessidades, os vizinhos mais próximos no assentamento e o interesse de cada família.

Com o objetivo de compilar as principais estratégias verificadas ao longo da pesquisa, foi elaborada a figura 09 que será apresentada a seguir, com as estratégias de reprodução social (ao centro), o número de famílias entrevistadas que utilizam estratégia (à esquerda) e alguns dos autores pesquisados no decorrer do estudo (à direita) que já observaram a referida estratégia em outros estudos.

Figura 09 – Principais estratégias de reprodução social utilizadas pela agricultura familiar assentada de Santana do Livramento/RS.



Fonte: Elaboração do autor, com base na pesquisa de campo (2018).

Conforme apresentado no deste capítulo, existem diversas estratégias de reprodução social presentes na agricultura familiar assentada em Santana do Livramento/RS. A diversificação é observada tanto nas fontes de renda como na variedade de criações e cultivos realizados pelos agricultores entrevistados. De acordo com Ploeg (2008), a diversificação se refere à integração de atividades não agrícolas ao interior da unidade agrícola, sendo resultado

do fortalecimento dos recursos disponíveis aos agricultores e da capacidade de busca constante por autonomia e liberdade diante de um contexto de privações. Desta forma, a diversificação das atividades geradoras de renda possibilita aos agricultores familiares condição de maior segurança frente às adversidades presentes no meio rural.

De modo similar, a diversificação agrícola, típica da agricultura familiar, pode ser realizada tanto para comercialização como para o autoconsumo, ela é observada nos três assentamentos pesquisados. A diversificação produtiva é fundamental para o agricultor familiar, pois impede que a família dependa exclusivamente de um único tipo de produção para obtenção de renda, minimizando o risco de perdas decorrentes de agentes externos como alterações climáticas, pragas e oscilações no preço do produto (PLOEG, 2008; SCHNEIDER 2010; TROIAN, 2014).

Diversificar as atividades agrícolas com a variação de cultivos e criações, seja para a comercialização ou para o autoconsumo, representa a redução dos riscos para o agricultor familiar assentado, que não fica dependente de uma única cultura produtiva e confere autonomia alimentar às famílias, podendo produzir grande parte dos gêneros alimentícios que serão consumidos por elas próprias, conforme seus hábitos e costumes.

Dentre as atividades agrícolas realizadas pelos agricultores assentados em Santana do Livramento, destaca-se a produção leiteira, que é a principal atividade desenvolvida pelos assentados com o intuito de comercialização, conforme já havia sido observado por Aguiar (2011) e Monteblanco (2013). A comercialização do leite se dá pela cooperativa dos assentamentos do município, a COOPERFORTE, constituída a partir da organização dos assentados. Desta forma, o leite é o produto responsável por uma importante parcela da renda dos agricultores familiares e origina uma cadeia produtiva que movimenta e dinamiza a economia local.

Além de ser uma estratégia de reprodução social adotada pelas famílias pesquisadas, a diversificação agrícola também é verificada na produção para autoconsumo nos três assentamentos pesquisados, tendo em vista a produção de hortaliças, frutas, tubérculos, milho, entre outros produtos agrícolas, além de produtos de gênero animal como ovos e carnes. O excedente da produção para autoconsumo, em algumas famílias, também pode ser comercializado, dependendo da situação e lucratividade.

A diversidade produtiva da agricultura familiar, já destacada nos estudos de Abramovay (1992), Lamarche (1993), Mattei (1999), Veiga et al., (2001) entre outros autores, relaciona-se com o desenvolvimento rural, na medida em que possibilita às famílias autonomia e segurança alimentar, além da renda, favorecendo uma melhoria qualitativa no

seu bem-estar. Ademais, a produção para autoconsumo possibilita que os agricultores economizem seus recursos, reduzindo a aquisição de produtos através dos mercados, além de produzirem também para o consumo das criações.

Da mesma forma, observa-se que, além de produzir e adaptar os cultivos e criações que historicamente realizaram em suas regiões de origem, as famílias assentadas em Santana do Livramento acabam diversas vezes adotando, conforme observou Chelotti (2009), práticas agrícolas históricas da região da campanha, a exemplo da criação do gado de corte e culturas mais atuais, como a produção de soja. Entretanto, conforme Graziano da Silva (1999), a diversidade observada na agricultura familiar não se dá exclusivamente nas atividades agrícolas, mas também nas atividades não agrícolas, que há tempos vêm sendo praticadas no meio rural brasileiro como forma de diversificar a obtenção de renda das famílias.

Assim, conforme Mattei (1999) e Schneider (2003), a pluriatividade é verificada na agricultura familiar, e mais especificamente, na agricultura familiar assentada em Santana do Livramento, com atividades realizadas fora do lote e/ou da agricultura. Neste sentido, foram descritas a presença de profissões como costureira, técnico agrícola, agente de saúde, trabalhador de restaurante, operador de máquinas, alambrador, entre outros, no interior das famílias assentadas.

Ressalta-se ainda, com base nas informações adquiridas no decorrer do estudo, que a pluriatividade é percebida em maior número nos Assentamentos São Joaquim e Ibicuí, e em número reduzido no Assentamento Nova Madureira. O próprio processo de criação e instalação dos assentamentos pode ser um causador da pluriatividade, uma vez que o aumento da população no espaço rural acaba demandando maior número de serviços agrícolas e parte dos agricultores acabando assumindo essas atividades.

Apesar da importância da pluriatividade percebida na agricultura familiar, a exemplo do que observou Wanderley (1996), as atividades não agrícolas não inviabilizam agricultura familiar, mas configuram-se como essenciais para algumas famílias assentadas em Santana do Livramento. Além de complementar a renda das famílias, essas atividades também auxiliam na produção agrícola, financiando cultivos, melhorias no lote e nas condições de trabalho dos agricultores, colaborando desta forma com o desenvolvimento rural.

Dentre as famílias pesquisadas, destaca-se a produção através do sistema de parcerias entre os assentados, produzindo conjuntamente leite e soja e dividindo de forma igualitária e semanal o trabalho com essas atividades. Conforme os agricultores entrevistados, essas parcerias conferem melhor condição de vida às famílias, impactando na otimização e

adequação de mão de obra disponibilizada, uma vez que os agricultores utilizam a renda do leite nas despesas mensais e a renda sazonal da soja para investimentos no lote.

Outro dado interessante apontado pela presente pesquisa é que, embora conheçam os programas que compõem os mercados institucionais (PAA e PNAE), os agricultores assentados em Santana do Livramento não os acessam. De forma similar ao que observaram Cazella et al., (2016), uma parcela importante da agricultura familiar analisada no presente estudo ainda continua distante dos programas tradicionais de apoio fornecidos pelo Estado.

A demora no recebimento do pagamento é o principal fator apontado pelos agricultores entrevistados como desmotivador da continuidade de comercialização junto aos mercados institucionais. Quando os agricultores não acessam os mercados institucionais, acabam tendo que buscar outros compradores para seus produtos e nem sempre conseguem obter melhor lucratividade em virtude dos custos de escoamento da produção. Além de dificultar a obtenção de renda pelas famílias, o fato de não acessarem aos mercados institucionais, acaba inviabilizando importantes programas pensados e criados para auxiliar o agricultor familiar.

Com relação à estratégia de utilizar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, verifica-se que os agricultores entrevistados têm acessado a essa linha de crédito específica da agricultura familiar. Entretanto, salienta-se que parte dos agricultores entrevistados possuem dívidas e, desta forma, ficam impossibilitados de conseguir novos financiamentos para custeio da produção ou investimentos no lote. Conforme os agricultores entrevistados, a falta de acompanhamento técnico durante a execução dos projetos de financiamento colaborou para a inadimplência.

De forma similar ao PRONAF, o Programa Bolsa Família está presente e configura-se como uma estratégia de reprodução social importante na agricultura familiar em análise, conferindo renda e maior autonomia às famílias. Conforme Castilho e Silva (2014), o programa é um dos principais responsáveis pelo aumento da frequência escolar dos estudantes beneficiários e pelo acompanhamento médico das crianças e mães beneficiárias. A presença do Programa Bolsa Família foi verificada em seis famílias entrevistadas, sendo quatro famílias residentes no Assentamento Ibicuí.

Com a análise de três assentamentos criados em períodos de tempo e locais diferentes no município foi possível perceber algumas diferenças importantes entre os assentamentos. O último assentamento criado no município também é (entre os três assentamentos pesquisados) o único que apresenta lotes vagos ou com moradores não regularizados, conforme dados do INCRA (2018). Destaca-se ainda que os agricultores do Assentamento Ibicuí possuem as

piores condições de estrada, entre os três assentamentos pesquisados e receberam assistência técnica por menor tempo, se comparado aos demais assentamentos. Esses fatos talvez ajudem a explicar o maior número de famílias fazendo uso do Programa Bolsa Família no referido assentamento, com casas que dificilmente ultrapassam quarenta metros quadrados, e revelam o estado de pobreza rural que várias famílias ainda enfrentam no interior dos assentamentos.

Já o assentamento São Joaquim, localizado no entorno de uma rodovia federal possui casas maiores e uma agrovila estruturada, inclusive com um galpão para festas e eventos. O fato em comum entre o assentamento São Joaquim e Ibicuí é a quantidade significativa de entrevistados que se revelam como pluriativos. Se no assentamento São Joaquim, a pluriatividade pode ser explicada pela proximidade dos lotes com a rodovia, o que possibilita por exemplo que assentados possam trabalhar na área urbana do município, no assentamento Ibicuí os agricultores possivelmente tornam-se pluriativos em virtude da dificuldade do escoamento da produção agrícola.

A pluriatividade é percebida em menor medida no assentamento Nova Madureira. Por ser um assentamento gerado a partir de agricultores vindos de uma reserva indígena no norte do estado, onde vários assentados são da mesma família, e também por estar relativamente próximo a rodovias federais, atuam mais exclusivamente na produção agrícola, tendo nessa proximidade um fator de importante para o escoamento da produção.

Conforme Delgado e Bergamasco (2017), a noção de desenvolvimento rural está intimamente ligada ao reconhecimento de outras formas de produção na agricultura e vida no campo, inspirado na diversidade da agricultura familiar territorial e não setorial e de suas particularidades. Do mesmo modo, verifica-se o acesso à educação, saúde e lazer como partes integrantes do desenvolvimento, muito embora os agricultores nem sempre disponham desses direitos da forma como deveriam.

De modo similar ao que destacaram em sua pesquisa Melo e Scopinho (2015), foi percebida a participação dos agricultores familiares na cooperativa COOPERFORTE. A participação dos assentados em cooperativas, além de proporcionar um sentimento de pertencimento a um grupo maior para os agricultores, torna possível o exercício da comercialização da produção leiteira e a compra parcelada de rações e suprimentos para as produções. Além disso, conforme já salientado anteriormente, a constituição da COOPERFORTE se deu após a instalação dos assentamentos do município, o que confere um sentido de propriedade coletiva da cooperativa aos agricultores.

A última estratégia de reprodução social presente na agricultura familiar santanense que foi verificada na presente pesquisa, diz respeito à realização de atividades de lazer e

diversão no espaço rural. Neste sentido, os agricultores praticam atividades religiosas, esportivas, e sociais como bailes e festas nas comunidades rurais. Conforme verificado *in loco*, a participação dos agricultores nessas atividades configura-se em momentos de conversas, interação, descontração e reencontros. Os agricultores realizam essas atividades, pois ficam muitas vezes impossibilitados de realizar outros tipos de atividades culturais e recreativas, como a participação em eventos urbanos, em virtude da falta de recursos e do acesso dificultoso ao perímetro urbano.

Verifica-se que os agricultores mantêm boa parte dos hábitos e costumes de interagir uns com os outros, seja com reuniões no assentamento, festas, jogos ou pescarias. No geral, infere-se que os agricultores observaram um maior número de vantagens da vida no campo, não sendo verificado alguém que pretenda abandonar o meio rural.

As estratégias de reprodução social, descritas e verificadas, além de serem indispensáveis para a reprodução social das famílias, relacionam-se com o processo de desenvolvimento rural, pois conferem uma melhoria significativa na qualidade de vida das famílias entrevistadas. Nesse sentido, conforme observaram Navarro (2001) e Schneider (2004), a ação planejada do Estado para a agricultura familiar e, no caso específico da política de instalação e manutenção dos assentamentos, torna-o um dos principais agentes promotores do desenvolvimento rural, possibilitando com que agricultores outrora desprovidos de terra, possam viver e produzir no campo de forma digna e saudável.

Verifica-se que o conjunto de atividades realizadas pelos agricultores assentados, tem demandado de alguma forma, maior atenção do Estado para com políticas públicas para o meio rural. Essas atividades realizadas pelos assentados, sejam agrícolas, relacionadas a serviços de educação, ou relativas a pluriatividade, obrigam o poder público a estar constantemente avaliando, se reorganizando e adotando novas formas de gestão para proporcionar melhores condições de vida à essa categoria social tão importante para o desenvolvimento rural no município. Da mesma forma, a presença de dois vereadores no Poder Legislativo Municipal, com origem e representatividade nos assentamentos, confere maior visibilidade e reconhecimento por parte do poder público e da comunidade local frente aos agricultores assentados no município, contribuindo com o processo de desenvolvimento rural.

Sendo o principal agente propulsor do desenvolvimento rural, faz-se necessário que o Estado proponha e execute uma melhoria contínua nas políticas públicas voltadas à agricultura familiar, tendo em vista as dificuldades observadas. A falta de acesso dos agricultores aos mercados institucionais, a inexistência de assistência técnica, o péssimo

estado de conservação das estradas e a situação de pobreza em que algumas famílias assentadas se encontram, torna necessário a elaboração ou aprimoramento das políticas públicas a fim de proporcionar aos agricultores familiares a resolução desses e demais problemas verificados no decorrer da pesquisa.

De forma similar, a insuficiência da renda gerada com a comercialização do leite, em grande parte resultante do monopólio verificado nos assentamentos rurais santanenses, faz com que os agricultores assentados busquem novas alternativas de renda. Essas outras fontes de renda, muitas realizadas fora do lote, possibilitam a melhoria na qualidade de vida das famílias assentadas, pois complementam a renda das famílias suprimindo parte das necessidades das mesmas.

Nessa seção buscou-se realizar uma síntese das estratégias adotadas pelas famílias pesquisadas no estudo, realizando uma aproximação dessas práticas com o processo de desenvolvimento rural. No próximo capítulo serão apresentadas as principais constatações do estudo, bem como as suas limitações e sugestões para futuras pesquisas a respeito do tema.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou contribuir com os estudos acerca do desenvolvimento rural brasileiro, principalmente no que concerne ao tema referente à agricultura familiar, categoria social que no Brasil possui características históricas, culturais e econômicas muito específicas, cuja heterogeneidade configura-se como aspecto principal.

Como parte integrante da agricultura familiar brasileira, encontra-se a agricultura familiar assentada que, em considerável medida, é oriunda do processo de ocupação histórica do Brasil e da modernização da agricultura, observado no país a partir da década de 1960, e que além do aumento produtivo, ocasionou o êxodo rural, elevação dos conflitos agrários e desemprego de grande parte dos trabalhadores do campo.

De outra forma, a ideia de um meio rural exclusivamente agrícola, há tempos, vem sendo contestada, uma vez que a agricultura familiar brasileira, a exemplo do que já fora percebido anteriormente em países desenvolvidos, possui a capacidade de se adaptar e inovar frente às dificuldades encontradas, adotando diversas estratégias de reprodução social.

Devido às características históricas de formação econômica do Brasil, reconhecidamente calcada em cima da grande propriedade e da monocultura para exportação, em cada região do país a agricultura familiar se desenvolveu de uma forma, impossibilitando generalizações ou simplificações. De modo similar, os diversos grupos de nacionalidades diferentes de colonizadores que ao longo dos anos adentraram o território e trouxeram consigo novas práticas, organizações e formas de viver, colaboraram para o fortalecimento desta categoria social.

Assim, analisou-se no presente estudo, especificamente a agricultura familiar assentada, oriunda dos movimentos sociais do campo, e também verificada na região da Campanha e mais especificamente em Santana do Livramento/RS. A baixa lucratividade das atividades agropecuárias, verificada no início da década de 1990, aliada à redução drástica dos montantes destinados ao crédito rural e ao endividamento dos grandes proprietários foram fatores que possibilitaram, em 1992, a instalação do primeiro assentamento rural em Santana do Livramento/RS.

Outrossim, cumpre destacar que inicialmente não foram observados conflitos no meio rural santanense, mas sim uma forte resistência por parte das organizações patronais ligadas ao campo e por parte do poder público municipal em apoiar as famílias assentadas. De outra forma, com a criação dos primeiros assentamentos e com relativo interesse por parte dos

grandes proprietários em comercializar as terras valorizadas com o INCRA, em um segundo momento a partir da década de 2000, houve um acirramento de ânimos entre agricultores e estancieiros, inclusive com ocupações de terra no município.

Entretanto, apesar da criação de cooperativas agrícolas, do aumento considerável na produção leiteira do município, da criação de escolas, estradas e postos médicos rurais, eleição de representantes dos assentados para a câmara municipal, entre outros, a agricultura familiar assentada de Santana do Livramento/RS ainda enfrenta muitas dificuldades para permanecer no meio rural. Como forma de ultrapassar essas dificuldades, verifica-se que os agricultores entrevistados adotam racional e conscientemente várias estratégias de reprodução social, a exemplo da diversificação, tanto da produção agrícola como das fontes de renda.

Em suma, observa-se que as estratégias de reprodução social, adotadas pelos agricultores tendem a não diferir em virtude do assentamento em que cada família vive, mas sim, em virtude das circunstâncias de vida, conhecimentos pessoais, expectativas futuras, tamanho das famílias, recursos necessários disponíveis, capital intelectual, entre outros. O assentamento mais recente e o mais antigo concentram o maior número de agricultores pluriativos entrevistados e o Assentamento Nova Madureira concentra o maior número de agricultores monoativos pesquisados.

Destaca-se ainda que os agricultores pesquisados diversificam as atividades produtivas e geradoras de renda, como forma de assegurar melhor condição de vida, pois as oscilações constantes nos preços dos produtos agrícolas, aliadas a fatores climáticos, impossibilitam uma previsibilidade da quantia financeira que farão jus e que muitas vezes, é insuficiente para quitar as despesas. A falta de incentivos para a produção do agricultor assentado no município, obriga o agricultor a vender sua força de trabalho e inclusive, a deixar temporariamente a família em busca de recursos para o sustento.

Mesmo a produção leiteira, verificada como principal atividade agrícola presente nos assentamentos pesquisados, acaba sendo prejudicada em virtude da situação de monopólio observada nos assentamentos pesquisados no município. Essa situação dificulta a lucratividade das famílias com a comercialização do leite, uma vez que sem competitividade, os preços pagos pelo comprador tendem a ser reduzidos se comparados a outras regiões, onde mais de uma empresa adquire o produto.

Apesar da diversidade de criações e cultivos, os agricultores pesquisados, principalmente residentes no Assentamento Ibicuí, encontram dificuldades do escoamento da produção agrícola, uma vez que o poder público não atende como deveria as demandas de manutenção das estradas de terra. Além de dificultar a vida das famílias, a falta de

infraestrutura também prejudica o acesso à saúde e educação e faz com que parte dos agricultores permaneçam no estado de pobreza, verificado através dos beneficiários do Programa Bolsa Família.

Outra carência da participação estatal na vida dos agricultores diz respeito à inexistência de políticas voltadas para a assistência técnica. O recente fim dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural ao qual foram submetidos os assentamentos rurais, também dificulta a vida das famílias assentadas. A ausência dessa política tão importante para a produção agrícola e para o planejamento e acompanhamento das atividades e recursos recebidos, acaba, diversas vezes, obrigando os agricultores a tomar decisões baseadas unicamente no empirismo e, desta forma, alguns acabam contraindo dívidas que impossibilitam o acesso a novos créditos.

Nesse sentido, verifica-se uma contradição importante: o Estado Nacional que cria políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e coloca-se como protagonista no processo de desenvolvimento rural, a exemplo do PRONAF, acaba com a ATER, deixando os agricultores familiares desprovidos de assistência técnica e com inúmeras dificuldades para produzir no meio rural. Como uma reação imediata às dificuldades enfrentadas, parte dos agricultores vê-se obrigada a buscar novas alternativas e fontes de renda para o sustento familiar, geralmente focadas na prestação de serviços.

Outras duas políticas públicas também criadas para a agricultura familiar e que, conforme os dados verificados na presente pesquisa, não estão atendendo a sua função, são o PAA e PNAE. A falta de acesso dos agricultores a essas políticas revela a fragilidade com que estão sendo operacionalizadas no município, uma vez que foram percebidas poucas iniciativas com relação à divulgação de editais, sendo a publicação no site oficial da Prefeitura Municipal e jornal local as únicas formas de divulgação.

Faz-se necessário que a atuação do poder público não fique restrita ao lançamento de editais de chamamento para os agricultores, mas também a divulgação ampla desses editais, uma vez que parte dos agricultores não possui acesso a internet ou jornais. Um exemplo disso poderia ocorrer com a divulgação de editais por meio de veículos de comunicação como o rádio, culturalmente acessado no meio rural ou até mesmo a divulgação direta nos assentamentos, com rodas de conversas explicativas aos agricultores.

Ademais, foi observado que não são apenas as atividades geradoras de renda as responsáveis pela reprodução social das famílias, uma vez que o espaço rural em análise foi destacado também pelas relações sociais, culturais, históricas e relação com a terra. O fato dos entrevistados possuírem relação histórica com o campo, aliado à convivência amistosa

verificada, demonstra o espírito de pertencimento ao meio rural desses agricultores, que apesar de todas as dificuldades, possibilitam uma nova dinâmica do meio rural santanense, gerando renda, novos hábitos, novas demandas e novas relações sociais no município.

Assim, os agricultores veem no lote além da sua morada, a oportunidade de vivenciar aspectos relacionados à relação histórica com o meio rural, a tranquilidade que a vida no campo proporciona, dentre outros fatores que não estão relacionados com a geração de renda ou recursos monetários, mas sim com uma melhor qualidade de vida percebida pelas famílias. A melhoria na qualidade de vida dos agricultores possibilita que os mesmos aumentem sua participação na economia local, conforme verificou-se com a comercialização do leite.

Entretanto, considera-se necessário maior atenção do Estado para com os agricultores familiares assentados. É incompreensível que um município com mais de 900 famílias assentadas, que produzem e dinamizam a economia local, não possua práticas eficientes de manutenção das estradas rurais, de organização do transporte escolar, de divulgação de editais para compras institucionais, entre outros.

Por fim, como limitações do estudo, destaca-se a impossibilidade temporal da realização de uma pesquisa mais ampla, que envolvesse um maior número de participantes e um maior número de assentamentos. Da mesma forma, os dados oficiais referentes às famílias assentadas possuem limitações e não estão organizados para facilitar a realização de estudos acadêmicos. Recomenda-se novos estudos que foquem na relação dos assentamentos com o desenvolvimento rural, principalmente após as recentes alterações na legislação, que possibilitam aos agricultores assentados a titularidade da terra, rompendo relações com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, podendo inclusive comercializar o lote.

Novas indagações surgem a partir do estudo, como por exemplo: Será que vai haver um processo de reconcentração das terras destinadas à reforma agrária no município? As mudanças observadas no espaço agrário do município continuarão a ocorrer? O que pensam os agricultores assentados a respeito da possibilidade de se tornarem proprietários do lote? Estas e outras questões podem originar novos estudos relacionados à agricultura familiar assentada em Santana do Livramento/RS e aprofundar o conhecimento acerca desta importante categoria social, que ainda não recebeu o devido reconhecimento e visibilidade pela sociedade brasileira.

Acredita-se que o objetivo inicial do estudo foi atingido e que esta pesquisa poderá colaborar com estudos futuros referentes à agricultura familiar assentada. Da mesma forma, ressalta-se que as estratégias descritas pelos agricultores entrevistados revelam o momento em que a pesquisa ocorreu, podendo variar ao longo do tempo e conforme as circunstâncias de

cada família, sendo aconselhável novas investigações futuras a respeito do tema.

Por fim, reitera-se que embora tenha ocorrido um (recente) reconhecimento acadêmico e estatal direcionado à agricultura familiar, que culminou com a criação de inúmeras políticas voltadas para a referida categoria social, a questão da terra não está resolvida em Santana do Livramento/RS. Embora tenha sido criado um considerável número de assentamentos no município, a falta de atenção do Estado para com as dificuldades enfrentadas cotidianamente pelas famílias faz com que os agricultores assentados continuem realizando diversas atividades para suprir as necessidades familiares. Essa situação pode ser amenizada, caso o Estado assuma a responsabilidade e o protagonismo como agente propulsor do desenvolvimento rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. “Uma nova extensão para a agricultura familiar”. In: **Seminário Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF, Anais,1997. Disponível em:< <http://ifibe.edu.br/arq/20150813150143460200898.pdf>>. Acesso em 26 Mai. 2018.

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada** – nº 2, IV: 379-397, abril/junho 2000.

_____. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: Ipea, 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0702.pdf> . Acesso em 18 Out. 2018.

AGUIAR, J. S.; MEDEIROS, R. M. V. Reforma Agrária, Reterritorialização e Agroecologia: Estudo de Caso em Sant’Ana do Livramento/RS. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 4, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/5297>>. Acesso em: 20 Nov. 2017.

AGUIAR, J. S. ; MEDEIROS, R. M. V. Reforma agrária em Santana do Livramento/RS: uma abordagem através dos sistemas agrários. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v.5, n.10, p. 226-258, ago. 2010.

AGUIAR, J. S. **Uso da terra, técnica e territorialidade: os assentamentos de Santana do Livramento, RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ALBORNOZ, V. P. L. Fronteira Gaúcha: Santana do Livramento. **Caderno de História: Memorial do Rio Grande do Sul**. Secretaria de Estado da Cultura – Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília, 2005, 18 p. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/extensouniversitaria/contents/photoflow-view/content-view?object_id=1635678>. Acesso em: 05 Jun. 2018.

ANJOS, F. S. Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 11-44, jan./abr. 2003.

ARAUJO, J. A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **Análise dos Impactos do Pronaf na Agricultura do Brasil no Período de 2007 a 2016**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro, 2018.

ATLAS HISTÓRICO DO BRASIL. **Fundação Getúlio Vargas**. 2018. Disponível em: <<http://atlas.fgv.br/>>. Acesso em 18 Out. 2017.

BACHA, C. J. **Economia e política agrícola no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. FAQ - **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília: Banco Central, 2019. Disponível em:<

https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fpre%2Fbc_atende%2Fport%2FPRONAF.asp>. Acesso em: 23 Jan. 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUMEL, A; BASSO, L.C. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: CAMARGO, Gisele; CAMARGO FILHO, Maurício; FÁVARO, Jorge Luiz (Org.) **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**. Guarapuava – Paraná: Ed. Unicentro, 2004.

BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estud. av.** 11 n. 31 São Paulo Set./Dec. 1997.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; PAMARD, C. B.; CHONCHOL, M. E. **Por um Atlas dos Assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa**. Rio de Janeiro: DL Brasil, 1997.

BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995 - 2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.

BOCCA, M. F.; CAMARGO R. A. L.; MATOS, J. M. S. Acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e segurança alimentar em assentamentos da região centro norte de São Paulo. **8º Congresso de extensão universitária da UNESP**, p. 1-7, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/142156>>. Acesso em 10 Mar. 2019.

BORGES, G. G.; SILVA, M. C. L.; COUTINHO, E. M. C. Análise da importância do PRONAF para agricultores familiares. **Revista Expressão Católica**; v. 7, n. 1; Jan – Jun; 2018.

BRANDEMBURG, A. Do Rural Tradicional ao Rural Socioambiental. **Ambiente & Sociedade** . Campinas v. 13, n. 2 p. 417-428 jul.-dez. 2010.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 Dez. 2017.

_____. **Lei nº 4.504**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm> . Acesso em: 15 Dez. 2018.

_____. **Lei nº 601**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm>. Acesso em: 20 Nov. 2017.

_____. **Lei 11.326**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11326-24-julho-2006-544830-normaatuizada-pl.html>>. Acesso em 11 Nov. 2017.

BREITENBACH, R. **Estruturas de mercado de fatores e governança na cadeia produtiva do leite: um estudo de caso no município de Ajuricaba**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

CAGGIANI, I. **Sant'Ana do Livramento: 150 anos de história**. I Volume. Sant'Ana do Livramento, ASPES, 1983.

CARNEIRO, P. A. S. A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v.4, n. 8, p. 52-66, ago. 2009.

CASTILHO e SILVA, C. B. **O programa Bolsa Família no meio rural: um caminho ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul?** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

CASTILHO e SILVA, C. B.; SCHNEIDER, S. Pobreza rural e o Programa Bolsa Família – desafios para o desenvolvimento rural no Brasil. In: GRISA, C. SCHNEIDER, S. (Org). **Políticas Públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

CASTRO, E. G. de. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção da categoria jovem rural**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CAZELLA, A. A. et al. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade**, v. 15, Florianópolis, 2016. pp 49-79.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000109&pid=S0103733120130004000300008&lng=pt>. Acesso em 20 Abr. 2018.

CEPAL. **Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe**. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br>>. Acesso em 18 Out. 2017.

CESAR, G. **Origens da Economia Gaúcha (o boi e o poder)**. Porto Alegre: Corag, 2005.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/210404680/Chayanov-La-organizacion-de-la-unidad-economica-campesina>>. Acesso em 07 Jun. 2018.

CHELOTTI, M. C. **A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant'Ana do Livramento – RS**. (Dissertação de Mestrado em Geografia. FCT/UNESP), São Paulo, 2003.

_____. **A Estância Metamofoseou-se: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha. (1990-2007)**. (Tese de Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

_____. A dinâmica territorialização-desterritorialização-reterritorialização em áreas da reforma agrária na campanha gaúcha. **Campo-território: Revista de geografia**, Uberlândia, v.8, n.15, p.1-25, 2013.

CONCEIÇÃO, J. C. P. R. Política de comercialização agrícola no Brasil. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. (Org). **Políticas Públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL. **Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos**. São Paulo: Concrab, 1998.

CORRESPONDENTE O REPORTER. [on line]. 2015. Disponível em: <<http://regiaoocampanhaonline.blogspot.com/2015/12/santana-do-livramento-moradores-colocam.html>>. Acesso em 12 Fev. 2019.

CUNHA, W. A.; FREITAS, A. F.; SALGADO, R. J. S. F. Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 55, n. 3, p. 427-444, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320032017000300427&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 Mar. 2019.

DEFANTE, M.; MONTOYA, M. A.; VELOSO, P. R.; COSTA, T. V. M. O papel do crédito agrícola brasileiro e sua distribuição por estratos de produtores. **Teor. Evid. Econ.** Passo Fundo v. 7 n. 12 p. 87-110, 1999.

DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estud. av. [online]**, 2001.vol.15, n.43, p.157-172.

_____. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2005. p. 51-90.

_____. Previdência social e desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, Penso, 2006.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisa qualitativas. Curitiba, **Educar**, n. 24, p 213-225, 2004.

DUQUEVIZ, B. C. **A Rurbanização como Política Social em Gilberto Freyre**. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

EMATER RS; ASCAR. **Relatório socioeconômico da cadeia produtiva do leite no Rio Grande do Sul**: 2017. Porto Alegre, RS: 2017. 64 p.

FAVARETO, A. S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial**. São Paulo, TESE (Doutorado em Ciência Ambiental) USP, 2006. Disponível em: <<Http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-24042008-113514/pt-br.php>>. Acesso em 27 Dez. 2017.

FAO. **El Estado Mundial de la Agricultura y la Alimentacion**, 2015. Disponível em <<http://www.fao.org/3/a-i6030s.pdf>>. Acesso em 05 Jul. 2018.

FAO/INCRA. **Projeto de cooperação técnica**: Novo retrato da agricultura familiar. O Brasil redescoberto. Brasília, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil: 1979-2005. in: MARAFON, Gláucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo (orgs). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: UERJ. 2007. p.139-168.

FIGUEIREDO, N.M.A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2a ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007.

FILIPPI, E. E. **Reforma Agrária: experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.

FLECH, E. M. et al. O retrato das famílias assentadas do Rio Grande do Sul a partir do sistema integrado de gestão Rural da ATES. In: **VII Simpósio de Reforma Agrária e questões rurais**, Anais. Uniara, Araraquara, 2016. Disponível em: <<https://www.uniara.com.br/eventos/vii-simpósio-reforma-agraria-questoes-rurais/#item-sessesoes>>. Acesso em 02 jan. 2019.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed., Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORIANO, C. O. Identificação da qualidade de vida no meio rural do município de Major Vieira. **Ágora: R. Divulg. Cient.**, Mafra, v. 16, n. 1, 2009.

FOLHA ON LINE. Folha de São Paulo. **STJ tira prefeito de Santana do Livramento (RS) do cargo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u8516.shtml>> . Acesso em 02 Dez. 2019.

FREITAS, L. M; MAIA, F. J. F; FILHO, E. F. S. A ocupação territorial brasileira como imperativo da expansão do capital comercial português e como consequência das contradições intermercantilistas: O caso do regime sesmario brasileiro e a função do direito na sociedade do Brasil-colônia. In: 6º COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS. **Anais**, 2009.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Alimentação escolar**. 2017. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br>>. Acesso em 20 Jan. de 2019.

FUNK, F; BORGES, M. A. M; SALAMONI, G. Pluriatividade: Uma estratégia de sustentabilidade na agricultura familiar nas localidades de Capão Seco e Barra Falsa 3º Distrito - Rio Grande - RS. **Geografia** - v. 15, n. 2, jul./dez. 2006.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1974.

_____. **A economia latino-americana: formação histórica, e problemas contemporâneos**. 4.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&M POCKET, 2010.

GASPARI, L. C.; KHATOUNIAN, C. A. Características das Famílias, Estruturação da Produção e Estratégias de Comercialização em um Assentamento de Reforma Agrária. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 54, n. 2, p. 243-260, 2016. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032016000200243&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Jan. 2019.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os "papéis" do autoconsumo da reprodução social dos agricultores familiares. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 89-122, 2007. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/gazolla-marcio-schneider-sergio-a-producao-da-autonomia-os-201cpapeis201d-do-autoconsumo-na-reproducao-social-dos-agricultores-familiares-revista-estudos-sociedade-e-agricultura-rio-de-janeiro-ufrj-v-15-p-89-122-2007>>. Acesso em 02 Jun. 2018.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). UFRGS: Porto Alegre, 2004.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIMENES, R. M. T.; GIMENES, F. P.; GOZER, I. C. Evolução do crédito rural no Brasil e o papel das cooperativas agropecuárias no financiamento dos produtores rurais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46º, 2013, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008.

GORENDER, J. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, J.P. [et al]. **A questão agrária na década de 90**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola. **Revista Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 8-11, mar. 1996.

_____. **O novo rural brasileiro**. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, 1999. Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/novo_rural_br.pdf>. Acesso em 18 Mai. 2018.

GRISA, C. "Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)". In: **Anais...** 47º Congresso da SOBER, Porto Alegre, 2009.

_____.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural [online]**. 2014, vol.52, suppl.1, pp.125-146. ISSN 0103-2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scieloOrg/php/reference.php?pid=S0103-20032014000600007&caller=www.scielo.br&lang=en>>. Acesso em: 08 Mai. 2018.

_____.; SCHNEIDER, S. (Org). **Políticas Públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

_____. ; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Uma produção invisível na agricultura familiar: autoconsumo, alimentação segurança e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentar**, vol 16, n.31 Mérida, 2010. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/schneider-sergio-grisa-catia-gazolla-marcio-a-producao-invisivel-na-agricultura-familiar-autoconsumo-seguranca-alimentar-e-politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-agroalimentaria-caracas-merida-venezuela-vol-16-no-31-julio-diciembre-2010-65-79>>. Acesso em 11 Jun. 2018.

GUANZIROLI, C. E.; DI SABBATO, Alberto; VIDAL, M. de F. **Agricultura familiar no Nordeste**: uma análise comparativa entre dois censos agropecuários. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

GUEDES, S. N. R. Análise comparativa do processo de transferência de terras públicas para o domínio privado no Brasil e EUA: uma abordagem institucionalista. Curitiba: **Revista de Economia**, v. 32, n. 1 (ano 30), p. 7-36, jan./ jun. 2006. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/economia/article/viewFile/6825/4848>>. Acesso em 11 Jan. 2018.

GUERRERO, I. C. O; BERGAMASCO, S. M. P. P; ESQUERDO, V. F. S. Reforma Agrária: contribuições para o debate. **Retratos de Assentamentos**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 351-380, jan. 2016. ISSN 2527-2594. Disponível em: <<http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/209/195>>. Acesso em: 05 Nov. 2017.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: Esta é a questão? **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/2175-8085.2017v20n2p54>>. Acesso em 02 Mar. 2018.

HAIR J.J.F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.
HEREDIA, B. et al. Análise dos impactos 212p. regionais da reforma agrária no Brasil. In: **Estudos, Sociedade e Agricultura**, n.18, p.73-111, abr, 2002.

HEYDT, D.; HOFF, D. N.; TROIAN, A. A Formação Econômica de Santana do Livramento/RS: Análise da Pecuária como Eixo Estrutural. **Revista Estratégia e Desenvolvimento**, Santana do Livramento, v. 2, n. 1, p.32-54, jul. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE FLORESTAS – IBF. **Bioma Pampa**. 2017. Disponível em: <<https://www.ibflorestas.org.br/bioma-pampa.html>>. Acesso em 18 Out. 2017.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 02 Jun. 2017.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, p.1-777, 2006. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 11 Nov. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. 2017. Disponível em: <<https://www.incra.gov.br>>. Acesso em 07 Dez. 2017.

JORNAL CORREIO DO POVO. **Mães ocupam saguão da Prefeitura de Santana do Livramento pelo início do ano letivo.** 2018. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not% C3% ADcias/cidades/m% C3% A3es-ocupam-sagu% C3% A3o-da-prefeitura-de-santana-do-livramento-pelo-in% C3% ADcio-do-ano-letivo-1.256012>> Acesso em 01 Abr. 2019.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, Sergio. **A diversidade da Agricultura Familiar.** Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

LAMARCHE, H (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional.** Vol. I: uma realidade multiforme. Campinas : Editora da Unicamp, 1993.

LINDNER, M.; MELCHIORS, J. L.; MEDEIROS, R. M. V. A Formação de uma nova identidade a partir da reterritorialização campestre: trabalhadores urbanos em assentamentos rurais na Campanha Gaúcha. **Geo UERJ**, nº. 24, v. 1, p. 145-160, 2013.

LEITE, S. P. Autoconsumo y sustentabilidad en la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia brasileña». Em: W. Belik (Ed.), **Políticas de seguridad alimentaria y nutrición en América Latina**, São Paulo: Hucitec, pp. 123-181, 2004.

_____. **A reforma agrária como estratégia de desenvolvimento:** uma abordagem a partir de Barraclough, Furtado, Hirschman e Sen. Boletim de Ciências Económicas, Coimbra, 2007. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311503570.S_LEITE1.pdf>. Acesso em: 12 Dez. 2017.

MAIA, A. O esvaziamento demográfico rural. In: BUAINAIN, A. M. et al (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21:** a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa , p. 1013-1031, 2014.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social.** Didática, São Paulo, 1991.

_____. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S. (Org.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial.** Londrina: Eduel, 2003.

MARIANI, G. S. **Crédito rural de curto prazo no Brasil:** um breve histórico e uma análise do período mais recente. TCC (Graduação em Ciências Econômicas) UFRGS, Porto Alegre, 2018.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas.** Editora Atlas: 2ª Edição. São Paulo, 2009.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e a agricultura familiar no Brasil.** Santiago Chile, 2001. Disponível em: <http://www.fao.org/tempref/GI/Reserved/FTP_FaoRlc/old/prior/desrural/brasil/souza.PDF>. Acesso em 28 Mai. 2018.

MATTEI, L. F. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no estado de Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Economia) Campinas: UNICAMP, 1999.

_____. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias. **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, 2012: pp 301-325. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/356/352>> . Acesso em 23 Mar. 2019.

_____. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014. Disponível em: <http://edi.bnb.gov.br/content/aplicacao/publicacoes/rennumeros_publicados/docs/ren_2014_6_lauro_v2.pdf>. Acesso em 15 Jun. 2018.

MEDEIROS, L. S. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. "Sem Terra", "Assentados", "Agricultores familiares": considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACA, et al., **Una Nueva Ruralidad en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, enero de 2001.

MEDEIROS, R. M. V; FALCADE, I. (Org). **Tradição versus tecnologia**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

_____., ROBL, D. M. Educação rural, saberes e desenvolvimento local. In: MEDEIROS, R. M. V; FALCADE, I. (Org). **Expressões da Re-territorialização do Campo Brasileiro**. Porto Alegre: Imprensa livre, 2013.

MEDEIROS, E. et al. Evolução do PRONAF e análise espacial da produtividade do feijão e milho na agricultura familiar: um estudo para o estado do Paraná no período 2000-2010. In: **ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL**, 16., 2013, Curitiba. Anais. Curitiba: ANPEC/Sul, 2013.

MELLO, P. F. **Evasão e rotatividade em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul**. Dissertação . UFRGS (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Porto Alegre, 2006.

_____. Produção agrícola em assentamentos rurais do Rio Grande do Sul: um estudo quantitativo comparativo. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 24, n. 1/3, p. 159-197, jan./dez. 2007.

MELO, T. G.; SCOPINHO, R. A. Participação em cooperativas de assentamentos rurais: estudo sobre os sentidos do trabalho. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 20, n. 4, p.529-541, 2015.

MERCOSUL. **Mercado Comum do Sul**. 2018. Disponível em: <www.mercosul.gov.br/> Acesso em: 01 Fev. 2018.

MINAYO, M. C. S. O desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, M.C.S; DESLANDES, S.F.; GOMES, R. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Programa de aquisição de alimentos:** PAA. 2019. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>. Acesso em: 20 Jan. 2019.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Calendário de pagamentos do Bolsa Família para 2019 já está disponível.** Brasília, 2019. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/dezembro/calendario-de-pagamentos-do-bolsa-familia-para-2019-ja-esta-disponivel>>. Acesso em: 12 Jan. 2019.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes para elaboração do turismo rural.** Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Diretrizes_Desenvolvimento_Turismo_Rural.pdf>. Acesso em: 06 Jul. 2018.

MONTE, F. C. D. **O INCRA e a política de Assentamentos Rurais:** Um estudo sobre processos político-administrativos de ação pública. Tese, UFRRJ (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro, 2013.

MONTEBLANCO, F. L. **O Espaço rural em questão:** formação e dinâmica da grande propriedade e dos assentamentos da reforma agrária em Santana do Livramento/RS. Dissertação. (Mestrado em Geografia) Porto Alegre: UFRGS, 2013.

MOTA, J. A.; GAZONI, J. L.; REGANHAM, J. M.; SILVEIRA, M. T.; GOES, G. S. **Tragédia da Governança Ambiental.** IPEA, **Regional e Urbano**, 2008.

NAKATANI, P.; FALEIROS, R. N.; VARGAS, N. C. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Serv. Soc. Soc. [online]**. 2012, n.110, pp. 213-240. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000200002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 05 Nov. 2017.

NASCIMENTO, L. C. N. et al. Theoretical saturation in qualitative research: an experience report in interview with schoolchildren. **Rev Bras Enferm** [Internet]. 2018;71(1):228-33.

NAVARRO, Z. et.al. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. p.19-68. In: MEDEIROS, L. S. e LEITE, S. (Orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil.** Porto Alegre: EDUFRGS, 1999.

_____. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados.** vol.15 n.43 São Paulo Sept./Dec. 2001.

_____. **Política, protesto e cidadania no campo:** As lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

NETO, C. G. A. M; MELO, L. M; MAIA, C. M. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil.** UFRGS. – Porto Alegre: UFRGS, 2010.

NIEDERLE, P. A. Afinal, que Inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Org. Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro,** 2017. Disponível em:

<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1756/Agricultura%20Familiar_WEB_LEVE.pdf>. Acesso em 12 Mai. 2018.

NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO. 2017. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/>>. Acesso em 10 Out. 2017.

OLIVEIRA, A. A. **Critérios de Avaliação de Qualidade e a Consolidação de assentamentos de Reforma agrária no Brasil: a experiência do “Programa de consolidação e emancipação” (auto-suficiência) de assentamentos resultantes de reforma agrária – PAC.** Tese, (Doutorado em Desenvolvimento Rural) UFRGS, Porto Alegre, 2010.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, Vozes, 2007.

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e Questão Agrária. **Estud. av. [online]**. 1989, vol.3, n.7, pp.87-108. ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300006>. Acesso em 12 Dez. 2017.

PATIAS, T. Z. et al . Governança de arranjo produtivo local: um estudo de caso no APL do Leite de Santana do Livramento, RS, Brasil. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 24, n. 3, p. 622-635, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2017000300622&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 Jan 2019.

PEBAYLE, R. Os difíceis encontros de duas sociedades rurais. **Boletim Geográfico do RS**, Porto Alegre, n.18, pp. 1-20, 1975.

PEREIRA, I. A. G. **Assentamentos rurais e qualidade de vida: um estudo de caso no PA Santa Verônica – Município de Damião/PB.** Dissertação, UEPB (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Campina Grande, 2013.

PIMENTEL, A. E. B. **Assentamentos de reforma Agrária na Região do Pontal do Paranapanema e seus impactos econômicos e sociais.** Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) São Carlos, 2004.

PLEIN, C; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do município de Iporã d’ Oeste, Santa Catarina. **Revista Faz Ciência** pp. 231-254 UNIOESTE, 2004.

PRADO JUNIOR, C. **A Questão Agrária.** 4.ed. São Paulo, Brasiliense, 1979.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo, Editora Brasiliense, 23 ed., 1994.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO. **Prefeito recebe representantes do MST e Cooperforte.** 2018. Disponível em: <<http://www.sdolivramento.com.br/prefeitura/noticias/&id=4287>>. Acesso em 05 Jan. 2019.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **O que é e como funciona.** 2019. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/sobre/o-que-e-e-como-funciona>>. Acesso em 12 Jan. 2019.

PORTAL DE NOTÍCIAS G1- RS. **Maioria das empresas que transporta estudantes em Santana do Livramento apresenta irregularidades.** 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/maioria-das-empresa-que-transporta-estudantes-em-santana-do-livramento-apresenta-irregularidades.ghtml>>. Acesso em 01 Abr. 2019.

ROCHA, N. S. et al. Assentamentos Rurais na metade sul do Rio Grande do Sul e a sua compatibilidade com o bioma pampa: estudo no assentamento São Joaquim. **Retrato dos Assentamentos.** v. 20, n.1, 2017. Disponível em : <<http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/260>>. Acesso em 22 Jan. 2019.

ROMEIRO, A. R. Reforma Agrária e distribuição de renda. In: STÉDILE, J. P. et al. **A questão agrária na década de 90.** Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SAKAMOTO, C.; MAIA, A. G. Os impactos das mudanças na estrutura das famílias sobre a distribuição de renda: uma comparação entre áreas urbanas e rurais no Brasil. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 51., 2013, Belém. **Anais...** Belém: SOBER, 2013.

SAKAMOTO, C.; NASCIMENTO, C. A.; MAIA, A. G. As Famílias Pluriativas e Não Agrícolas no Rural Brasileiro: condicionantes e diferenciais de renda. **Rev. Econ. Sociol. Rural,** Brasília, v. 54, n. 3, p. 561-582, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032016000300561&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 Mar. 2019.

SANTOS, M. R. F. **Análise social e econômica dos Assentamentos Rurais no Município de Areia-PB.** Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural) UFPB, Recife, 2014.

SANTOS, S. M.; DEL GROSSI, M. E. O PRONAF e sua operacionalização na perspectiva dos agricultores familiares e atores envolvidos no processo. **IGepec,** Toledo, v. 21, n.2, p. 82-99, jul./dez. 2017.

SAUER, S.; LEITE, Z. L. Medida provisória 759: descaminhos da reforma agrária e legalização da grilagem de terras no Brasil. **Retrato de assentamentos.** v.20, n.1, p. 14 – 40, 2017.

SCHNEIDER, I.; SILVEIRA, F. G. . Com ocupações e acampamentos fazem-se assentamentos, mas não reforma agrária. **Indicadores Econômicos FEE,** Porto Alegre, Rs, p. 150 - 166, 01 ago. 1991.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade.** Tese (Doutorado em Sociologia Rural) Porto Alegre: UFRGS, 1999.

_____, MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica

recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S., SILVA, M. K. e MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, p. 21-50, 2004.

_____. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**. p. 164-184, abr. 2001. Disponível: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezesseis/schneid16.htm>>. Acesso em 12 Out. 2018.

_____. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Rev. Bras. Ci. Soc. [online]** n.51, pp.99-122. ISSN 0102-6909. - VOL. 18, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988>>. Acesso em 15 Jun. 2018.

_____. **Agricultura Familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. 2ª. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso**. In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). **Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006.

_____. **A diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

_____. Desenvolvimento rural através da diversificação dos meios de vida rurais: visão geral a partir da experiência brasileira. **RURIS** – v. 4 p. 85-131, 2010. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/schneider-s-reflexoes-sobre-diversidade-e-diversificacao-agricultura-formas-familiares-e-desenvolvimento-rural-ruris-v-4-n-1-p-85-131-marco-2010>>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.

_____. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 3, set. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n3/a09v30n3.pdf>>. Acesso em 18 Abr. 2018.

_____.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no brasil e implicações para políticas públicas. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Org. Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**, 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1756/Agricultura%20Familiar_WEB_LEVE.pdf>. Acesso em 28 Mai. 2018.

SCHNEIDER, S. et. al., A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. IN: **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006, p. 137-165.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Assistência técnica e extensão rural** – Ater. 2019. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-captec/sobre-o-programa>>. Acesso em 15 Mar. 2019.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, A. A. da; FERNANDES, B. M.; VALENCIANO, R. C. **RIST- relatório de impactos socioterritoriais: desenvolvimento territorial e políticas públicas no Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente, 2006.

SOSA JUNIOR, D. O. **O processo de reterritorialização de produtores assentados na Campanha Gaúcha**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SOUTO, G. D. N. et al. A previdência social rural: O caso do assentamento União Rodeiense de Santana do Livramento/RS. In: Anais... **55º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**. Santa Maria - RS, 30 de julho a 03 de agosto de 2017.

SOUZA, M.; ELESBÃO, I.; SCHAIDHAUER, M. Os benefícios do Turismo Rural: Caminhos de Pedra, Bento Gonçalves/RS. **Revista do Programa de Pós graduação em Turismo**. Caxias do Sul: UCS. Vol. 3 n.2, 2011. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/1244/pdf_43>. Acesso em 06 Jul. 2018.

SOUZA, L. B. B. Organizações da Agricultura Familiar no Estado de São Paulo e sua Experiência de Fornecimento para o PNAE. In: CORA, M. A. J.; BELIK, W. **Projeto Nutre SP: análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo**. São Paulo: Instituto Via Pública, 2012.

SOUZA, B. L. **A reprodução social nos assentamentos de reforma agrária: os desafios e perspectivas dos jovens do Assentamento Reunidas em Promissão/SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2016.

SPANVELLO, R. S. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. TESE (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SPAVOREK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo, USP/MDA/FAO, 2003. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/>>. Acesso em 12 Dez. 2017.

STROPASOLAS, V. L. O valor do casamento na agricultura familiar. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n. 1, p. 253-267, jan./abr. 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TROIAN, A. Percepções e projetos de jovens rurais produtores de tabaco de Arroio do Tigre/RS. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Estratégias e formas de Reprodução Social na Agricultura Familiar da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. **NOVOS CADERNOS NAEA**, v. 21, p. 1-15, 2018.

_____. BREITENBACH, R. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 19, n. 4, p. 789-802, 2018.

THIRY-CHERQUE, H. R. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. **PMKT**, 2009. Disponível em: <http://www.revistapmkt.com.br/Portals/9/Edicoes/Revista_PMKT_003_02.pdf>. Acesso em 05 Jul. 2018.

UNIPAMPA. **Comitê de Ética em pesquisa**. 2018. Disponível em: <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/cep/tcle>>. Acesso em 28 Abr. 2018.

VEIGA, J. E da, et al., **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento** / José Eli da Veiga et alii, Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/ NEAD) 2001. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/livro/o-brasil-rural-precisa-de-uma-estrat%C3%A9gia-de-desenvolvimento>>. Acesso em: 28 Mai. 2018.

VERAS NETO, F. Q. **Os problemas do Estado Contemporâneo e a realidade Brasileira**. Rio Grande: FURG, 2013.

VILELA, S. L. O. Perspectivas para a agricultura familiar brasileira: elementos de um projeto político de desenvolvimento rural, para além de uma "questão tecnológica" In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. *Org. Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro*, 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1756/Agricultura%20Familiar_WEB_LEVE.pdf> . Acesso em 12 Mai. 2018.

VINUTO, J. A Amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um estudo aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/view/2144>>. Acesso em 18 abr. 2018.

WANDERLEY, M. N. B.. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Orgs.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, pp.23-56. 1999.

_____. **A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural**. In: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, pp.42-61, Outubro, 2003.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZANI, F. B.; COSTA, F. L. da. Avaliação da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: novas perspectivas de análise. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 4, p. 889-912, 2014.

ZIMMERMANN, N. de C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. P.

2005-224. In: MEDEIROS, L. S et al. **Assentamentos rurais: uma visão interdisciplinar**. São Paulo: ED. UNESP, 1994.

ZOUAIN, D. M.; OLIVEIRA, C. T. F. Turismo rural e agricultura familiar: desafios e perspectivas para o campo. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, Rio de Janeiro, p. 05 a 05, jan. 2011. ISSN 1980-6965. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/oit/article/view/5794/4506>>. Acesso em: 06 Jul. 2018.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas com os responsáveis pelo lote.

1. Ele(a) e a família:

Fale sobre você, nome, idade, escolaridade, estado civil.

Além de ti, quem mais vive no lote? (Idade e escolaridade deles)

Quantos anos a família vive no assentamento?

Como se deu a luta pela terra (Foram acampados? Como de deu a ocupação dos lotes?)

A família é natural de Santana do Livramento? Se não, é oriunda de que região?

A família possuía laços com a terra antes de ser assentada?

2. Ele (a) e o lote:

O que te levou a buscar uma área de terra via assentamento?

Ano de ingresso no assentamento.

Tamanho total do lote. Toda a área é usada para a produção? Tem parte da terra que é improdutiva?

O lote é suficiente para a manutenção da família?

Arrenda alguma parte do lote para alguém?

Arrenda área de terra de alguém?

3. Ele(a) e a produção:

Atividades agrícolas desenvolvidas.

O que produz para a venda? Onde vende. Para quem?

Conhece e/ou já fez vendeu para a merenda escolar (PAA, PNAE)?

A renda gerada com a venda dos produtos é suficiente?

Atividades produtivas de autoconsumo desenvolvidas pela família.

Recebe algum tipo de Assistência técnica? De quem? Frequência?

4. Ele(a) e outras formas de renda:

Alguém da família trabalha fora do lote? E fora da agricultura?

Algum membro da família, que mora no lote, é aposentado ou pensionista?

A renda adquirida nas atividades realizadas fora do lote já foram usadas para subsidiar alguma atividade agrícola (comprar semente/adubo)? E a renda da aposentadoria e pensão?

Você já fez/ adquiriu algum tipo de crédito ou financiamento. Qual? Para que eles foram usados?

A família está ou já esteve endividada? Por qual motivo?

A família é beneficiária do Programa Bolsa Família?

5. Ele(a) e o meio social:

Qual a distância da escola mais próxima do assentamento? Como se chega até lá, tem transporte?

Como é o atendimento de saúde? Qual a distância do posto de saúde mais próximo?

Participa de alguma cooperativa, associação, grupo (jovem, mães) ou coletivo?

O que vocês fazem para se divertir?

Com que frequência vão a festas e em atividades de lazer?

Como é a relação com os vizinhos?

6. Ficar ou sair:

Fale a respeito das vantagens e desvantagens de morar no meio rural.

E (vantagens e desvantagens) no assentamento?

As atividades realizadas, sejam no lote ou fora dele, são suficientes para manter a família?